

DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO NAS ELEIÇÕES DE 2018: campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero

Relatório Final (2018-2019)

**FGV DIREITO SP em
parceria com CEPESP
(EESP/EAESP)**

Coordenação

**Catarina Helena Cortada Barbieri
(FGV DIREITO SP)**

**Luciana de Oliveira Ramos
(FGV DIREITO SP)**

Expediente

Coordenação do projeto

Catarina Helena Cortada Barbieri (FGV DIREITO SP)

Luciana de Oliveira Ramos (FGV DIREITO SP)

Parceiros CEPESP (EESP/EAESP)

Ciro Biderman

George Avelino

Lara Mesquita

Equipe de pesquisa

Fernanda Moraes

Hannah Maruci Aflalo

Ivan Mardegan

Juliana Fabbion

Laís Youssef

Consultor em Direito Eleitoral

Diogo Rais

Pesquisadores voluntários (coleta de dados de redes sociais)

Aline Herscovici

Clara Batista

Danilo Sousa

Fernanda Cimetta

Helena Funari

Isla Andrade

Lívia Buzolin

Rafaella Monesi

Pesquisadora voluntária (coleta de dados tempo de rádio e TV)

Camila Teixeira

Edição

Lyvia Felix

Preparação de texto

Tereza Gouveia

Esta pesquisa foi financiada pelo Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas.

Democracia e representação nas eleições de 2018 [recurso eletrônico] : campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero : relatório final (2018-2019) / coordenação Catarina Helena Cortada Barbieri, Luciana de Oliveira Ramos. – São Paulo : FGV Direito SP, 2019.

135 p.

Publicado em parceria com CEPESP (EESP/EAESP)

1. Eleições - Brasil. 2. Democracia. 3. Mulheres. 4. Participação política. 5. Campanha eleitoral. 6. Fundos para campanha eleitoral. I. Barbieri, Catarina Helena Cortada. II. Ramos, Luciana de Oliveira. III. Fundação Getulio Vargas.

CDU 324(81)

Ficha catalográfica elaborada por: Cristiane de Oliveira CRB SP-008061/O
Biblioteca Karl A. Boedecker da Fundação Getulio Vargas - SP

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cumprimento da cota de 30% para candidaturas femininas a deputado federal nas coligações – 2018, 18

Tabela 2 – Cumprimento da cota de 30% para candidaturas femininas a deputado federal por partidos – 2018, 20

Tabela 3 – Proporção no uso de recursos dos fundos públicos nas campanhas para deputado federal por partidos – Brasil – 2018, 70

Tabela 4 – Receitas dos candidatos a deputado federal por competitividade eleitoral, gênero e raça/cor, 75

Tabela 5 – Distribuição das receitas dos candidatos a Deputado Federal por origem, competitividade eleitoral, gênero e cor, 76

Tabela 6 – Tempo de rádio e TV dos cinco partidos/coligações com maior tempo em relação ao tempo total de propaganda eleitoral e tempo atribuído às candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo em relação ao tempo total de propaganda eleitoral, 88

Tabela 7 – Informações sobre partidos e candidaturas femininas ao cargo de deputado federal por São Paulo com base no tempo e segmentos de rádio e TV, 94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de deputadas federais que participaram de movimentos de renovação política (2018), 55

Quadro 2 – Distribuição dos partidos políticos segundo espectro ideológico (2018), 57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de candidatas, de eleitas e da quantidade de mulheres requeridas pelas cotas para a Câmara dos Deputados (1994 a 2018), 22

Gráfico 2 – Distribuição de deputadas federais eleitas que já disputaram eleições anteriores, 28

Gráfico 3 – Distribuição das deputadas federais por cargo eletivo disputado anteriormente, 30

Gráfico 4 – Distribuição de deputadas federais eleitas que já ocuparam cargos eletivos, 32

Gráfico 5 – Distribuição das deputadas federais por cargo eletivo ocupado anteriormente, 33

Gráfico 6 – Distribuição das deputadas eleitas por categoria de trajetória eleitoral em relação à Câmara dos Deputados, 35

Gráfico 7 – Distribuição das deputadas federais por tempo de filiação, 43

Gráfico 8 – Distribuição das deputadas federais por quantidade de partidos aos quais já foram filiadas, 44

Gráfico 9 – Distribuição de deputadas federais que já ocuparam cargos políticos não eletivos, 46

Gráfico 10 – Distribuição de deputadas federais que já ocuparam cargos em partidos, 47

Gráfico 11 – Distribuição de deputadas federais que participam ou participaram de movimentos sociais e/ou ONGs, 48

Gráfico 12 – Distribuição de deputadas federais por tipo de capital político, 50

Gráfico 13 – Distribuição de deputadas federais por origem de capital familiar, 51

Gráfico 14 – Distribuição das deputadas federais eleitas em 2014 e 2018 por espectro ideológico, 59

Gráfico 15 – Indicação do uso de recursos do FEFC nas resoluções partidárias, 63

Gráfico 16 – Cumprimento do mínimo de 30% do FEFC para candidaturas femininas, 64

Gráfico 17 – Cumprimento do mínimo de 30% do Fundo Partidário para candidaturas femininas, 66

Gráfico 18 – Proporção de receitas dos candidatos a deputado federal por gênero e raça/cor, 68

Gráfico 19 – Média de receitas dos candidatos a deputado federal por gênero (R\$ mil), 69

Gráfico 20 – Receitas por origem dos candidatos a deputado federal (R\$), 71

Gráfico 21 – Candidaturas por escala de Receita – Deputados Federais – 2018, 72

Gráfico 22 – Taxa de sucesso por escala de receita (2018), 73

Gráfico 23 – Razão entre a proporção de receita total e proporção de candidatos por gênero e raça/cor – deputados federais, 78

Gráfico 24 – Candidaturas por escala de receita – deputados federais – 2018, 79

Gráfico 25 – Taxa de sucesso por escala de receita (2018), 80

Gráfico 26 – Tempo de rádio e TV dos partidos e coligações e tempo atribuído às candidatas em relação ao tempo total de rádio e TV, 87

Gráfico 27 – Tempo total de rádio e TV atribuído pelos partidos às candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo em relação ao tempo de cada partido (%), 91

Gráfico 28 – Número de candidatas com tempo de rádio e TV, segmento e tempo de propaganda eleitoral atribuídos às candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo com base no espectro ideológico, 93

Gráfico 29 – Número de candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo por faixa de tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV, 96

Gráfico 30 – Tempo e segmentos cedidos às candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo com base no coeficiente de GINI, 98

Gráfico 31 – Número de votos e tempo de rádio/TV das candidatas eleitas à Câmara Federal por São Paulo, 101

Gráfico 32 – Número de votos e tempo de rádio/TV de candidatas não eleitas à Câmara Federal por São Paulo, 102

Gráfico 33 – Média da variável “Teve página ativa por pelo menos uma semana” deputadas federais – SP – 2018, 110

Gráfico 34 – Média da variável “Teve perfil ativo por pelo menos uma semana” deputadas federais – SP – 2018, 111

Gráfico 35 – Média da variável “Manteve página ativa pelas 7 semanas” – deputadas federais – SP – 2018, 113

Gráfico 36 – Média da variável “Manteve perfil ativo pelas 7 semanas” – deputadas federais – SP – 2018, 114

Gráfico 37 – Média da variável “Total de publicações na página” – deputadas federais – SP – 2018, 117

Gráfico 38 – Média da variável “Total de publicações no perfil” – deputadas federais – SP – 2018, 118

Gráfico 39 – Média da variável “Porcentagem de publicações de campanha na página” – deputadas federais – SP – 2018, 120

Gráfico 40 – Média da variável “Porcentagem de publicações de campanha no perfil” – deputadas federais – SP – 2018, 121

Gráfico 41 – Média da variável “Utilizou impulsionamento de publicações na página ou perfil” – deputadas federais – SP – 2018, 123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 7

Contexto da pesquisa, 11

Metodologia, 13

Estrutura deste relatório, 14

CAPÍTULO 1. PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2018, 16

CAPÍTULO 2. PERFIL DE INGRESSO E TRAJETÓRIAS DAS DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS, 24

2.1. Trajetória eleitoral das eleitas à Câmara Federal, 25

2.2. Trajetória e capital político das eleitas à Câmara Federal, 36

2.3. Movimentos de renovação política, 51

2.4. Espectro ideológico das eleitas à Câmara Federal, 55

CAPÍTULO 3. FINANCIAMENTO DE CAMPANHA, 60

3.1. Regulação do financiamento eleitoral em 2018, 60

3.2. Partidos e distribuição dos recursos, 61

3.3. Dinâmica do financiamento eleitoral para candidaturas à Câmara Federal em 2018, 66

3.4. Interseccionalidade na análise do financiamento eleitoral: o gênero e a cor/raça dos recursos de campanha, 73

3.5. Considerações finais, 80

CAPÍTULO 4. TEMPO DE PROPAGANDA ELEITORAL NAS MÍDIAS TRADICIONAIS (RÁDIO/TV), 83

4.1. Tempo total de propaganda eleitoral e tempo alocado às mulheres, 86

4.2. Espectro ideológico e tempo de propaganda eleitoral, 89

4.3. Participação das mulheres na propaganda eleitoral por faixa de tempo, 95

4.4. Análise do tempo de rádio e TV por segmentos, 97

4.5. Tempo de rádio e TV e número de votos, 99

4.6. Considerações sobre o tempo de propaganda eleitoral, 103

CAPÍTULO 5. O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NAS ELEIÇÕES DE 2018: MONITORAMENTO DO FACEBOOK DAS CANDIDATAS AO CARGO DE DEPUTADO FEDERAL POR SÃO PAULO, 105

5.1. Páginas, perfis e cruzamento com dados demográficos, 107

5.2. Considerações sobre o uso das redes sociais, 124

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 125

ANEXOS, 127

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo responder, fundamentalmente, às seguintes perguntas ao longo dos dois anos da pesquisa:

(i) ano 1 (ago-2018 a jun-2019): *Quem e quantas são as mulheres recrutadas nas eleições 2018? Os partidos e as coligações cumprem a lei de cotas de gênero? Como as mulheres são inseridas no jogo político eleitoral no Brasil, ou seja, quais recursos os partidos políticos lhes franqueiam durante a campanha eleitoral, sejam eles financeiros, sejam simbólicos? Quanto do tempo de rádio e TV as mulheres recebem de seus partidos políticos? Como as mulheres usam as redes sociais, em especial o Facebook, em suas campanhas? Ao final do processo eleitoral, quem são as eleitas (perfis e trajetórias)?*

(ii) ano 2 (jul-2019 a jul-2020): *Quais interesses estas mulheres representam depois de eleitas, isto é, qual o teor das propostas legislativas que as parlamentares apresentam e em quais propostas elas votam?*

Além dessas perguntas, o projeto visa também responder a uma pergunta de capital importância para o direito eleitoral brasileiro: *o que são candidatas ou candidaturas laranja (ou fantasma) e como esse fenômeno vem sendo tratado pelos tribunais no Brasil.*

Em sua primeira fase (ago-2018 a jun-2019), o projeto realizou o monitoramento do ciclo eleitoral, mais especificamente nos meses de agosto a outubro de 2018. Os principais objetivos nesta etapa foram, em primeiro lugar, monitorar o tempo de rádio e TV, bem como a atividade em redes sociais, especialmente Facebook, de todas as mulheres candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo durante a campanha eleitoral de 2018; e monitorar os dados de financiamento de campanhas (receitas, despesas e qualidade dos gastos) dos candidatos à Câmara Federal por São Paulo, cotejando-os com dados nacionais. Em segundo lugar, traçar o perfil demográfico e de trajetória pregressa de todas as candidatas que concorreram à Câmara Federal pelo Estado de São Paulo e o perfil completo dos recrutados e recrutadas que venceram a disputa eleitoral em 2018, incluindo um extenso levantamento de sua trajetória dentro e fora da política antes dessas eleições. Em terceiro lugar, cruzar os dados colhidos e os resultados da eleição com o objetivo de apontar quais vetores regeram o recrutamento eleitoral por

parte dos partidos políticos e se é possível diferenciar candidaturas competitivas das não competitivas, além de tentar identificar se há critérios objetivos para apontar a presença de candidaturas laranja.

Em sua segunda fase (jul-2019 a jul-2020), o projeto consistirá no monitoramento da efetiva atuação política como parlamentar das mulheres bem-sucedidas no pleito de 2018 (eleitas) em seu primeiro ano e meio de mandato.

Ademais, como um dos desdobramentos do monitoramento eleitoral (primeira fase), o projeto buscará identificar possíveis fraudes no cumprimento do percentual mínimo de 30% de candidaturas de cada sexo e identificar quem e quantas são as candidatas que não recebem apoio financeiro do partido ou qualquer recurso de campanha e são lançadas apenas para cumprir com o percentual mínimo de modo a garantir a competição dos homens no pleito eleitoral. Cotejaremos essas informações com os dados dos candidatos homens para melhor compreender se e em que medida esse fenômeno afeta mais as mulheres.

Com base nesses dados, o propósito da pesquisa é entender a dinâmica do fenômeno das candidaturas laranja (ou fantasma) e fornecer insumos para que esse fenômeno possa ser mais bem delineado, do ponto de vista da doutrina de direito eleitoral, em uma categoria jurídica que possa ser aplicada com clareza e precisão pelas esferas de controle judicial responsáveis pela fiscalização (Ministério Público e Justiça Eleitoral).

Esse tema é de extrema relevância nos dias atuais. Para se ter uma ideia, nas eleições municipais de 2016, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontou que mais de 16 mil candidatos tiveram votação zerada, dentre os quais 14.417 eram mulheres, sendo um forte indício de que muitas delas concorreram para que o partido pudesse burlar a regra dos 30% da lei de cotas. Em 2016, essa preponderância de mulheres sem votos e a ideia de burla foram os elementos que caracterizaram o conceito de candidatas laranja.¹ Desde então, as instituições jurídicas de controle, Ministério Público Eleitoral e Justiça Eleitoral, cada um em sua seara de atuação, têm buscado combater esse tipo de fraude à política de igualdade de gênero. O projeto pretende fornecer subsídios para detectar as candidaturas

¹ Para mais informação sobre este levantamento do TSE, acessar: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/mais-de-16-mil-candidatos-tiveram-votacao-zerada-nas-eleicoes-2016>. Acesso em: 24 jun. 2019.

laranja e, sobretudo, contribuir com a atuação do Ministério Público Eleitoral, dado que é o MP que inicia o processo de identificação de eventuais burlas à lei eleitoral.

Para tanto, a pesquisa busca melhor compreender alguns aspectos do funcionamento dos partidos políticos. A estrutura fechada e pouco conhecida das agremiações políticas define as condições com que seus candidatos e candidatas entram na disputa eleitoral e, por isso, são de extrema importância para avaliar o funcionamento da democracia brasileira. Ademais, embora não tenha ocorrido uma reforma eleitoral ampla, houve importantes mudanças implantadas pela primeira vez na eleição de 2018. Uma das principais mudanças foi a instituição de uma nova forma de financiamento público de campanhas, com a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), pela Lei n. 13.487/2017. O fundo totalizou, em 2018, um valor de R\$ 1.716.209.431,00 e foi distribuído entre os partidos de acordo com critérios estabelecidos pela Resolução-TSE n. 23.568/2018.

Além da minirreforma eleitoral de 2017, outras mudanças importantes ocorreram pela via judicial em 2018, às vésperas das eleições, e inauguraram novidades que impactaram especificamente as regras de financiamento de campanhas de candidaturas femininas. Em 15 de março de 2018, ao ser provocado pela Procuradoria Geral da República (PGR) na ADI n. 5617, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a inconstitucionalidade do artigo 9º da Lei n. 13.165/2015, que estabelecia um percentual mínimo de 5% e máximo de 15% da utilização do Fundo Partidário (FP) para as campanhas de mulheres. O STF entendeu que o piso deveria ser de 30%, acompanhando o percentual mínimo de candidaturas reservadas para cada sexo nas listas dos partidos ou coligações para cargos de representação proporcional, segundo o artigo 10 da Lei n. 9.504/1997 (lei de cotas), e o teto foi abolido, devendo o percentual do financiamento acompanhar o das candidaturas proporcionalmente. É importante destacar também que o STF determinou que, em dissonância com a lei que estabelece cotas eleitorais de gênero, os valores relativos ao financiamento poderiam ser destinados tanto a candidaturas às eleições proporcionais quanto majoritárias.

Posteriormente ao julgamento, o TSE foi consultado em agosto de 2018 (Consulta n. 0600252-18.2018.6.00.0000) sobre a extensão de tal decisão à distribuição dos recursos do FEFC e aos tempos de rádio e TV, ao que respondeu de maneira positiva, determinando aplicação do percentual mínimo de 30% também para candidaturas às

eleições proporcionais e majoritárias e o aumento da destinação proporcionalmente ao aumento do percentual de candidatas.

Ambas as decisões não explicitaram como esses recursos deveriam ser contabilizados por partidos e coligações e se essa destinação incluiria, além de candidaturas majoritárias, vices e suplentes. Tantas lacunas abriram questionamentos e incertezas quanto à aplicação das regras, que esta pesquisa buscou captar durante o monitoramento da campanha eleitoral.

Com isso, ao final do percurso de dois anos, pretende-se produzir um diagnóstico acerca dos desafios enfrentados pelas mulheres para terem acesso aos cargos políticos de poder e tomada de decisão, levando em conta as estratégias dos partidos para evitar o pleno cumprimento da legislação eleitoral, em especial as regras de financiamento de campanha e a regra que define os percentuais mínimo e máximo de candidaturas de cada sexo.

Espera-se que os diagnósticos produzidos por esta pesquisa sejam capazes de contribuir para a avaliação e consolidação da democracia no que se refere: (i) à representação de grupos diversos nas Casas Legislativas e (ii) à transparência e ao uso eficiente dos recursos públicos aplicados às campanhas. Pretende-se realizar tal contribuição com subsídios para que o Ministério Público fiscalize e identifique a burla à legislação eleitoral, em especial à lei de cotas eleitorais de gênero e às regras de financiamento de campanha, e o TSE possa exercer sua função de controle e análise do efetivo cumprimento das regras eleitorais que visam a minimizar a desigualdade entre mulheres e homens na política.

No contexto eleitoral, o Ministério Público age como fiscal da lei e impulsiona a atuação da Justiça Eleitoral. Ambos, cada um em sua esfera de atuação, têm como objetivo assegurar a imparcialidade na aplicação da lei eleitoral e a obrigação de dar concretude ao princípio da igualdade e paridade de armas na competição político-eleitoral. Este é, afinal, o sentido da legislação de cotas eleitorais de gênero. Vale lembrar que assegurar a imparcialidade na aplicação das regras, garantindo a isonomia, é papel do direito. Por essa razão, a presente pesquisa busca estabelecer um diálogo entre os achados que a pesquisa em ciência política proporciona e a formação de categorias e conceitos

jurídicos necessários à interpretação e à aplicação da legislação eleitoral pelos tribunais brasileiros.

Contexto da pesquisa

A pesquisa tem como pressuposto teórico que um dos elementos essenciais de uma sociedade democrática é a inclusão de membros de diversos grupos sociais em seus parlamentos eleitos. Nessa perspectiva, Casas Legislativas que não refletem a composição da sociedade são, em geral, consideradas menos legítimas e menos propensas a proteger os interesses dos grupos marginalizados (REYNOLDS, 2005; SCHWINDT-BAYER e MISHLER, 2005). Além disso, estudiosos do tema em geral consideram que a representação de mulheres nas Casas Legislativas é um indicador da qualidade democrática de um país (DAHL, 1997; MOISÉS e SANCHEZ, 2016).

Tais argumentos são o ponto de partida para os estudos da representação de mulheres nos Parlamentos, que têm se dedicado ao exame das motivações da baixa presença feminina nesses espaços e das formas de minimizar a desigualdade de gênero na política. Esses estudos são muito disseminados ao redor do mundo, mas ainda encontram pouco espaço na academia nacional (FRANCESCHET, KROOK e PISCOPO, 2012; KROOK e ZETTERBERG, 2015; NORRIS e KROOK, 2014; KROOK, 2014).

A representação política das mulheres tornou-se, desde a década de 1990, um dos temas mais importantes nos debates envolvendo a natureza dos regimes democráticos em diferentes partes do mundo. Esta questão afeta não só as democracias jovens na América Latina, Europa Oriental, Ásia e África, mas também as democracias reconhecidamente consolidadas, como o Reino Unido, a França, os Estados Unidos e a Itália.

Esta pesquisa tem algumas preocupações de fundo que são centrais para pensar o funcionamento de nossa democracia: afinal, quais as implicações da falta de representatividade feminina na política brasileira? Dentro dos partidos políticos, quais obstáculos as mulheres enfrentam para se tornarem candidatas? Durante o processo eleitoral, quais desafios elas têm que enfrentar para serem eleitas? Quais fatores poderiam ampliar o número de mulheres nas Casas Legislativas (representação descritiva) e quais tipos de interesses elas representam (representação substantiva) depois de eleitas?

A pesquisa objetiva examinar a igualdade de gênero nas instâncias formais de representação política, buscando averiguar, por meio da produção de diagnósticos, como as mulheres são inseridas na competição político-eleitoral e, se eleitas, como se comportam. Um dos principais mecanismos que visa a minimizar a desigualdade entre mulheres e homens na política é a cota eleitoral de gênero, que, nos países latino-americanos, consiste no estabelecimento de percentuais mínimo e máximo para candidaturas de cada sexo. As cotas de gênero na política foram adotadas no Brasil em 1997, com a aprovação da Lei Federal n. 9.504 (Lei das Eleições), que estabeleceu uma cota mínima de 30% e máxima de 70% para candidaturas de cada sexo para os cargos de representação proporcional. Passadas mais de duas décadas, o Brasil ainda possui uma das piores taxas de presença de mulheres no Parlamento (eram apenas 51 e agora são 77 deputadas federais de um total de 513 membros da Câmara dos Deputados), ocupando a 133^a colocação do ranking da União Inter-Parlamentar, de um total de 193 países.² Nas Américas, o Brasil está entre os piores países em disparidade de gênero em câmaras baixas.

Considerando-se que as mulheres são mais da metade da população brasileira e representam mais de 52% do eleitorado, há um abismo entre os 15% de representação feminina na Câmara dos Deputados e os 51% da população. Diante disso, é forçoso concluir que não vivemos em uma democracia plena, uma vez que as mulheres não participam da elaboração das leis e das políticas públicas que afetam diretamente suas vidas.

Mas por que as cotas eleitorais de gênero não produziram resultados satisfatórios? A partir de estudos teóricos realizados no campo da ciência política, foram identificadas basicamente quatro razões capazes de explicar a baixa efetividade da legislação de cotas no Brasil: (i) o sistema eleitoral (sistema proporcional de lista aberta); (ii) o processo de recrutamento dos candidatos e candidatas pelos partidos políticos; (iii) os escassos recursos financeiros destinados às campanhas de candidatas; e (iv) a ausência de sanções em caso de descumprimento da legislação de cotas (ARAÚJO e ALVES, 2007; KROOK e CHILDS, 2010; JONES, 2004; DAHLERUP, 2006).

² Informação disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acesso em: 24 jun. 2019.

Apesar desse diagnóstico geral, há ainda poucos estudos empíricos capazes de testar os elementos indicados pela literatura nacional e internacional. No campo do direito, é fundamental promover pesquisas voltadas à análise da aplicação da lei eleitoral e como partidos e coligações vêm implantando o art. 10, §3º, da Lei Federal n. 9.504/1997. A aprovação de uma Reforma Política que afetou, em parte, as eleições de 2018 no tocante ao financiamento eleitoral, bem como as decisões do STF e TSE citadas anteriormente necessitam de um exame mais detido e uma compreensão mais apurada das mudanças que geraram no jogo eleitoral.

Com o desenho de pesquisa proposto para o primeiro ano, conseguimos analisar uma parte importante do ciclo do processo eleitoral (que envolve entender o perfil que rege o recrutamento eleitoral, a campanha e a eleição) buscando identificar os obstáculos à participação de mulheres. Ao final do segundo ano, pretendemos ter um quadro mais completo e propor soluções capazes de minimizar a sub-representação de mulheres nas Casas Legislativas.

Metodologia

Na primeira fase (ago-2018 a jun-2019), o projeto fez uma análise qualitativa e quantitativa da inserção das mulheres na disputa eleitoral para a Câmara dos Deputados do Brasil, explorando dados primários (coletados pela própria pesquisa) e secundários (obtidos nas bases de dados disponibilizadas pelo TSE e outras fontes), com foco na descrição das variáveis mais relevantes indicadas pela literatura especializada tanto no direito quanto na ciência política que ajudem a compreender o fenômeno das candidaturas femininas pouco competitivas na política brasileira. Na segunda fase (jul-2019 a jul-2020), o projeto pretende fazer um monitoramento do mandato das parlamentares eleitas em 2018, analisando a ocupação de cargos da mesa diretora da Câmara dos Deputados e comissões, os temas dos projetos de lei por ela propostos e sua tramitação, bem como suas votações nominais em projetos de outros parlamentares.

O foco da pesquisa foi a eleição proporcional de 2018 para a Câmara dos Deputados, ficando excluídas da análise as candidaturas às Assembleias Legislativas dos Estados. Tampouco analisamos as candidaturas aos cargos de senador ou senadora, uma

vez que a legislação de cotas eleitorais de gênero não se aplica a esses cargos, pois eles são eleitos majoritariamente e não pela via proporcional.

Mesmo focando apenas nas candidaturas aos cargos de deputados e deputadas federais, seria uma tarefa hercúlea monitorar mais de dez mil candidaturas. Assim, fizemos um recorte geográfico: naquilo que não for possível trabalhar com os dados fornecidos pelo TSE e outras bases de dados já disponíveis (exemplo: CepespData), analisamos apenas os candidatos e as candidatas a deputados federais por São Paulo. No que concerne ao monitoramento de redes sociais e, em especial, do Facebook, a impossibilidade de automação gerou a necessidade de novo recorte: examinamos apenas as candidaturas de mulheres por São Paulo. Feito esse recorte, analisamos as 526 candidaturas femininas de São Paulo que buscaram assento na bancada na Câmara dos Deputados.

Estrutura deste relatório

O foco deste relatório é apresentar descritivamente os achados do primeiro ano da pesquisa. Nossa preocupação neste momento, portanto, é mais a exposição de resultados e menos a apresentação de uma completa revisão da literatura ou de eventuais propostas para solucionar os problemas encontrados.

O Capítulo 1 visa a apresentar um panorama sobre as candidaturas femininas ao cargo de deputado federal nas eleições de 2018, no sentido de verificar se os partidos e/ou as coligações cumpriram com o percentual mínimo de candidaturas de mulheres, previsto no art. 10, §3º, da Lei Federal n. 9.504, de 1997 (cotas eleitorais de gênero).

No Capítulo 2 o objetivo é compreender o perfil das mulheres eleitas ao cargo de deputado federal nas eleições de 2018, inclusive sua trajetória pessoal dentro e fora da política, e aprofundar o entendimento sobre o que (e quem) são essas ingressantes, tendo como comparação as deputadas federais eleitas em 2014.

O Capítulo 3 apresenta dados gerais do financiamento eleitoral de campanha para as eleições à Câmara Federal de 2018. Buscamos analisar as diferenças que existem entre o financiamento de candidaturas masculinas e femininas, em especial as mudanças dessa dinâmica após as alterações da legislação eleitoral. Este capítulo também traz uma análise

do financiamento de campanha sob o recorte racial, explorando as diferenças entre a competitividade das candidaturas por raça e gênero e explicitando a importância de estudos interseccionais para o campo de pesquisa do financiamento eleitoral.

No Capítulo 4, o foco de análise é o tempo de rádio e TV. Analisamos o tempo que os partidos ou as coligações atribuíram às candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo nas eleições de 2018, a divisão de tempo com base no espectro ideológico, por faixa de tempo, e também por segmentos. Por fim, analisamos o tempo concedido às candidatas e a relação com o número de votos que receberam na disputa eleitoral.

O Capítulo 5, último deste relatório, tem como objetivo compreender se e como as candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo nas últimas eleições utilizaram a rede social Facebook. Para tanto, foram monitoradas páginas e perfis das candidatas durante todo o período eleitoral. Nesse capítulo, apresentamos as informações obtidas a partir do monitoramento, cruzando-as com dados demográficos das candidatas, para verificar se receita, estrato social, idade, grau de instrução e raça/cor das candidatas são variáveis que geram diferentes efeitos no uso do Facebook como ferramenta de campanha.

CAPÍTULO 1. PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2018

O capítulo que inaugura este relatório visa a apresentar um panorama sobre as candidaturas femininas ao cargo de deputado federal nas eleições de 2018, no sentido de verificar se os partidos e/ou as coligações cumpriram com o percentual mínimo de candidaturas de mulheres, previsto no art. 10, §3º, da Lei Federal n. 9.504, de 1997. Verificado o cumprimento ou não da política de cotas eleitorais de gênero, analisamos também a quantidade de eleitas à Câmara dos Deputados em 2018, com o intuito de analisar a representação descritiva de mulheres.

Em 1997 foi aprovada a Lei Geral das Eleições (9.504/1997), que passou a servir de base para todas as eleições seguintes. Essa lei trouxe novidades quanto às cotas eleitorais por sexo, prevista em seu artigo 10, §3º, estendendo as cotas para os âmbitos estadual e federal. Ela assegurava um percentual mínimo de 30% e máximo de 70% para cada sexo na lista dos partidos políticos que lançassem candidatos nos âmbitos municipal, estadual e federal, dispondo o que segue:

Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, até *cento e cinquenta por cento* do número de lugares a preencher.

(...)

§ 3º. Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação *deverá reservar* o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo. (grifos nossos)

Como se vê, a Lei das Eleições, promulgada em 1997, estabeleceu que cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% das candidaturas para cada sexo. Tendo em vista que atualmente o sexo sub-representado nas Casas Legislativas é o feminino, o mínimo de 30% das candidaturas acaba sendo destinado às mulheres.

A redação do art. 10, §3º, da Lei n. 9.504/1997 foi alterada pela “minirreforma eleitoral” de 2009 (Lei Federal n. 12.034), nos seguintes termos:

Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

(...)

§3º. Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação *preencherá* o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. (grifo nosso)

Analisando-se o dispositivo da lei de 1997 e a nova redação dada pela norma de 2009, verifica-se que não foram alterados os percentuais mínimos e máximos para as candidaturas de cada sexo. A mudança enfatizou o comando da norma, substituindo-se a expressão “deverá reservar” por “preencherá”. Essa alteração de termos produziu um resultado importante, consubstanciado no fato de que a Lei Federal n. 12.034/2009 tornou obrigatório o cumprimento das cotas eleitorais, pois os partidos e as coligações deixaram de apenas reservar um percentual mínimo de candidatas mulheres e passaram a ser obrigados a efetivamente preencher essas cotas dentro do partido.³

No entanto, afinal, quais são os resultados dessas mudanças legislativas no que diz respeito ao aumento da participação de mulheres na política, em termos numéricos? Quais são os impactos da adoção da política de cotas por sexo para os cargos representativos no que tange ao número de parlamentares eleitas? O objetivo desses questionamentos é examinar se a política eleitoral de cotas de gênero tem sido respeitada.

Nas eleições de 2018, dados do TSE⁴ revelam que, do total de 29.085 candidaturas registradas em 2018, 9.204 são mulheres e 19.881 são homens, ou seja, 31,6% das candidaturas são femininas e 68,4% são masculinas. Analisando-se apenas as 26.178 candidaturas consideradas aptas a todos os cargos em disputa das últimas eleições, o percentual de candidatas cai para 31%, o que significa que 8.104 candidaturas femininas estavam aptas a concorrer às eleições, em contraposição a 18.074 homens. Isso mostra que, de forma geral, os percentuais mínimo e máximo de candidaturas de cada um dos gêneros foram cumpridos.

³ Esse é o entendimento do TSE, a partir da promulgação da Lei n. 12.034, de 2009. Um exemplo dessa posição encontra-se na decisão da Ministra Luciana Lóssio: “Com a alteração efetivada pela Lei n. 12.034/2009, passou a ser de observância obrigatória os percentuais para as candidaturas de cada sexo (70% e 30%)” (REspe 13814/PE, julgado em 2/10/2012).

⁴ Dados do *site* do TSE, disponíveis em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 23 jun.2019.

Com relação às candidaturas a deputado federal, do total de 8.588 candidaturas registradas para concorrer a uma das cadeiras da Câmara Federal, 2.767 são mulheres (ou 32,2%) e 5.821 são homens (ou 67,8%). Considerando-se as 7.689 candidaturas aptas, 31,6% são de mulheres e 68,4% de homens. Isso mostra que as cotas eleitorais de gênero para o cargo de deputado federal foram observadas em 2018.

Porém, será que todos os partidos e coligações atentaram para o cumprimento dessa obrigação legal? Para responder a essa indagação, analisamos as candidaturas com status de “Deferida”, “Deferida com recurso”, “Indeferida com recurso” ou “Aguardando julgamento” na base de dados do TSE atualizada em 31.01.2019, e considerando a margem de tolerância de 1,5 p.p.

A partir da análise das cotas nas coligações, notamos que 44 das 316 coligações/listas não cumpriram com a cota de 30% de candidaturas femininas ao cargo de deputado federal, conforme dados da Tabela 1.⁵ Embora seja uma quantidade pequena, esse descumprimento não poderia acontecer, pois viola o art. 10, §3º, da Lei das Eleições. Ao examinarmos as coligações que descumpriram o percentual mínimo de candidaturas de um dos gêneros por Unidade da Federação, concluímos que os estados do Amazonas, Ceará, Alagoas e Rio Grande do Norte são os que mais têm coligações que não observaram a cota de 30%. Em contrapartida, nos estados do Acre, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo, todas as listas tiveram no mínimo 30% de candidaturas femininas.

Tabela 1 – Cumprimento da cota de 30% para candidaturas femininas a deputado federal nas coligações – 2018

UF	Coligações que não cumpriram com a cota	% coligações que não cumpriram com a cota
AM	4	36,4%
CE	4	36,4%
AL	3	33,3%
RN	4	30,8%
RO	3	27,3%
AP	2	25,0%

⁵ No Anexo I deste relatório estão detalhadas as coligações presentes em todos os estados e a respectiva porcentagem de candidaturas femininas. Desse modo, podem ser verificadas todas as coligações que não cumpriram a cota de 30% por estado.

DF	3	21,4%
ES	2	18,2%
SE	2	18,2%
PA	1	16,7%
RS	2	14,3%
TO	1	14,3%
MG	2	13,3%
SC	2	13,3%
PB	1	11,1%
RR	1	10,0%
RJ	2	9,5%
PI	1	9,1%
GO	1	8,3%
PR	1	8,3%
BA	1	7,7%
PE	1	7,7%
AC	0	0,0%
MA	0	0,0%
MS	0	0,0%
MT	0	0,0%
SP	0	0,0%

Fonte: TSE. Elaboração própria.

Realizamos, também, uma análise da proporção de candidaturas femininas nos partidos, independentemente de suas coligações. Essa análise não visa determinar o cumprimento da cota de gênero para candidaturas, mas, dada a proibição das coligações proporcionais a partir das eleições de 2020, é interessante observarmos quão longe/perto estão os partidos de cumprirem individualmente com esse requisito. Sob esse recorte, notamos que 8 deles (PSD, PROS, PCB, DEM, PODE, SDD, REDE e PMN) não cumpriram com a cota globalmente, isolados de suas coligações. Apenas o NOVO cumpriu com a cota em todos os estados isolado de suas coligações. Também cabe ressaltar que 7 partidos (PSB, PPS, PATRI, PTC, PCB, PODE, PMN) tiveram metade ou mais de suas listas com menos de 30% de mulheres.

Tabela 2 – Cumprimento da cota de 30% para candidaturas femininas a deputado federal por partidos – 2018

Partido	Candidaturas femininas (geral)	Estados onde não cumpriu a cota	% de estados onde não cumpriu a cota
PCO	55,6%	2	28,6%
PMB	41,7%	6	33,3%
PCdoB	37,5%	6	22,2%
PSTU	37,1%	7	43,8%
MDB	36,4%	5	18,5%
PSDB	36,1%	7	25,9%
NOVO	34,4%	0	0,0%
PSOL	33,5%	3	11,1%
PTB	33,1%	11	42,3%
PRP	32,8%	7	28,0%
PRTB	32,6%	6	25,0%
PSC	32,6%	13	48,1%
PV	32,6%	8	29,6%
PT	32,3%	7	26,9%
PR	32,0%	11	40,7%
PSB	31,7%	15	55,6%
DC	31,7%	9	36,0%
PRB	31,2%	11	40,7%
PPS	30,7%	13	50,0%
PSL	30,7%	12	44,4%
PPL	30,6%	10	40,0%
AVA	30,4%	11	44,0%
PDT	30,4%	13	48,1%
PATRI	30,3%	13	50,0%
PTC	30,2%	13	50,0%
PHS	30,1%	13	48,1%
PSD	29,8%	13	48,1%
PROS	29,7%	11	40,7%
PCB	29,0%	8	61,5%
DEM	29,0%	13	48,1%
PODE	28,4%	16	59,3%
SDD	28,1%	14	51,9%
REDE	27,6%	12	44,4%

PMN

27,3%

16

61,5%

Fonte: TSE. Elaboração própria.

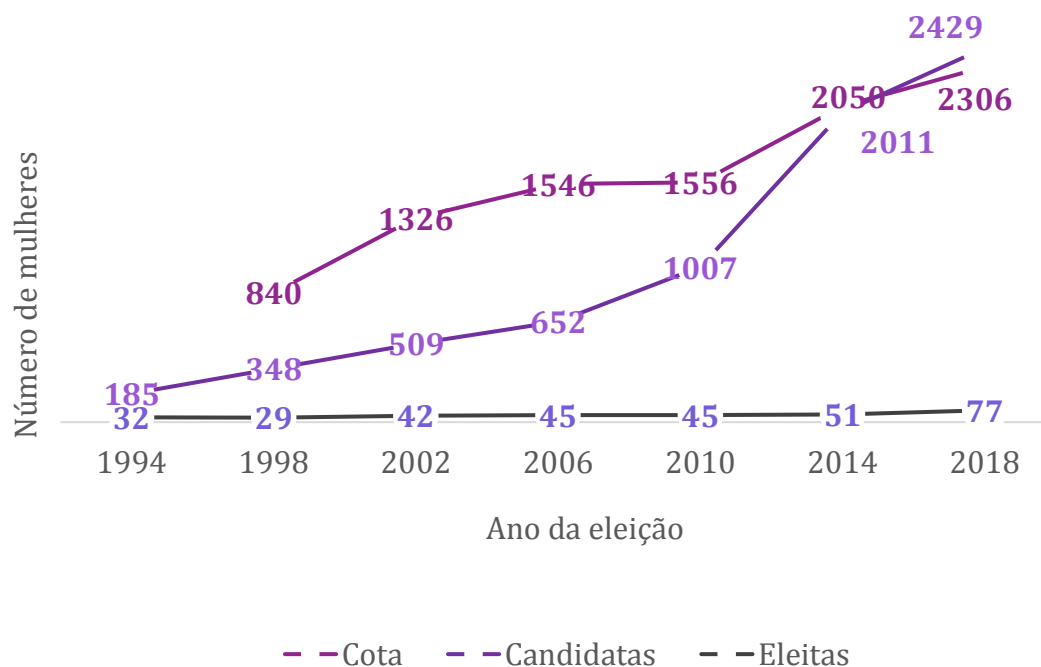
A partir da análise do cumprimento das cotas eleitorais de gênero nas eleições de 2018, concluímos que, embora tenhamos mais de 30% de candidaturas de mulheres a deputado federal no âmbito nacional, alguns partidos e coligações ainda não cumprem com essa imposição legal. Esse descumprimento afeta negativamente a inserção de mulheres nas disputas eleitorais, o que pode ter um efeito negativo no resultado das urnas.

Feita essa constatação, passamos a examinar o resultado das eleições em relação à quantidade de candidaturas femininas e à aplicação da lei de cotas eleitorais de gênero nas últimas sete eleições, o que inclui os dados da última eleição antes da implementação da Lei Federal n. 9.504/1997: a eleição de 1994.

O Gráfico 1 revela que o número de candidatas tem aumentado ao longo dos anos, muito possivelmente impulsionado pela adoção da lei de cotas eleitorais de gênero para as eleições gerais. Ocorre que esse aumento não acompanhou a curva do número mínimo de candidatas necessárias para cumprir a lei, conforme podemos verificar na distância entre as linhas de cor azul e vermelha. Além disso, o Gráfico 1 mostra que 2018 foi a primeira vez em que se cumpriu o percentual mínimo de 30% de candidatas ao cargo de deputado federal.

Esse aumento no número de candidaturas de mulheres também não é acompanhado pela quantidade de eleitas, representada na linha verde.

Gráfico 1 – Número de candidatas, de eleitas e da quantidade de mulheres requeridas pelas cotas para a Câmara dos Deputados (1994 a 2018)



Fonte: TSE. Elaboração própria.

No que diz respeito à presença de mulheres no Parlamento, cumpre observar que ela vem aumentando nas últimas décadas, especialmente após o processo de redemocratização. Em 1982 havia apenas 5 deputadas federais de um total de 479 cadeiras (1% dos assentos), passando para 45 deputadas em 513 cadeiras (8,8%) em 2010 e chegando ao recorde histórico de 51 deputadas em 2014, o equivalente a 9,9% de assentos femininos na Câmara. Em 2018, foi atingido o ápice da representação de mulheres na política, com a eleição de 77 deputadas federais eleitas, totalizando 15% de cadeiras na Câmara. O recorte de raça, porém, mostra que há ainda uma desigualdade que não diz respeito apenas ao gênero. Na atual legislatura, as mulheres negras representam apenas 2,5% (13 eleitas) do total de eleitos, enquanto as mulheres brancas são 12,28% (63 eleitas), os homens negros 22,02% (113 eleitos) e os homens brancos 62,57% (321 eleitos).

Porém, mesmo com esse aumento na quantidade de eleitas, o Brasil ainda está nas últimas posições no ranking de participação de mulheres no Parlamento da União

Interparlamentar (IPU).⁶ Para se ter uma ideia, segundo a edição mais atualizada do ranking que avalia a presença de mulheres nas Casas Legislativas de mais de 190 países, o Brasil está na posição 133. Isso significa que, junto com o Paraguai, o Brasil é o pior colocado entre os países da América do Sul e está bem abaixo da média das Américas, que é de 30,3%.

⁶ Dados disponíveis no *link*: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acesso em: 24 jun. 2019.

CAPÍTULO 2. PERFIL DE INGRESSO E TRAJETÓRIAS DAS DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS

Este capítulo tem por objetivo compreender o perfil das mulheres eleitas ao cargo de deputado federal nas eleições de 2018 e aprofundar o entendimento sobre quem são essas ingressantes, tendo como comparação as deputadas federais eleitas em 2014.

Para ilustrar a importância do tema, vale destacar que, após a divulgação do resultado das eleições, alguns veículos de comunicação chamaram a atenção para o que seria uma “das maiores taxas de renovação das últimas décadas”,⁷ enquanto outros viam a nova legislatura como uma onda de “renovação conservadora”.⁸ Percebemos que, apesar dos adjetivos atribuídos, havia pouca clareza sobre o que, de fato, se chama de renovação e de conservadorismo. Ainda, os veículos de comunicação celebraram o aumento do número de mulheres na Câmara dos Deputados – que, de 53 deputadas,⁹ passou a ter 77.¹⁰

Optamos, então, por dedicar parte da pesquisa a uma compreensão mais detalhada da nova composição da Câmara Federal. Tendo começado a observação pelas mulheres e adotando um método exploratório e descritivo de pesquisa, o objetivo geral que aqui se apresenta é traçar o perfil das deputadas federais que irão compor a nova legislatura, comparando-as com a legislatura precedente.

Para tanto, este capítulo é dividido em quatro seções. São elas: (i) trajetória eleitoral; (ii) trajetória e capital político; (iii) movimentos de renovação política; e, finalmente, (iv) espectro ideológico. Cada seção é dividida em três partes: (i) objeto; (ii) metodologia; (iii) resultados.

⁷ Eleições 2018: Câmara e Senado terão a maior renovação das últimas décadas. *BBC Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45780660>. Acesso em: 24 jun. 2019.

⁸ A renovação conservadora na Câmara. *El País*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539044661_952017.html. Acesso em: 24 jun. 2019.

⁹ Em verdade, o número de deputadas federais eleitas em 2014 foi 51, porém 53 mulheres exerceram o cargo. As suplentes foram levadas em consideração.

¹⁰ Percentual de mulheres eleitas para a Câmara cresce de 10% para 15%. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/percentual-de-mulheres-eleitas-para-a-camara-cresce-de-10-para-15.shtml>. Acesso em: 24 jun. 2019.

2.1. Trajetória eleitoral das eleitas à Câmara Federal

2.1.1 Objeto

Esta seção tem como objetivo específico analisar a trajetória das deputadas em disputas eleitorais anteriores. Entende-se por trajetória eleitoral o fato de a deputada já ter disputado cargos eletivos antes e, se o fez, a quais cargos competiu e quais conquistou em caso de vitória.

A decisão da equipe em mapear a trajetória política das mulheres eleitas à Câmara Federal no pleito de 2018 consistiu, num primeiro momento, em identificar as deputadas que ingressaram pela primeira vez na política, sem qualquer experiência eleitoral anterior, para verificar se o discurso da renovação de fato se comprova. Por outro lado, também almejamos identificar quais deputadas já ocuparam outros cargos políticos eletivos antes, dentro e fora da Câmara Federal. Com fins comparativos, seguiu-se o mesmo procedimento para as deputadas federais eleitas em 2014.

Para tanto, coletaram-se dados e elaboraram-se categorias de análise, conforme apresentado com maior detalhe na metodologia, a seguir.

2.1.2 Metodologia

Com o intuito de identificar o perfil de trajetórias eleitorais anteriores, foram elaboradas as seguintes categorias, tendo como critério a Câmara Federal. São elas:

(i) *Novatas na política*: deputadas federais eleitas no ano de 2018 e que não disputaram qualquer eleição em um momento anterior. Em outras palavras, são mulheres que concorreram pela primeira vez e logo obtiveram sucesso nas urnas, o que torna sua análise interessante para compreender os fatores que as levaram a conquistar o cargo;

(ii) *Novatas na Câmara Federal*: deputadas federais que já haviam sido eleitas para outros cargos, mas que não disputaram eleições com o intuito de preencher uma posição dentro da Câmara Federal antes de 2018. Trata-se de mulheres que obtiveram sucesso na primeira disputa à Câmara, mas que, diferente da categoria anterior, já possuem experiência em disputar eleições e ocupar cargos eletivos em outras instâncias;

(iii) *Reeleitas à Câmara Federal*: deputadas federais que já disputaram e venceram eleições para a Câmara Federal. São mulheres que, por já terem ocupado o

cargo antes, estão familiarizadas com as disputas eleitorais ao cargo, além de comporem o grupo proporcionalmente maior;

(iv) *Tentantes à Câmara Federal*: deputadas federais que possuem experiência como candidatas em eleições anteriores, mas que não tiveram sucesso até 2018. Optamos por colocá-las em uma categoria separada, pois estas são mulheres que, ao contrário das novatas na política, têm alguma experiência em processos de eleições e, ao contrário das novatas na Câmara Federal e das reeleitas, nunca ocuparam um cargo eletivo.

Em outubro de 2018, realizou-se uma coleta de dados inicial no *site* do TSE, registrada em uma planilha de Excel, das categorias de trajetória eleitoral, apresentadas anteriormente, à qual a deputada pertencia.

Em dezembro de 2018, foi realizada a mesma consulta, porém por outras duas pesquisadoras, cujo objetivo era mapear e redigir a trajetória política das deputadas federais eleitas, conforme será abordado com mais detalhes na seção seguinte.

Em janeiro de 2019, as mesmas pesquisadoras adotaram a ferramenta Formulário Google para que os dados fossem coletados de forma mais sistematizada em uma planilha. No formulário havia um campo de preenchimento aberto para que fossem inseridas as informações das eleições disputadas pela deputada anteriormente, tal qual consta no TSE, sendo eles, respectivamente: cargo, estado, partido e resultado (neste caso, “Eleito” ou “Não eleito”).¹¹ Em seguida, foram colocadas duas perguntas: “Se já disputou eleições anteriores, a qual(is) cargo(s)?” e “Se já venceu alguma dessas eleições, para qual(is) cargo(s)?”. Em seguida de cada pergunta, foram listados todos os cargos políticos eletivos em opções de múltipla escolha, na seguinte ordem: vereador, deputado estadual,¹² deputado federal, senador, vice-prefeito, prefeito, vice-governador, governador, vice-presidente e presidente.

Para o preenchimento das respostas, não se considerou a disputa na eleição de 2018, mas, sim, de 2016 para trás. Porém, os dados de eleições anteriores presentes no TSE estão disponíveis apenas a partir das eleições de 2002 e, ainda, em alguns perfis

¹¹ Por não se considerar que havia diferenças significativas para a pesquisa, os resultados “Eleito por média” e “Eleito por QP” foram igualmente considerados como “Eleito” e, por sua vez, os candidatos que constavam como “Suplente” foram agregados à categoria “Não eleito”.

¹² Aqui se incluíram os deputados distritais.

faltam atualizações dos resultados de eleições até o ano de 2008.¹³ Em vista disso, optamos por complementar a informação por meio de outras fontes, como o *site* oficial da deputada, o perfil dela no *site* de seu partido e suas redes sociais – nessa ordem de prioridade. Nos casos de reeleição, a fonte complementar foi exclusivamente a biografia da deputada no *site* da Câmara dos Deputados¹⁴ nos campos "Mandatos (na Câmara dos Deputados)" e "Mandatos externos". Com base na consulta conjunta dessas fontes, as deputadas mais antigas na política institucional¹⁵ disputaram suas primeiras eleições em 1982. Ou seja, para coletar os dados e enquadrar as deputadas federais eleitas nas categorias apresentadas (sendo elas: novatas na política, novatas na Câmara Federal, reeleitas à Câmara Federal e tentantes), expandimos o marco temporal de análise para o período compreendido entre 1982 e 2016.

Em fevereiro de 2019, seguiu-se o mesmo procedimento em relação às 51 deputadas federais eleitas em 2014. Aproveitamos o mesmo Formulário Google adotado para as mulheres de 2018, acrescentando a opção de indicar a legislatura, de modo que posteriormente fosse possível distinguir as duas turmas na tabela de Excel preenchida pela ferramenta. O mesmo procedimento de coleta de dados foi seguido, assim como as fontes adotadas, com a diferença de que a consulta às eleições anteriores foi feita pelo DivulgaCand 2014,¹⁶ bem como a verificação da trajetória eleitoral foi mais centralizada no *site* da Câmara dos Deputados em “Quem são?”, indicando a 55ª legislatura (2015-2019).¹⁷ Além disso, foram descartadas as eleições disputadas durante e após 2014, considerando apenas as eleições de 2012 para trás, de modo a seguir o mesmo critério temporal adotado para categorizar e analisar as deputadas federais de 2018.

A seguir, são apresentados os resultados da coleta desses dados de modo comparativo entre as deputadas federais eleitas em 2014 e 2018.

¹³ Nestes casos, o resultado que ainda consta é “Concorrendo”.

¹⁴ Quem são os deputados. Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>. Acesso em: 24 jun. 2019.

¹⁵ São elas: Luiza Erundina (PSOL/SP); Benedita da Silva (PT/RJ); e Lídice da Mata (PSB/BA).

¹⁶ DivulgaCand 2014. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/2014>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

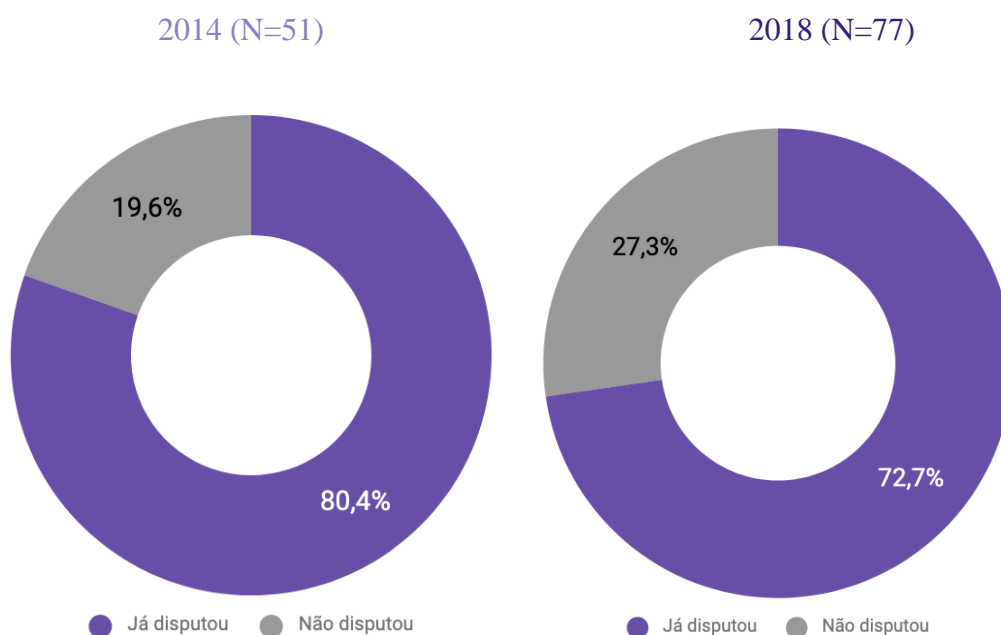
¹⁷ Quem são os deputados. Câmara dos Deputados. Disponível em https://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_resultado_pesquisa?nome=&Partido=QQ&UF=QQ&SX=F&Legislatura=55&condic=QQ&ordem=nome&forma=lista&Pesquisa=Buscar>. Acesso em: 24 jun. 2019.

2.1.3 Resultados

2.1.3.1. Disputas eleitorais

Das 77 deputadas federais eleitas para ocupar a Câmara dos Deputados a partir de 2019, a maioria delas já disputou algum cargo eletivo antes do pleito eleitoral em análise: são 72,7% (56) contra 27,3% (21), que entraram, pela primeira vez, em um processo eleitoral em 2018. Trata-se de um número de novatas maior do que o da legislatura que assumiu em 2015. Das 51 deputadas eleitas, contava, respectivamente, com 80,4% (41) contra 19,6% (10), conforme demonstra o Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 – Distribuição de deputadas federais eleitas que já disputaram eleições anteriores



Fonte: Dados TSE. Elaboração própria.

Das 77 eleitas em 2018, 46,8% (36) já concorreram ao cargo de deputado federal, e 37,7% (29) disputaram a vereança. O cargo de prefeito está em terceiro lugar entre os mais disputados (23 deputadas, ou seja, 29,9%, já concorreram a esse cargo), seguido do cargo de deputado estadual (18 deputadas, 23,4%). O cargo ao Senado já foi disputado

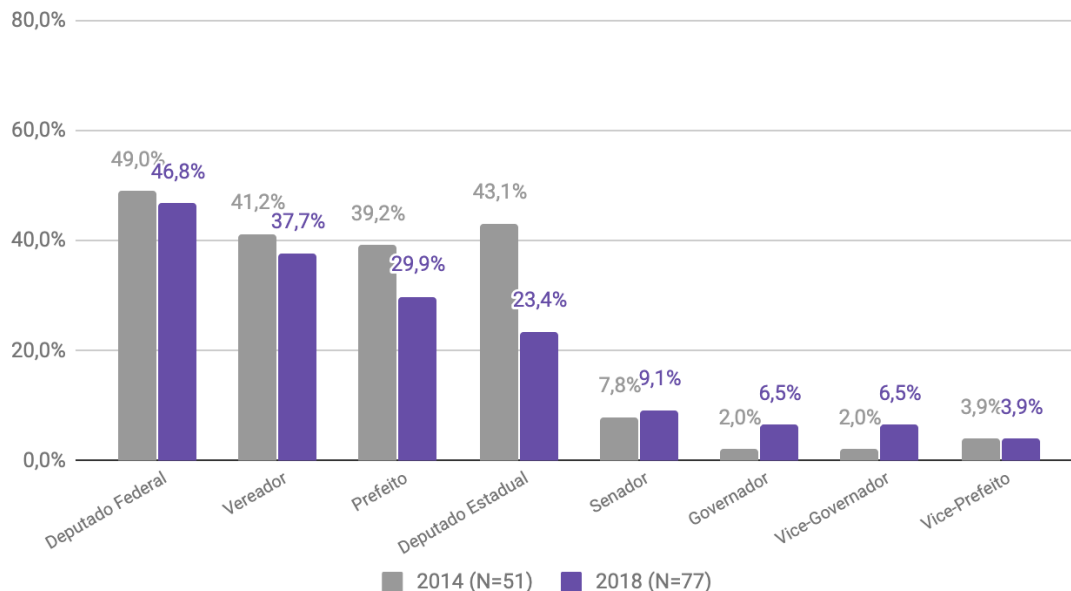
por 9,1% (7) das deputadas, ocupando a quinta posição, e, por fim, os cargos a governador e vice-governador já foram disputados por 6,5% das deputadas cada um (5), e o cargo de vice-prefeito, por 3,9% (3).

Das 51 deputadas federais eleitas em 2014, 49% (25) concorreram ao cargo de deputado federal; 43,1% (22) ao cargo de deputado estadual; 41,2% (21) ao cargo de vereador; e 39,2% (20) à prefeitura. Em seguida, sendo os cargos menos expressivos em disputas eleitorais anteriores, está a cadeira ao Senado, que representa 7,8% (4) das deputadas; de vice-prefeito, com 3,9% (2); e, empatados em último lugar, os de governador e vice-governador, com 2% (1) cada. Nenhuma das deputadas federais eleitas em 2014 e 2018 disputou o cargo de vice-presidente e presidente.

Dito isso, podemos verificar que o cargo eletivo mais disputado anteriormente pelas deputadas federais eleitas, em 2014 e 2018, foi justamente o de deputado federal. Porém, em 2014, o segundo cargo mais disputado foi o de deputado estadual, enquanto que o da legislatura eleita em 2018 foi o de vereador. Diferentemente da legislatura de 2014, a cadeira de deputado estadual está na quarta posição dos cargos eletivos mais disputados dentre as deputadas federais de 2018, ficando atrás do cargo à prefeitura.

Essa mesma comparação é ilustrada no Gráfico 3, em que se apresenta a distribuição das disputas eleitorais anteriores, realizadas pelas mulheres eleitas em 2014 e 2018, incluindo os demais cargos eletivos.

Gráfico 3 – Distribuição das deputadas federais por cargo eletivo disputado anteriormente¹⁸



Fonte: TSE, Câmara dos Deputados e outras.¹⁹ Elaboração própria.

Observando o universo das 77 deputadas federais eleitas em 2018, 46,8% já concorreram à Câmara dos Deputados antes, conforme exposto no Gráfico 3. Analisando apenas as que já disputaram alguma eleição (N = 56), a porcentagem sobe para 64,3%. Trata-se de um número semelhante ao das deputadas federais eleitas em 2014, cuja concentração é de 60,1% (N=41). Por outro lado, quando olhamos o cargo de deputado estadual, verificamos uma diferença relevante entre as legislaturas. A concentração de mulheres que já tinham disputado ao legislativo estadual dentre as que já concorreram alguma eleição antes é de 53,7% em 2014 (N=41) e cai para 23,4% em 2018 (N=56).

¹⁸ A soma da distribuição não resultará em 100%, pois cada deputada pode já ter disputado mais de um cargo eletivo anteriormente.

¹⁹ Site oficial da deputada federal eleita, perfil da deputada no site de seu partido e suas redes sociais.

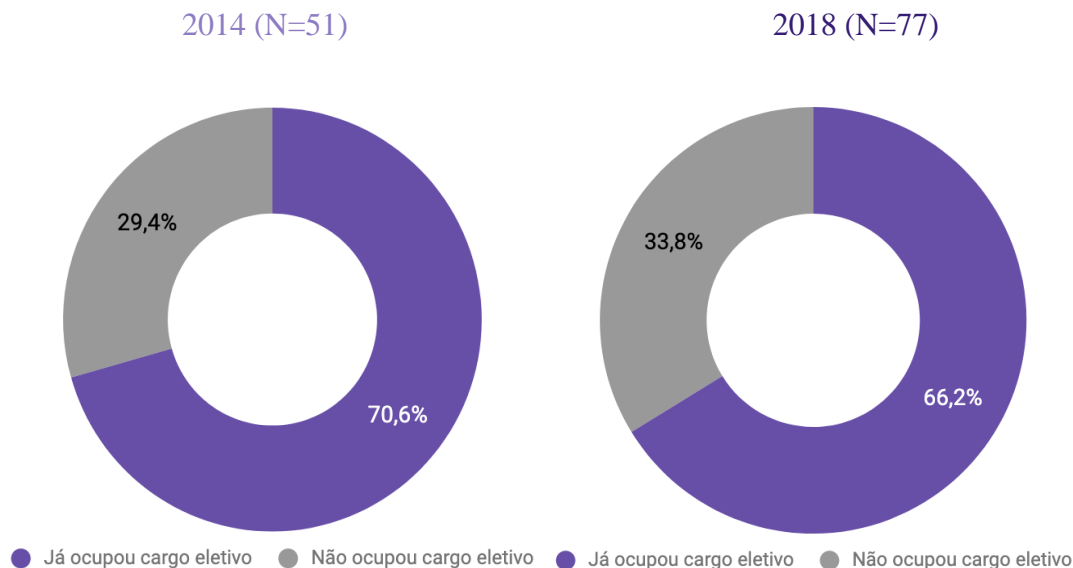
2.1.3.2 Cargos eletivos ocupados

Das 77 deputadas federais eleitas em 2018, 66,2% (51) já ocuparam cargos políticos eletivos antes de conquistar a cadeira à Câmara Federal em 2018. Ou seja, a maioria delas não só disputou outras eleições anteriormente, mas boa parte delas (51 de 56) efetivamente exerceu cargos eletivos antes de 2018, o que equivale a uma taxa de sucesso de 91,1% (N=56), ou seja, das 56 que já disputaram eleições antes, 51 obtiveram sucesso. Trata-se de um número semelhante ao das deputadas federais eleitas em 2014: destas 51, 70,6% (36) já ocuparam cargos eletivos, correspondendo a uma taxa de sucesso em eleições anteriores de 87,8% (N=41).

Observando as deputadas federais eleitas em 2018, os 33,8% indicados no Gráfico 4 representam as 26 deputadas que não ocuparam um cargo político eletivo antes: ou porque nunca disputaram uma eleição até 2018 (como é o caso de 21 deputadas) ou, se disputaram, não tiveram sucesso (5 deputadas). No caso de 2014, das 29,4% (15) que nunca ocuparam um cargo desse tipo, 10 nunca disputaram e 5 nunca venceram uma eleição, apesar de terem disputado.

A seguir, o Gráfico 4 ilustra o percentual das deputadas federais eleitas em 2014 e 2018 que já ocuparam cargos eletivos.

Gráfico 4 – Distribuição de deputadas federais eleitas que já ocuparam cargos eletivos



Fonte: TSE, Câmara dos Deputados e outras.²⁰ Elaboração própria.

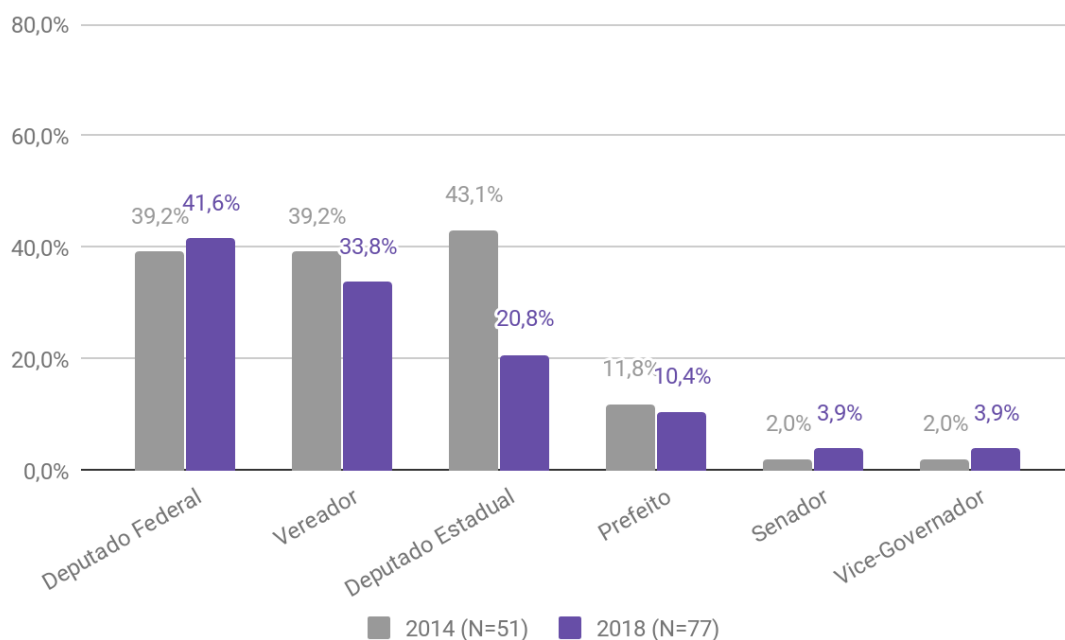
Entre as 77 deputadas federais eleitas em 2018, o cargo de deputado federal foi o mais conquistado: 41,6% (36) já o ocuparam. Em comparação às deputadas que já concorreram à Câmara Federal anteriormente (36), percebemos que houve uma alta taxa de sucesso – aproximadamente 88,9% (32). O mesmo ocorre para o cargo de vereador e deputado estadual. Em relação ao primeiro, das 29 que já o disputaram, 86,7% (26) ocuparam-no, sendo o segundo cargo mais conquistado. Para deputado estadual, das 18 que disputaram, 88,9% (16) venceram. Em relação aos demais cargos, 10,4% (8) ocuparam o cargo de prefeito, 3,9% (3) foram senadoras e 3,9% (3) foram vice-governadoras.

No caso das 51 deputadas federais eleitas em 2014, diferentemente de 2018, o cargo eletivo mais ocupado foi o de deputado estadual, com 43,1% (22), ou seja, proporcionalmente superior a 2018, em que apenas 20,8% (26) das deputadas ocuparam o cargo ao legislativo estadual anteriormente, conforme demonstrado no Gráfico 5. Em seguida, das deputadas de 2014 o cargo a deputado federal, com 39,2% (20), ou seja, proporcionalmente semelhante a 2018, assim como os demais cargos.

²⁰ Site oficial da deputada federal eleita, perfil da deputada no site de seu partido e suas redes sociais.

Os cargos de vice-prefeito e governador, apesar de terem sido disputados (conforme apontado no item 3.1 desta subseção),²¹ não foram ocupados anteriormente por nenhuma das deputadas federais eleitas de 2014 e 2018 e, por essa razão, não aparecem no Gráfico 5, que ilustra a distribuição de deputadas por cargo eletivo já ocupado em ambas legislaturas.

Gráfico 5 – Distribuição das deputadas federais por cargo eletivo ocupado anteriormente²²



Fonte: TSE, Câmara dos Deputados e outras.²³ Elaboração própria.

A partir do exposto no Gráfico 5, e conforme afirmado anteriormente, é possível verificar uma mudança da trajetória eleitoral no que se refere aos cargos eletivos ocupados pelas mulheres eleitas deputadas federais em 2014 e 2018. Na legislatura anterior havia

²¹ No item 3.1 também se afirmou que nenhuma deputada federal disputou aos cargos de vice-presidente e presidente, o que, por consequência, não os fazem estar representados nos resultados do item 3.2 desta subseção.

²² A soma da distribuição não resultará em 100%, pois cada deputada já pode ter vencido mais de um cargo eletivo anteriormente.

²³ Site oficial da deputada federal eleita, perfil da deputada no site de seu partido e suas redes sociais.

elevada ocupação prévia do cargo de deputado estadual, enquanto que na legislatura atual sobressai o exercício do cargo a deputado federal.

2.1.3.3 Trajetória eleitoral em relação à Câmara dos Deputados

A partir do levantamento realizado e apresentado anteriormente, e dos critérios elaborados para a formulação das categorias de análise,²⁴ chegamos aos seguintes resultados:

Com base no Gráfico 6, no que se refere às deputadas federais eleitas em 2018, constata que 41,6% são reeleitas (32 deputadas);²⁵ 27,3% (21) são novatas na política; 26% (20) são novatas na Câmara Federal; e 5,2% (4) são tentantes. Observando a legislatura eleita em 2014, 39,2% (20) são reeleitas; 33,3% (17) são novatas na Câmara Federal; 19,6% (10) são novatas na política; e 7,8% (4) são tentantes.

A partir desses dados, podemos notar que a maioria das deputadas federais eleitas em 2018 chega à Câmara dos Deputados pela primeira vez (novatas na política, novatas na Câmara Federal e tentantes), superando o número de reeleitas (45 contra 32). Trata-se de um dado que diverge das eleitas em 2014, uma vez que, conforme apontado anteriormente, o número de novatas na política na legislatura anterior é proporcionalmente inferior ao da legislatura atual (19,6% frente a 27,3%, respectivamente).

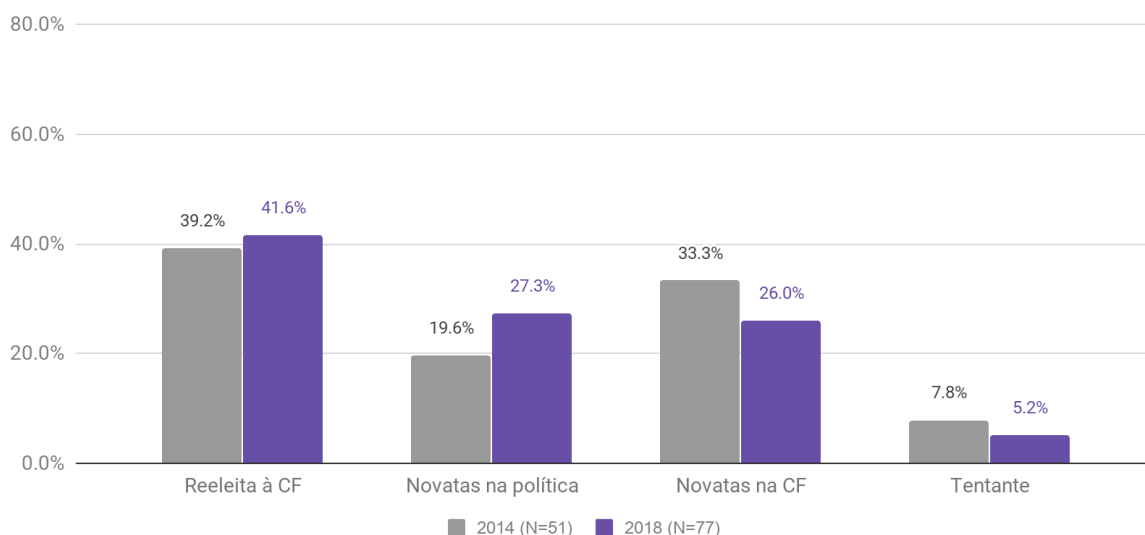
Vale ressaltar ainda, conforme apresentado no item 1.3.1, que 21 das deputadas federais eleitas em 2018 nunca disputaram eleições anteriormente, sendo consideradas novatas na política, o que equivale a quase metade das entrantes na Câmara Federal. Este é um cenário diferente do encontrado em 2014, em que 10 das deputadas eram novatas na política, o equivalente a $\frac{1}{3}$ das entrantes.

²⁴ (i) *Novatas na política*: deputadas federais eleitas no ano de 2018 e que não disputaram eleições em um momento anterior; (ii) *Novatas na Câmara Federal*: deputadas federais que já haviam sido eleitas para outros cargos, mas que não disputaram eleições com o intuito de preencher uma posição dentro da Câmara Federal antes de 2018; (iii) *Reeleitas à Câmara Federal*: deputadas federais que já disputaram e venceram eleições para a Câmara Federal; e (iv) *Tentantes*: deputadas federais que possuem experiência como candidatas em eleições anteriores, mas que não tiveram sucesso até 2018.

²⁵ Das 32 deputadas federais reeleitas, apenas 3 não fizeram parte da legislatura eleita em 2014 e, sim, em legislaturas anteriores. Ou seja, das 32 deputadas, 29 foram eleitas duas vezes seguidas ao cargo na Câmara Federal (90,6% das reeleitas).

Além disso, chama atenção o número de novatas na política ser substancialmente superior ao número de tentantes (5,25 vezes mais), o que parece um contrassenso, já que aquelas disputaram uma eleição pela primeira vez e, portanto, teriam menos experiência do que as últimas que já participaram de alguma campanha. Em 2014, a diferença era de 2,5 vezes.

Gráfico 6 – Distribuição das deputadas eleitas por categoria de trajetória eleitoral em relação à Câmara dos Deputados



Fonte: TSE, Câmara dos Deputados e outras.²⁶ Elaboração própria.

Assim, podemos dizer que, por essa perspectiva, temos um cenário eleitoral particular em 2018, com diversas deputadas federais eleitas pela primeira vez. Entretanto, para entender melhor esse fenômeno, é necessário considerar outros fatores, como o capital político, que será abordado na próxima seção.

²⁶ Site oficial da deputada federal eleita, perfil da deputada no site de seu partido e suas redes sociais.

2. 2. Trajetória e capital político das eleitas à Câmara Federal

2.2.1 Objeto

Nesta seção apresentamos a origem e a distribuição dos capitais políticos das deputadas federais eleitas em 2014 e 2018. Para tanto, antes de adentrarmos na metodologia, se faz necessário elucidar o que é capital político e quais as categorias adotadas.

O conceito de capital político é originalmente extraído da obra de Pierre Bourdieu, que o define como uma forma de capital simbólico,²⁷ sendo, portanto, um capital baseado na crença e no reconhecimento de seus pares²⁸ (BOURDIEU, 1981, p.14). Além disso, trata-se de um capital distribuído desigualmente na sociedade em que, de um lado, estão os cidadãos "consumidores", que se limitam a escolher e, do outro, aqueles que estão engajados e disputando entre si na vida política (BOURDIEU, 1981, p. 3-4).

Partindo da noção bourdiesiana de capital político, Miguel, Marques e Machado (2015) identificam as seguintes fontes de capital político:²⁹

²⁷ “Todo capital, sob qualquer forma que se apresente, exerce uma violência simbólica assim que é reconhecido, ou seja, desconhecido em sua verdade de capital, e se impõe como autoridade exigindo reconhecimento. O capital simbólico seria outro modo de designar o que Max Weber chama de carisma se, prisioneiro da lógica das tipologias realistas, aquele que sem dúvida melhor compreendeu que a sociologia da religião era um capítulo, e não o menor, da sociologia do poder, não tivesse feito do carisma uma forma particular do poder em vez de ver nele uma dimensão de todo poder, ou seja, outro nome da legitimidade, produto do reconhecimento ou do desconhecimento, ou da crença (esses quase sinônimos), ‘em virtude da qual as pessoas que exercem autoridade são dotadas de prestígio’” (BOURDIEU, 2013, p. 112-113).

²⁸ O poder simbólico consiste na pessoa que se submete a ele, dá-lo àquele que o exerce. Por conta disso, o autor afirma que o homem político tem sua força política baseada na confiança que um grupo deposita nele e, por sua vez, este poder depende da opinião, da crença e da fidelidade de quem o apoia (BOURDIEU, 1981, p.14). No limite, para Bourdieu este é um capital precário, pois precisa ser constantemente trabalhado a fim de conservar, acumular crédito e evitar o descrédito (BOURDIEU, 1981, p.18).

²⁹ Para elaborar suas categorias, Miguel, Marques e Machado (2015) criam uma divisão tríplice das formas de capital político levantadas por Bourdieu (1981), sendo elas o capital delegado, o capital convertido e o capital heroico. O capital delegado é um capital característico de um funcionário cujo poder “é detido e controlado por uma instituição e só por ela” (tradução livre) e, dessa forma, a transferência desse capital para a pessoa é limitada e provisória (BOURDIEU, 1981, p.19). Um exemplo de depositário do capital delegado é o político e o detentor de cargo público (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015, p. 726). No caso do capital convertido, ao contrário do capital anterior, é fundado na notoriedade e popularidade da pessoa em outra área (em verdade, Bourdieu chama este capital de "personnel") fazendo com que haja uma conversão deste capital para a vida política (BOURDIEU, 1981, p.18). Vale ressaltar que há uma taxa de conversão que varia de acordo com a área na qual a pessoa adquiriu notoriedade: se for um esportista, talvez a taxa seja desfavorável, enquanto que para alguém com boas condições econômicas, seja uma taxa favorável (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015, p. 726). Por fim, o capital heroico – uma forma de capital convertido – baseia-se em uma acumulação lenta e contínua que em geral leva toda uma vida (BOURDIEU, 1981, p. 18).

- 1) **Capital econômico**, quando o parlamentar detém propriedade ou possui vinculação íntima com grupo econômico importante em sua região;
- 2) **Capital midiático**, incluindo tanto a “popularidade” de personalidades da indústria da comunicação, como atores, jornalistas, radialistas e cantores, e também de celebridades do esporte, que se tornam conhecidas do grande público pela presença na televisão, rádio, revistas e jornais, quanto os proprietários de veículos de imprensa;
- 3) Direção de **sindicatos** e federações de trabalhadores;
- 4) Direção de associações patronais;
- 5) **Vinculação com religião organizada**, na posição de sacerdote ou de líder de movimento leigo autorizado pela hierarquia;
- 6) **Capital político do próprio campo**, ou seja, capital delegado de cargos públicos e/ou partidários ocupados anteriormente; e
- 7) **Capital familiar**, quando o parlamentar se beneficiou com o prestígio e/ou os contatos de parente próximo ou cônjuge com liderança política. (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015, p. 727) (grifos próprios)

Com base na classificação apresentada, consideramos relevante identificar se houve envolvimento das deputadas com movimentos sociais e movimentos da sociedade civil organizada, englobando aqui os movimentos de renovação política surgidos a partir de julho de 2013, a atuação em organizações relacionadas a causas sociais e do terceiro setor. Esse foi chamado de **capital de movimentos sociais**. Miguel, Marques e Machado (2015) também consideram a vinculação a movimentos sociais como um capital político, porém este não foi elencado por eles nas categorias citadas anteriormente por ter sido, à época, um capital com menos destaque na pesquisa no nível nacional (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015, p. 727). Em suma, optamos por analisar os seguintes capitais: (a) familiar, (b) religioso, (c) midiático, (d) do próprio campo, (e) sindical e (f) de movimentos sociais.

No que diz respeito ao **capital familiar**, é preciso defini-lo com cautela para que possamos compreender esse fenômeno de forma adequada. Segundo Miguel, Marques e Machado (2015), há dois fatores que condicionam o ingresso na política: a vontade de participar da política institucional e acesso aos recursos necessários para disputar as eleições. O capital familiar acaba incidindo sobre ambos, uma vez que a presença de parentes próximos na política institucional influencia tanto a familiaridade com a posição almejada quanto contribui para despertar o interesse naquela profissão. Trata-se de um

processo de recrutamento endógeno presente em todas as atividades profissionais (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015, p. 721).

Via de regra, os autores consideraram a existência de ascendentes e descendentes diretos, assim como irmãos, cônjuges e sogros que já tivessem ocupado algum cargo eletivo ou no primeiro escalão do Poder Executivo antes da eleição tomada como objeto de análise. Ainda assim, há limitações intrínsecas a esta análise: não se pode afirmar de forma objetiva qual a fronteira familiar que reverbera esta fonte de capital político. Em vista disso, os autores consideraram mais prudente limitar o critério, pois expandi-lo demais poderia prejudicar os resultados da pesquisa (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015, p. 728).

A mera existência de familiares de ascendência e descendência direta na política não implica capital familiar. Estes podem ter um impacto pequeno ou mesmo nulo na construção da carreira política dos deputados e deputadas analisados. Mesmo que sejam exceções, é necessária cautela: o irmão que chegou a uma certa posição de liderança no partido pode ter traçado estratégias diferentes da irmã, e os cônjuges, em verdade, casaram quando já ocupavam posições de poder. Tendo isso em vista, é importante, portanto, diferenciar capital familiar da mera presença da família na política (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015, p. 729). O capital familiar ainda varia de peso segundo a trajetória percorrida pela pessoa: pode tanto ser única fonte de capital político quanto ser combinado com outros, em diferentes proporções (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015, p. 722).

Miguel, Marques e Machado (2015) dão grande ênfase ao capital familiar em sua análise. Isso se deve a sua forte presença em grande parte da elite política brasileira,³⁰ tendo em vista o número expressivo de detentores de mandatos e de cargos comissionados que vêm de famílias políticas (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015, p. 722). Seguindo essa linha, e conforme será apresentado na metodologia a seguir, o capital familiar é analisado com maior detalhe na coleta de dados da presente pesquisa.

³⁰ Não se trata, porém, de um fenômeno exclusivamente brasileiro, uma vez que “o recrutamento familiar de lideranças políticas é um fenômeno corrente mesmo em países que aboliram há décadas qualquer regra de hereditariedade para o preenchimento de cargos públicos. [...] Mas o fenômeno também é perceptível em regimes políticos competitivos” (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015, p. 722).

No que se refere ao conceito de **capital religioso**, este foi expandido em relação ao apresentado por Miguel, Marques e Machado (2015), pois consideramos que não apenas líderes religiosos, mas também membros ativos de uma religião organizada poderiam deter esse capital a partir do momento que buscassem engajar e mobilizar um eleitorado tendo a religião como bandeira política.

O conceito de **capital midiático** também foi expandido de modo que, além de personalidades da indústria de comunicação, celebridades e proprietários de veículos de imprensa, foram incluídas personalidades conhecidas na internet e líderes dos movimentos de renovação política surgidos a partir de julho de 2013 que tiveram visibilidade e casos pontuais de grande repercussão midiática.

O **capital político do próprio campo** é característico de pessoas que assumiram cargos políticos não eletivos de grande influência, como secretários, ministros e presidentes de partidos, contando também com detentores de cargos públicos concursados de maior prestígio, como juízes, desembargadores e procuradores.

O **capital sindical** engloba pessoas que participam ativamente de sindicatos e associações, o que é uma expansão em relação à categoria de Miguel, Marques e Machado (2015), que só consideraram a direção de sindicatos e associações tanto de trabalhadores, quanto patronais sendo que, originalmente, os autores mantiveram-nas separadas e aqui optamos por aglutiná-las em uma mesma categoria.

Tendo em vista as categorias de capital político adotadas nesta pesquisa, a metodologia utilizada para coletar os dados será apresentada com maior detalhe a seguir.

2.2.2 Metodologia

No começo de janeiro de 2019, duas pesquisadoras adotaram o Formulário Google, dividindo-o em três partes, cada um com campos de preenchimento mais detalhados para as informações e identificação das fontes adotadas. O mesmo formulário foi utilizado para coletar dados das deputadas federais eleitas tanto em 2014, quanto em 2018. As partes do formulário, bem como as fontes utilizadas, são listadas a seguir:

1. Dados demográficos: nome de urna, estado, partido pelo qual concorreu eleição em 2014 ou 2018, estado civil, grau de instrução, ano de nascimento e raça. A única fonte utilizada nesta parte do formulário foi o perfil da deputada na Divulgação de Candidaturas e Contas do TSE,³¹ cujo *link* foi registrado no momento do preenchimento.
2. Trajetória: qual o ano de filiação ao partido pelo qual concorreu às eleições de 2014 ou 2018;³² se já foi filiado a outros partidos, a quantos (sendo as opções: 1, 2, 3, 4 e 5 ou mais); se já ocupou cargo político não eletivo e, se sim, qual(is); se já ocupou cargo dentro do partido e, se sim, qual(is); se participa ou participou de movimentos sociais e/ou ONGs e, se sim, qual(is). No caso das deputadas federais que disputaram em 2014, o ano de filiação ao partido pelo qual concorreu a eleição foi verificado no *site* da Câmara dos Deputados em “Quem são?”, indicando a 55ª legislatura (2015-2019) e verificando o campo “Filiação”.³³ Para as deputadas que disputaram em 2018, o ano de filiação foi verificado prioritariamente no TSE, na parte de relação de filiados.³⁴ A informação é disponibilizada pelo Tribunal em planilhas, que são separadas por partido e estado.³⁵ Porém, houve casos em que o ano de filiação que constava no TSE não convergia com outras fontes, como o *site* da deputada, do partido e de notícias nacionais ou locais. Nessas situações, o dado do TSE foi priorizado, por ser uma fonte oficial, e nos campos de observação do formulário foi colocado um adendo apontando a divergência. No que se refere à

³¹ DivulgaCandContas 2018. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>. Acesso em: 24 jun. 2019; DivulgaCandContas 2014. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/2014>. Acesso em: 23 jun. 2019.

³² A coleta deste dado teve o intuito de, posteriormente, calcular o tempo de filiação (em anos) da deputada ao partido pelo qual disputou a eleição em 2018. O cálculo foi feito subtraindo 2018 do ano de filiação, desconsiderando os dias e meses. Exemplo: se o ano de filiação é 1989, a subtração de 2018 resulta em 29 anos de filiação. Também procuramos calcular o tempo de filiação que a deputada teve em todos os partidos aos quais foi filiada, não apenas ao qual estava filiada nas eleições de 2018, porém não foram achados dados para todas as deputadas em fontes confiáveis. Logo, o dado foi desconsiderado.

³³ Quem são. Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_resultado_pesquisa?nome=&Partido=QQ&UF=QQ&SX=F&Legislatura=55&condic=QQ&ordem=nome&forma=lista&Pesquisa=Buscar. Acesso em: 24 jun. 2019.

³⁴ Filiação partidária. Relação de filiados. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acesso em: 24 jun. 2019.

³⁵ Foram consultadas 576 planilhas, em vista do formato que o TSE disponibiliza a relação de filiados (o número é a combinação entre os 24 partidos e os 24 estados das deputadas federais eleitas). Para centralizar essa relação e facilitar consultas posteriores, foi feita a sistematização das informações disponibilizadas pelo TSE em uma planilha à parte, criada pelas pesquisadoras.

filiação a outros partidos, observamos primeiro em "Eleições Anteriores" do perfil da deputada no TSE se ela já havia disputado eleição por outros partidos. No caso das reeleitas, a Câmara dos Deputados³⁶ também foi consultada no campo "Filiações partidárias". As demais fontes adotadas foram, em ordem de prioridade, o *site* da deputada, o *site* do partido dela, redes sociais e notícias nacionais ou locais. O período de filiação nos demais partidos muitas vezes não foi encontrado e foi registrado como "N/A" no formulário. Para verificar a ocupação de cargos políticos não eletivos das reeleitas, consultamos o campo "Atividades Profissionais e Cargos Públicos" do perfil na Câmara dos Deputados. Das demais, seguimos o mesmo padrão de consulta já mencionado: o *site* da deputada, o *site* do partido dela, redes sociais e notícias nacionais ou locais. O mesmo procedimento foi realizado para buscar os cargos assumidos dentro do partido e sua participação em movimentos sociais e/ou ONGs.

3. Capital: se possui algum capital político, qual(is) (sendo as opções de múltipla escolha: familiar, religioso, midiático, sindical, do próprio campo e de movimentos sociais);³⁷ e se tem capital familiar, de onde vem (sendo as opções de múltipla escolha: pai, mãe, irmão, irmã, avô, avó, tio, tia, primo, prima, marido, esposa, filho, filha, sogro, sogra, cunhado, cunhada). Em ambas as perguntas cabia o preenchimento de outra resposta em "Outro". As fontes adotadas seguiram o mesmo padrão de consulta trazido anteriormente: o *site* da deputada, o *site* do partido dela, redes sociais e notícias nacionais ou locais. Nos casos de reeleição, o capital sindical pôde ser mais bem averiguado no campo "Atividades Sindicais Representativas de Classe Associativas e Conselhos" do perfil na Câmara dos Deputados.

Os dados foram coletados entre o período de 8 de janeiro a 1 de fevereiro de 2019. Tendo sido elucidados os campos de preenchimento, as informações e as fontes adotadas na presente metodologia, partimos agora para a apresentação dos resultados da coleta de dados realizada.

³⁶ Quem são os deputados. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>. Acesso em: 24 jun. 2019.

³⁷ Categorias baseadas em Miguel, Marques e Machado (2015), apresentadas na subseção anterior.

2.2.3 Resultados

Optamos por dividir os resultados em duas partes: na primeira, é apresentada a trajetória política das deputadas federais eleitas em 2014 e 2018, o que significa que são trazidos dados sobre tempo de filiação;³⁸ números de partidos aos quais as deputadas já foram filiadas; quantas já ocuparam cargos políticos não eletivos; quantas já ocuparam cargos dentro de partidos; e quantas participam (ou participaram) de movimentos sociais e/ou ONGs.

A parte seguinte dos resultados é dedicada exclusivamente à distribuição de capitais políticos entre as deputadas federais eleitas de ambas legislaturas, em sequência destacamos a origem do capital familiar delas.

Ao longo de toda subseção, as categorias (i) novatas na política; (ii) novatas na Câmara Federal; (iii) reeleitas à Câmara Federal; e (iv) tentantes,³⁹ apresentadas na seção "Trajetória eleitoral", são adotadas para compor a análise dos dados.

2.2.3.1 Trajetória política

No que se refere ao tempo de filiação das 77 deputadas eleitas em 2018, destas, as novatas na política (21 deputadas) chamam atenção, pois a média do tempo de filiação é 1,9 anos, porém este número conta com a distorção: a deputada Professora Rosa (PT-MT), que possui 31 anos de filiação. Retirando esta deputada do cálculo, há uma expressiva mudança: a média do tempo de filiação cai para 0,4 anos (desvio padrão de 0,94). Das 21 deputadas novatas na política, 16 (72,2%) se filiaram ao partido pelo qual disputaram as eleições de 2018 no mesmo ano, 2 se filiaram um ano antes e outras 2, 3 anos antes.

Das 29 deputadas que compõem o grupo de até 1 ano de filiação da legislatura eleita em 2018 (37,7%), ilustrado no Gráfico 7, chama atenção o fato de 18 serem novatas na política. Na faixa de 2 a 5 anos de filiação, há 14 deputadas (18,2%); de 6 a 10 anos,

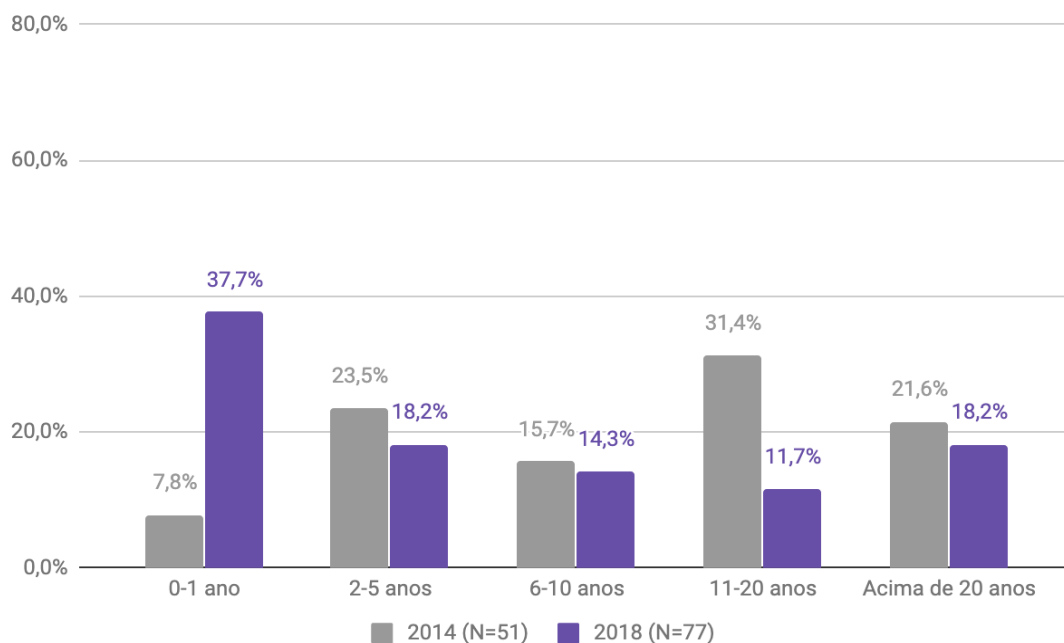
³⁸ Tempo de filiação (em anos) ao partido pelo qual a deputada disputou a eleição em 2018.

³⁹ (i) *Novatas na política*: deputadas federais eleitas no ano de 2018 e que não disputaram eleições em um momento anterior; (ii) *Novatas na Câmara Federal*: deputadas federais que já haviam sido eleitas para outros cargos, mas que não disputaram eleições com o intuito de preencher uma posição dentro da Câmara Federal antes de 2018; (iii) *Reeleitas à Câmara Federal*: deputadas federais que já disputaram e venceram eleições para a Câmara Federal; e (iv) *Tentantes*: deputadas federais que possuem experiência como candidatas em eleições anteriores, mas que não tiveram sucesso até 2018.

11 deputadas (14,3%); de 11 a 20 anos, 9 deputadas (11,7%); e acima de 20 anos, há 14 deputadas federais (18,2%).

O Gráfico 7 ressalta diferenças relevantes entre as legislaturas eleitas em 2014 e 2018. No caso de 2014, o grupo de até 1 ano de filiação representa apenas 7,8% (4) das deputadas federais, ou seja, substantivamente inferior a 2018 (37,7%, 29), conforme apontado anteriormente. Destas 4, apenas 1 não disputou eleições anteriores, ou seja, é novata na política, sendo que todas as demais (3) já tinham ocupado cargo eletivo antes. Outra observação relevante é sobre o grupo que possui filiação entre 11 e 20 anos, uma vez que se trata de uma categoria mais expressiva em 2014 (31,4%, 16) do que em 2018 (11,7%, 9). Dito isso, a distribuição das deputadas federais de 2014 e 2018 de acordo com o tempo de filiação pode ser representada da seguinte forma:

Gráfico 7 – Distribuição das deputadas federais por tempo de filiação



Fonte: TSE, Câmara dos Deputados e outras.⁴⁰ Elaboração própria.

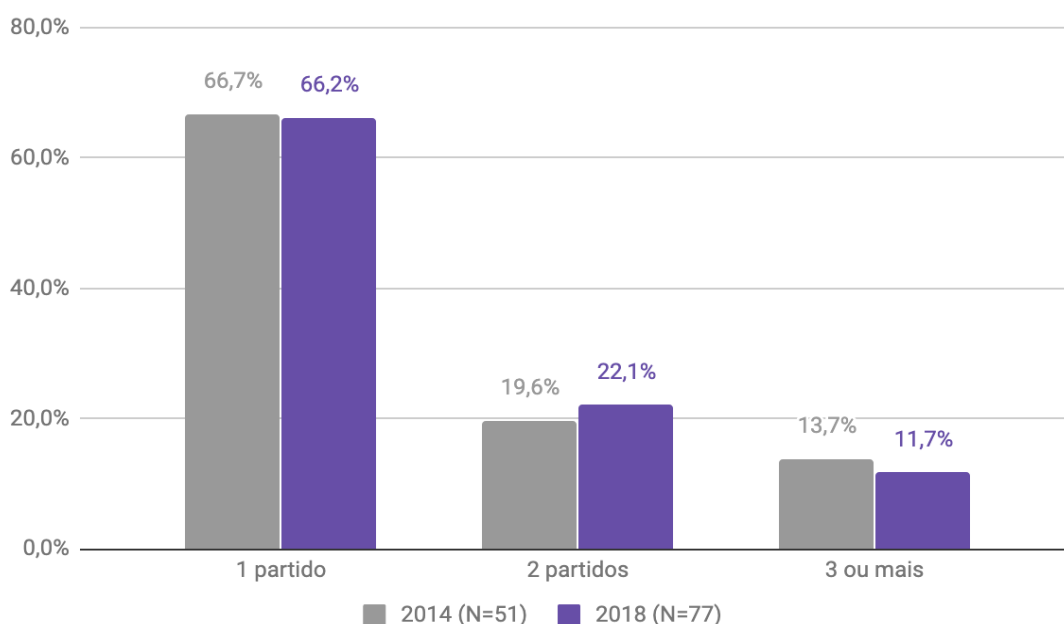
Observando, agora, a quantidade de partidos aos quais as deputadas já foram filiadas, a partir do Gráfico 8, verificamos que 66,2% (51) das deputadas eleitas em 2018,

⁴⁰ Site oficial da deputada federal eleita, perfil da deputada no site de seu partido e suas redes sociais.

em toda sua trajetória política, foram filiadas a apenas um partido político. Em grande parte, este dado se deve às 21 novatas na política, uma vez que nenhuma foi filiada a outro partido antes. Das demais, 22,1% (17) das deputadas foram filiadas a 2 partidos e 11,7% (9) foram filiadas a 3 ou mais partidos.⁴¹ A mesma proporção existe em 2014, sendo que 66,7% (34) das deputadas foram filiadas a 1 partido; 19,6% (10) a 2 partidos; e 13,7% (7) a 3 ou mais partidos.

Os dados de ambas as legislaturas no que se refere ao número de partidos aos quais as deputadas foram filiadas estão ilustrados no Gráfico 8, a seguir.

Gráfico 8 – Distribuição das deputadas federais por quantidade de partidos aos quais já foram filiadas



Fonte: TSE, Câmara dos Deputados e outras.⁴² Elaboração própria.

Apesar da semelhança dos dados apresentados no Gráfico 8, é necessário compreendê-los de forma conjunta às outras análises feitas anteriormente. No caso das 34 deputadas eleitas em 2014 que foram filiadas a apenas 1 partido, apenas 7 eram novatas na política, com uma média de aproximadamente 6,9 anos de filiação, ou seja, não eram

⁴¹ O número máximo de partidos aos quais uma deputada já foi filiada é 5.

⁴² Site oficial da deputada federal eleita, perfil da deputada no site de seu partido e suas redes sociais.

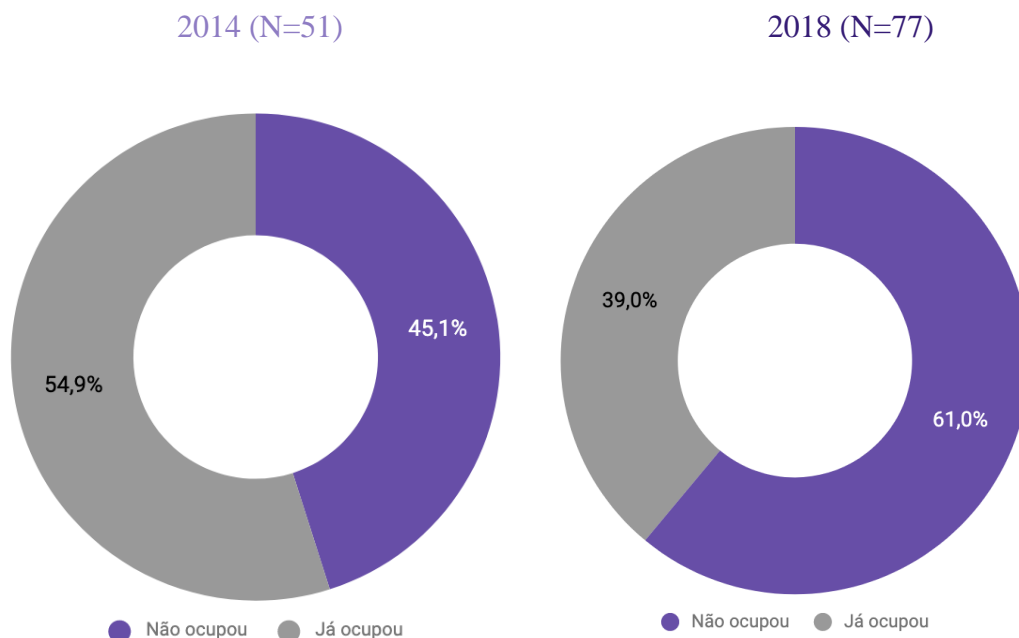
recém-filiadas.⁴³ Trata-se de uma diferença relevante em relação à legislatura de 2018, pois, conforme demonstrado em 2.3.1, 72,2% (16) das novatas na política de 2018 (N=21) se filiaram ao partido pelo qual disputaram as eleições no mesmo ano, 2 se filiaram 1 ano antes e outras 2, 3 anos antes. A partir disso, é possível afirmar que as novatas na política de 2014 possuíam uma relação mais longa com seus partidos em comparação com as novatas na política eleitas em 2018.

No que se refere aos demais dados de trajetória política das deputadas federais eleitas em 2014 e em 2018 levantados na pesquisa, são apresentados a seguir gráficos que apresentam, nesta ordem, (i) a distribuição das deputadas segundo a ocupação de cargos políticos não eletivos, (ii) de cargos dentro de partidos e, por fim, (iii) a participação em movimentos sociais e/ou ONGs.

Tendo em vista os cargos políticos não eletivos e o Gráfico 9, apresentado a seguir, 39% das deputadas federais eleitas em 2018 – ou seja, 30 – já ocuparam algum cargo político não eletivo antes de disputar as eleições de 2018. Destas, 26 já ocuparam, mais especificamente, cargos de Secretárias [de Estados e/ou Municípios] ou Ministras de Estado. Em comparação com 2014, em 2018 houve um aumento substantivo no número de deputadas federais que nunca ocuparam cargos políticos não eletivos antes – de 45,1% (23) em 2014 para 61% (47) em 2018.

⁴³ Neste caso, apenas uma das deputadas federais novatas era recém-filiada ao seu primeiro partido.

Gráfico 9 – Distribuição de deputadas federais que já ocuparam cargos políticos não eletivos



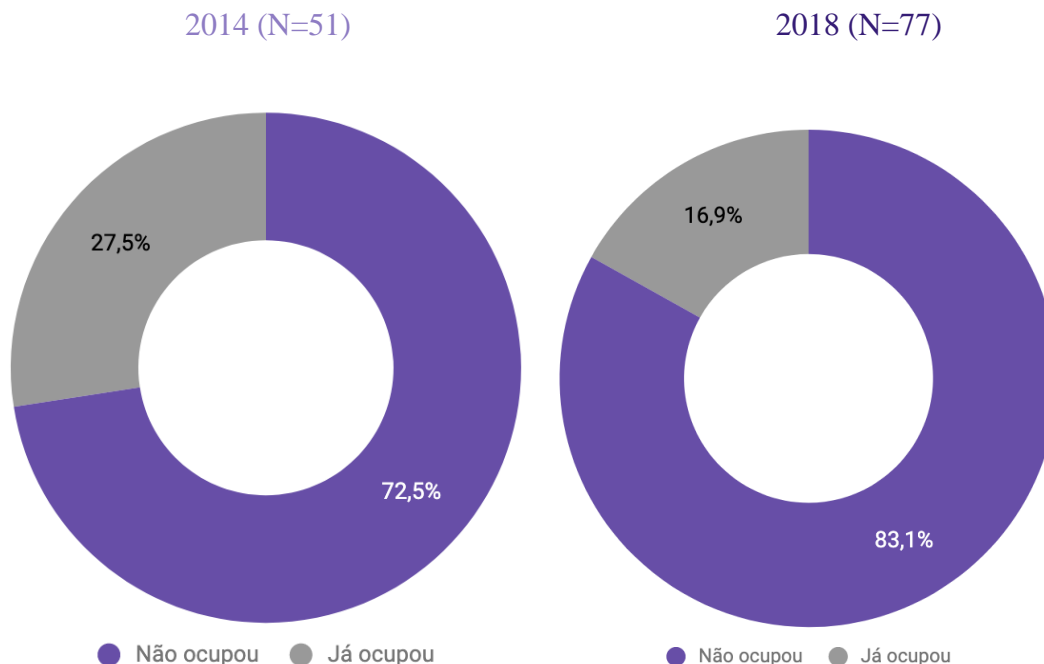
Fonte: Câmara dos Deputados e outras.⁴⁴ Elaboração própria.

Observando agora a distribuição de deputadas federais que já ocuparam cargos dentro de partidos, conforme ilustrado no Gráfico 10, a seguir, 16,9% das deputadas federais eleitas em 2018 já ocuparam cargos desse tipo, o que se traduz em 13 deputadas. Das eleitas em 2014, 27,5% (14) já ocuparam cargos em partidos, sendo um número proporcionalmente maior do que o de 2018.

Das deputadas federais eleitas em 2018, chama atenção uma novata na política, a Professora Dayane Pimentel (PSL-BA), ter ocupado um cargo dentro do partido. Ela filiou-se ao PSL ainda em 2018, ou seja, era recém-entrante naquele núcleo e, ainda, não tem registro de ter pertencido a outro partido antes. O que explicaria o caso é o fato de a deputada ter capital midiático, que será tratado junto com os demais capitais políticos em 2.3.2.

⁴⁴ Site oficial da deputada federal eleita, perfil da deputada no site de seu partido e suas redes sociais.

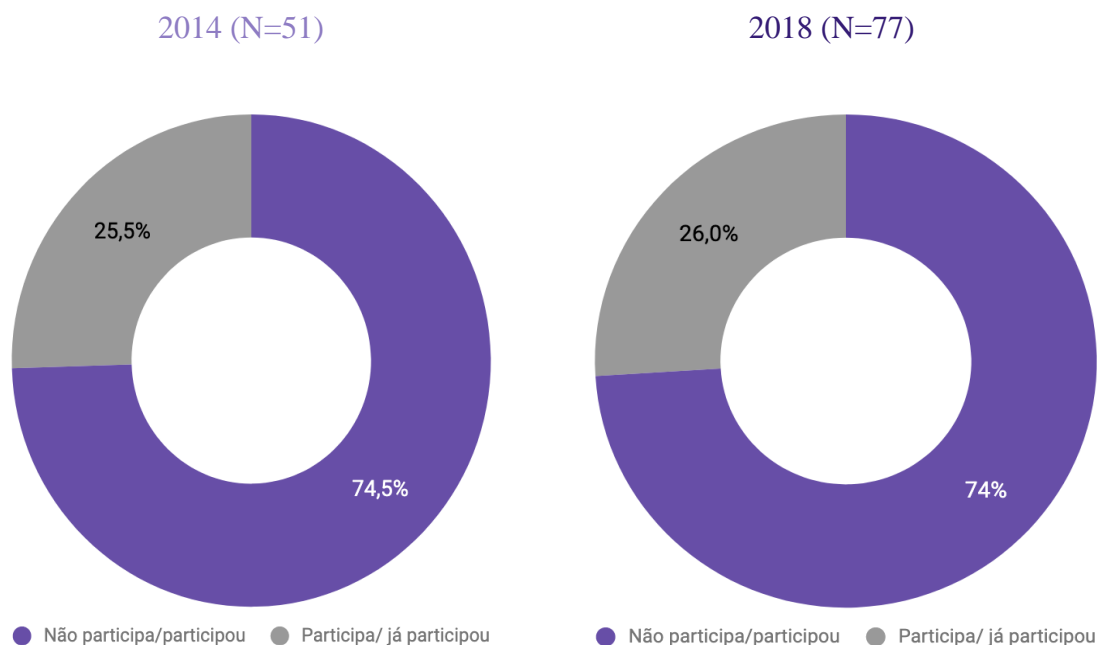
Gráfico 10 – Distribuição de deputadas federais que já ocuparam cargos em partidos



Fonte: *Site* oficial da deputada federal eleita, perfil da deputada no *site* de seu partido e suas redes sociais.
Elaboração própria.

No que se refere à participação em movimentos sociais e/ou ONGs, das 77 deputadas federais eleitas em 2018, constatamos que 18 já participaram de movimentos sociais e, segundo as fontes consultadas, apenas 2 tiveram participação ativa em ONGs – em um dos casos, trata-se da ONG fundada pela própria família da deputada (Renata Abreu do PODE-SP). Em comparação com 2014, a proporção é muito semelhante: 25,5% (13) participam ou já participaram, frente a 26% (20) em 2018, conforme ilustrado no Gráfico 11, a seguir.

Gráfico 11 – Distribuição de deputadas federais que participam ou participaram de movimentos sociais e/ou ONGs



Fonte: *Site* oficial da deputada federal eleita, perfil da deputada no *site* de seu partido e suas redes sociais.
Elaboração própria.

Tendo em vista o analisado até o momento nesta seção, pode-se afirmar que, em geral, as novatas na política eleitas em 2018 possuem menos experiência que as de 2014. Aquelas filiaram-se pela primeira vez a um partido no ano em que concorreram à eleição, diferentemente destas, cuja maioria já possuía uma trajetória partidária no partido em que disputaram. Além disso, as deputadas federais eleitas em 2018 demonstraram menos participação em cargos políticos não eletivos, bem como em cargos dentro de partidos, ambos considerados duas fontes importantes de capital político do próprio campo. Porém, para compreender de forma mais apurada esse fenômeno, é necessário considerar outros fatores, tal qual o capital político, abordado a seguir.

2.2.3.2 *Capital político*

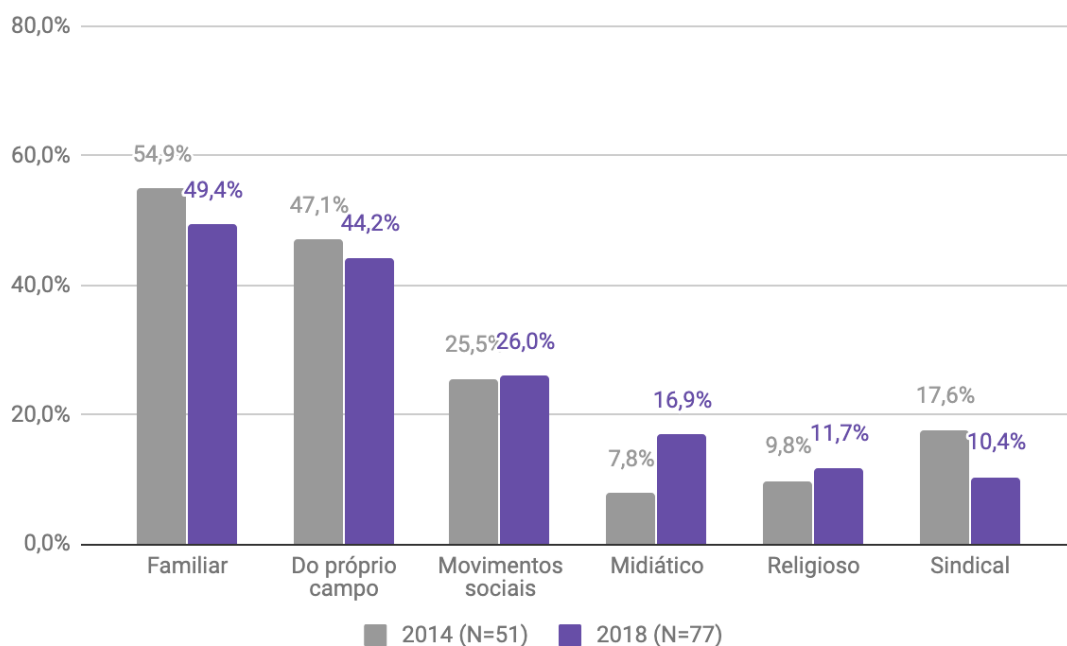
No que refere aos capitais políticos, o Gráfico 12 ilustra a proporção da presença destes nas mulheres eleitas à Câmara Federal em 2014 e 2018, separados por tipo.

No caso da legislatura eleita em 2018, é possível perceber que, dentre todos os tipos de capital político, o capital familiar é o mais presente (49,4%, 38 deputadas), seguido do capital político do próprio campo (44,2%, 34 deputadas). Em terceiro lugar está o capital advindo de movimentos sociais (26%, 20 deputadas), seguido do capital midiático (16,9%, 13 deputadas), religioso (11,7%, 9 deputadas) e sindical (10,4%, 8 deputadas). O que chama atenção nas deputadas eleitas em 2018 que detêm capital midiático é que das 13, 10 são novatas na política.

Conforme o gráfico demonstra, os três capitais políticos mais presentes em 2018 são os mesmos de 2014, em proporções semelhantes. Das 51 deputadas federais eleitas em 2014, 54,9% (28) tinham capital familiar; 47,1% (24) tinham capital político do próprio campo; e 25,5% (13), capital advindo de movimentos sociais.

A diferença entre 2014 e 2018 aparece nos três últimos capitais, em que o capital sindical teve uma presença maior na legislatura anterior (17,6%, 9 deputadas), seguido do capital religioso (9,8%, 5 deputadas) e, por fim, do capital midiático (7,8%, 4 deputadas). Tendo isso em vista, é possível dizer que o capital midiático ganhou destaque maior entre as eleitas de 2018.

Gráfico 12 – Distribuição de deputadas federais por tipo de capital político⁴⁵



Fonte: *Site* oficial da deputada federal eleita, perfil da deputada no *site* de seu partido, suas redes sociais e portais de notícias. Elaboração própria.

Observando mais especificamente o capital familiar, o Gráfico 13, na sequência, ilustra a proporção de suas origens dentre as mulheres eleitas à Câmara Federal em 2014 e 2018, separadas por tipo.

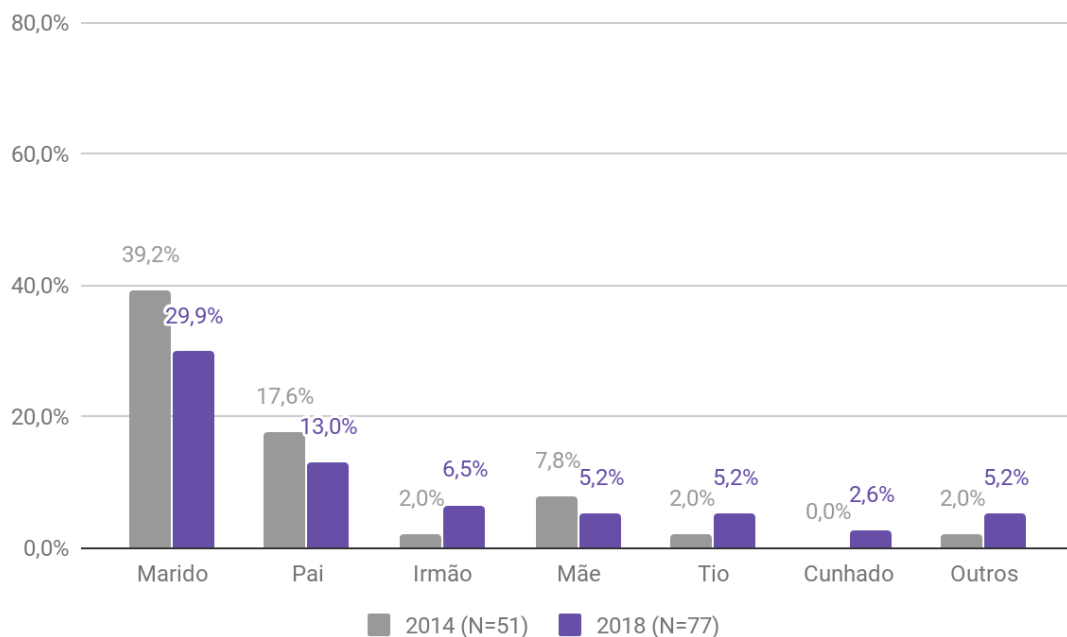
Em grande medida, a origem de capital familiar mais presente entre as mulheres eleitas em 2018 é o marido (29,9%, 23 deputadas), seguida do pai (13%, 10 deputadas), bem como ocorre em 2014, porém na legislatura anterior a concentração era maior: 39,2% (20) tinham capital familiar advindo do marido e 17,6% (9), do pai.

As demais origens de capital familiar são menos expressivas, sendo elas: irmão (5); mãe (4); tios (5); cunhado (2); avós (2); e sogra (1). Juntos, correspondem a 24,7% das origens de capital familiar das 77 deputadas federais. No caso de 2014, são: mãe (4),

⁴⁵ A soma da distribuição não resultará em 100%, pois cada deputada já pode ter mais de um tipo de capital político.

irmão (1), tio (1) e avô (1), que juntos somam 13,7% das 51 deputadas. No Gráfico 13, a seguir, a categoria "Outros" engloba avô, avó, tia e sogra.

Gráfico 13 – Distribuição de deputadas federais por origem de capital familiar



Fonte: *Site* oficial da deputada federal eleita, perfil da deputada no *site* de seu partido e suas redes sociais.

Elaboração própria.

É possível verificar que em ambas as legislaturas o papel do capital político familiar é relevante. O que se observa em 2018, que difere de 2014, é o capital midiático ter aumentado em relevância, em contraposição à queda de presença do capital sindical.

2.3. Movimentos de renovação política

2.3.1 Objeto da pesquisa

Os movimentos suprapartidários de renovação política (MSRP) são um fenômeno relativamente recente, pouco estudado pela academia e de difícil classificação. Em um trabalho recente, Mohallem (2018) tenta classificá-los como movimentos que surgem

como uma reação à falta de habilidade dos partidos políticos de criar espaços de debate e inclusão política eficientes. Isso ocorre, pois, embora os partidos possuam números significativos, cerca de 16 milhões de filiados,⁴⁶ existe pouca participação ativa desses filiados dentro dos partidos. Baixos níveis de renovação política e uma insistência em manter quadros políticos tradicionais num cenário/momento onde há forte rejeição popular são alguns dos elementos trazidos pelo autor para justificar a separação. Esse cenário reforça o debate político atual, que tende a considerar e dar subsídios às novas perspectivas ideológicas que contestam as atuações partidárias.

É difícil dizer o que seria um movimento suprapartidário de renovação política atuante em nível nacional. Para isso, seria necessário estabelecer critérios que determinam o que são movimentos suprapartidários e assim analisar tais movimentos através dos elementos comuns existentes entre eles.

Com o intuito de solucionar esse impasse, foram utilizados os dados disponíveis no portal Congresso em Foco⁴⁷ e no *site* do TSE. O relatório incorporou todos os movimentos que se autodeclaravam ser de renovação política, mas que não fizessem parte direta de partidos políticos, como os núcleos de juventude partidária ou de lideranças de minorias. Desse modo, chegamos à seguinte lista:

1. Movimento Agora!
2. Renova Brasil
3. Acredito
4. Vote Nelas
5. Ocupa Política
6. Livres
7. Raps
8. Nós
9. Frente Favela Brasil
10. Brasil 21

⁴⁶ Dados obtidos junto ao TSE, atualizados em outubro de 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>. Acesso em: 24 jun. 2019.

⁴⁷ MACEDO, Isabella. Veja a lista dos mais de 300 candidatos de movimentos de renovação política. *Congresso em Foco*, 5 out. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/veja-os-mais-de-300-candidatos-de-movimentos-de-renovacao/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

11. Movimento Brasil Livre (MBL)⁴⁸

Os grupos aqui retratados se estruturam por meio de três eixos: (i) capacitação técnica; (ii) treinamento e auxílio para campanhas; e (iii) formulação de uma agenda comum de propostas. No primeiro tópico, todos os grupos engajaram em medidas de treinamento de seus associados em alguma medida, seja incentivando o debate de tópicos, seja organizando cursos e aulas sobre os mais diversos temas, sempre com o foco de formar quadros políticos mais qualificados.

Quanto ao segundo tópico (ii), alguns dos movimentos, como o Raps⁴⁹ e o Renova BR,⁵⁰ também se organizavam de modo a auxiliar nas campanhas, tanto em oferecer treinamento quanto em disponibilizar recursos e/ou voluntários para o auxílio na campanha. Por fim (iii), os grupos não parecem ter uma pauta excludente de posições políticas, mas existem pautas comuns, que mudam conforme o grupo, mas sempre defendendo o discurso de renovação e desenvolvimento social-econômico.

Nem todos os grupos apresentam descrições completas sobre suas características, ao menos de modo claro, em seus *sites* e materiais de divulgação, mas todos atendem ao menos a um dos três critérios.

2.3.2 Metodologia

A fim de compreender o papel dos movimentos de renovação política nas eleições de 2018, em novembro do mesmo ano um pesquisador foi incumbido de mapear esses movimentos e sua possível relação com algumas das deputadas federais eleitas.

Para tanto, foram realizadas buscas em *sites* de internet a fim de saber quem são e como agem os MSRP. Utilizamos o portal Congresso em Foco,⁵¹ já que este detinha informações referentes tanto às mulheres quanto aos homens eleitos, e o artigo de Mohallem (2018), discutido anteriormente. Em seguida, foi criada uma planilha Excel

⁴⁸ Embora não incluso na reportagem do Congresso em Foco, o MBL foi levado em consideração no texto de Mohallem (2018). Por isso, optamos por incorporar este movimento na nossa lista.

⁴⁹ Formação. RAPS. Disponível em: <https://www.raps.org.br/formacao/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

⁵⁰ Renova Br. Líderes. Disponível em: <https://renovabr.org/o-que-fazemos/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

⁵¹ MACEDO, Isabella. Veja a lista dos mais de 300 candidatos de movimentos de renovação política. *Congresso em Foco*, 5 out. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/veja-os-mais-de-300-candidatos-de-movimentos-de-renovacao/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

para registrar as mulheres eleitas pelo estado de São Paulo que foram classificadas como membras e não membras de MSRP.

Em janeiro de 2019, outra pesquisadora revisou o pré-relatório. A equipe optou, então, pela expansão das buscas para todas as 77 deputadas federais eleitas em 2018, sendo elas contabilizadas no mesmo formato das deputadas federais eleitas por São Paulo anteriormente: membras e não membras de MSRP.

A ferramenta Formulário Google também ajudou na sistematização de dados nessa etapa da pesquisa. No formulário criado pela pesquisadora em janeiro de 2019, foram listados todos os movimentos que a equipe levantou como sendo de renovação político-partidária (Movimento Agora!; Renova Brasil; Acredito; Vote Nelas; Ocupa Política; Livres; Raps; Nós; Frente Favela Brasil; Brasil 21; Movimento Brasil Livre).

As fontes adotadas foram os *sites* dos próprios movimentos de renovação e das mulheres eleitas, assim como suas redes sociais. Optamos por realizar uma nova busca de bibliografias complementares e/ou compatíveis com o tema, mas, em razão da pouca existência de materiais que retratem esse fenômeno até o momento da redação do presente relatório, escolhemos manter as mesmas referências utilizadas anteriormente. A lista do Congresso em Foco⁵² foi reaproveitada, num primeiro momento, como fonte de verificação dos dados levantados pela equipe.

Compreendidos os procedimentos metodológicos, partimos para a divulgação dos resultados referentes à coleta de dados executada.

2.3.3 Resultados

De acordo com as informações coletadas pela pesquisa, das 77 deputadas federais eleitas em todo o Brasil, 7 – ou seja, aproximadamente 9% – têm vínculos com movimentos de renovação, como podemos observar no Quadro 1, a seguir.

⁵² MACEDO, Isabella. Veja a lista dos mais de 300 candidatos de movimentos de renovação política. *Congresso em Foco*, 5 out. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/veja-os-mais-de-300-candidatos-de-movimentos-de-renovacao/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

Quadro 1 – Relação de deputadas federais que participaram de movimentos de renovação política (2018)

Nome	Partido	Estado	Grupo
Áurea Carolina	PSOL	MG	Ocupa Política
Fernanda Melchionna	PSOL	RS	Vote Nelas, Ocupa Política
Joenia Wapichana	REDE	RR	Agora!, Renova Br
Leandre	PV	PR	Raps
Sâmia Bomfim	PSOL	SP	Ocupa Política
Tabata Amaral	PDT	SP	Acredito, Renova Br, Raps
Talíria Petrone	PSOL	RJ	Ocupa Política

Fonte: Congresso em Foco, *sites* dos MSRP e *sites* oficiais das deputadas. Elaboração própria.

As deputadas Carla Zambelli (PSL-SP), Caroline de Toni (PSL-SC) e Joice Hasselmann (PSL-SP), apesar do forte envolvimento com o MBL antes e durante a campanha eleitoral, não foram consideradas pertencentes ao grupo pelo fato de não constarem na lista de parlamentares representantes em seu *site* oficial.⁵³

2.4. Espectro ideológico das eleitas à Câmara Federal

2.4.1 Objeto da pesquisa

A descrição do espectro ideológico das eleitas tem como objetivo evidenciar possíveis inclinações e posicionamentos ideológicos por meio de dois polos/núcleos que diferem por estarem alocados em campos que se interligam à esquerda e à direita. De

⁵³ Disponível em: <http://mbl.org.br/parlamentares/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

acordo com essa lógica, os partidos políticos distribuem-se entre esquerda, centro e direita.

2.4.2 Metodologia

Com o objetivo de compreender o espectro político em que se localizam os partidos, buscamos na literatura sobre o tema trabalhos que poderiam nos orientar nessa classificação. O maior desafio foi a recente mudança no jogo político-partidário brasileiro, no qual um dos maiores partidos (PT) foi objeto de diversos ataques que reduziram consideravelmente sua força; outro importante partido (PSDB) sofreu divisões internas que reduziram sua influência, o que foi refletido na diminuição no número de parlamentares eleitos; e um partido pequeno e ultraconservador, que parecia não ter lugar no jogo político (PSL), tomou proporções inimagináveis, elegendo 52 deputados federais e o presidente da República.

A entrada de um partido radicalmente conservador produziu um deslocamento no espectro político e alguns partidos que antes eram identificados como pertencentes à direita, comparados ao PSL, começaram a pender para o centro. Foi nesse movimento que encontramos a maior dificuldade na classificação do partido. Dado que os estudos existentes sobre o assunto ainda não abordam as eleições de 2018, tivemos que tomar algumas decisões sobre uma nova classificação. Embora o trabalho mais recente sobre o assunto refira-se às preferências ideológicas dos eleitores no nível municipal (POWER e RODRIGUES-SILVEIRA, 2019), ele nos proporcionou algumas pistas para organizar nossa classificação, que indicaremos mais adiante. O principal desafio foi definir o centro, uma vez que a classificação poderia dar-se considerando o programa dos partidos e sua forma de votação ou sua posição estratégica de formação de alianças.

A imprensa denominou a união estratégica de certos partidos de “centrão”. Trata-se de um conjunto de partidos não programáticos, que não defendem pautas específicas, mas que se unem para negociar cargos e favores. O grupo em questão se configurou em 2014 e reunia 13 partidos, entre eles o PSL. Atualmente é composto por cinco partidos: DEM, PSC, PRB, SD e PP. O Partido Social Liberal, por sua vez, apresenta pautas definidas e parece manter certa fidelidade partidária entre seus filiados. Optamos, porém, por não seguir essa divisão, uma vez que entendemos que a posição conservadora dos partidos em questão os coloca no polo da direita. Além disso, temos ainda dúvidas se é

possível considerar o PSL um partido não programático, uma vez que existe um plano de ação e valores muito claros e certa coesão entre seus integrantes nesse sentido.

Dadas as dificuldades, decidimos adotar aqui a classificação desenvolvida por Power e Zucco (2009) e atualizada pelo trabalho mais recente de Power e Rodrigues-Silveira (2019). Nesse sentido, adotamos a decisão dos autores em localizar o PSL, que ainda não existia na primeira análise, de acordo com o partido mais conservador documentado em 2017 (DEM), ou seja, à direita. Além disso, incluímos partidos que não foram considerados na análise dos autores (esses últimos estão indicados), bem como deixamos destacadas as antigas nomenclaturas dos novos partidos criados entre 2014 e 2018. Dessa maneira, chegamos à classificação apresentada no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Distribuição dos partidos políticos segundo espectro ideológico (2018)

Esquerda do centro	Centro	Direita do centro
PCdoB PT PSTU PSOL PSB PDT PROS PPS PCO PPL PCB	PSDB MDB (ex-PMDB) REDE PV	PTB DEM PSL NOVO PSD PR Podemos (ex-PTN) PRTB PP PRB Avante (ex-PT do B) PTC Solidariedade PMN PMB PHS PSC PSDC (ex-DC)

		Patri (ex-PEN) PRP
--	--	-----------------------

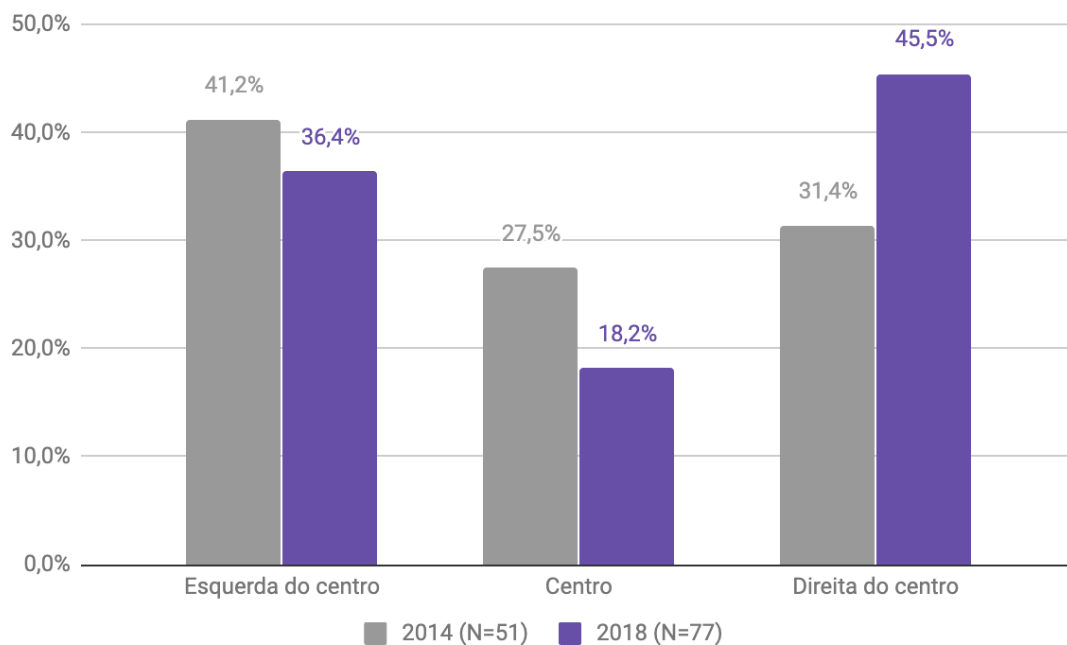
Fonte: Power e Zucco (2009); Power e Rodrigues-Silveira (2019). Elaboração própria.

2.4.3 Resultados

A partir da metodologia adotada, desenvolvida anteriormente, elaboramos o Gráfico 14, que ilustra a distribuição das deputadas federais eleitas em 2014 e 2018, segundo o espectro ideológico de seus partidos.

Podemos notar no Gráfico 14 que, das 77 deputadas eleitas para a Câmara Federal em 2018, 35 (ou seja, 45,5%) estão ligadas a partidos de direita, enquanto que 28 (36,4%) são de partidos de esquerda, e 14 (18,2%) de partidos de centro. Em relação a 2014, podemos notar que, das 51 deputadas federais, 16 (ou seja, 31,4%) estavam em partidos considerados de direita, enquanto que 21 (41,2%) estavam em partidos de esquerda, e 14 (27,5%) em partidos de centro.

Gráfico 14 – Distribuição das deputadas federais eleitas em 2014 e 2018 por espectro ideológico



Fonte: TSE e Power e Zucco (2009). Elaboração própria.

De 2014 a 2018, a porcentagem de mulheres eleitas por partidos de direita teve aumento de 14,1%, enquanto que as eleitas por partidos de centro diminuíram 9,3%, e as de partido de esquerda diminuíram 4,8%.

CAPÍTULO 3. FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

Este capítulo descreverá as mudanças nas regras eleitorais de financiamento de campanha, comparando as regras vigentes nas eleições de 2014 com as de 2018. Em seguida, nos voltaremos para os dados de financiamento das eleições de 2018, com o objetivo de verificar se os partidos cumpriram as regras, especialmente no que diz respeito à porcentagem que deveria ser destinada às candidaturas femininas. Posteriormente, analisaremos as mudanças na dinâmica de distribuição de recursos recebidos por homens e mulheres, realizando também recortes de raça/cor e competitividade eleitoral. Por fim buscaremos levantar hipóteses para compreender os efeitos da mudança das regras sobre a distribuição dos recursos financeiros e consequentemente sobre o sucesso de candidaturas femininas à representação política das mulheres.

3.1. A regulação do financiamento eleitoral em 2018

As regras eleitorais que regeram as eleições de 2018 sofreram mudanças substanciais se comparadas às vigentes nas eleições gerais de 2014. Tais modificações tiveram efeitos decisivos em como o jogo eleitoral se desenvolveu. A principal e mais polêmica mudança foi a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), criado pela Lei n. 13.487/2017. O fundo totalizou em 2018 um valor maior que R\$ 1,7 bilhão e foi distribuído entre os partidos de acordo com critérios estabelecidos pela Resolução – TSE n. 23.568/2018:

- I - 2% divididos igualitariamente entre todos os partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral;
- II - 35% divididos entre os partidos que tenham pelo menos um representante na Câmara dos Deputados, na proporção do percentual de votos por eles obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados;
- III - 48% divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes na Câmara dos Deputados, consideradas as legendas dos titulares, e

IV - 15% divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes no Senado Federal, consideradas as legendas dos titulares.

Além disso, as eleições de 2018 trouxeram novidades sobre o financiamento de campanhas de candidaturas femininas. Ao ser provocado pela Procuradoria Geral da República (PGR), o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a inconstitucionalidade do artigo 9º da Lei n. 13.165/2015, que instituía um percentual mínimo de 5% e máximo de 15% da utilização do Fundo Partidário (FP) para as campanhas de mulheres. O STF entendeu que o piso deveria ser de 30%, acompanhando o percentual mínimo de candidaturas reservadas para cada sexo nas listas dos partidos ou coligações para cargos de representação proporcional, segundo o artigo 10º da Lei n. 9.504/1997, e o teto foi abolido, devendo o percentual do financiamento acompanhar o das candidaturas proporcionalmente.

É importante destacar também que o STF determinou que, em dissonância com a lei que estabelece cotas eleitorais de gênero, as cotas relativas ao financiamento poderiam englobar tanto candidaturas a eleições proporcionais quanto majoritárias. Posteriormente ao julgamento, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi consultado sobre a extensão de tal decisão em relação à distribuição do FEFC e aos tempos de rádio e TV, ao que respondeu de maneira positiva, determinando o percentual mínimo de 30% para ambos os casos, também para candidaturas às eleições proporcionais e majoritárias.⁵⁴

3.2. Partidos e distribuição dos recursos

O papel dos partidos políticos no financiamento das candidaturas tornou-se ainda mais relevante com a alteração das regras eleitorais. Se até 2016 os candidatos e as candidatas podiam buscar financiamento privado de pessoas jurídicas de forma independente dos partidos, o que correspondia a cerca de 35% da fonte dos recursos (SACCHET e SPECK, 2012), isso não ocorreu nas eleições de 2018. A proibição da

⁵⁴ Informações consultadas no artigo produzido pelas coordenadoras da pesquisa, Catarina Barbieri e Luciana Ramos, em conjunto com a pesquisadora do CEPESP-FGV, Lara Mesquita. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/5801137/eleicao-em-dados-novas-regras-mesmas-gravatas>. Acesso em: 24 jun. 2019.

doação de pessoas jurídicas para campanhas retirou as empresas – ao menos oficialmente – da dinâmica de financiamento de campanhas.

Com a instituição do FEFC, os partidos ganham ainda mais relevância na destinação dos recursos financeiros, uma vez que esses são transferidos aos diretórios nacionais partidários. Para receberem os recursos relativos ao FEFC, os partidos políticos tiveram de estabelecer critérios sobre a distribuição do valor a ser recebido. A Resolução n. 23.568/2018, através da redação do artigo 6º, determinou que o partido político ficou livre para estabelecer os critérios de distribuição dos recursos financeiros provenientes do FEFC a seus candidatos e candidatas, desde que respeitando o percentual mínimo de 30% a ser destinado exclusivamente para as candidaturas femininas.

O TSE determinou que “é uma decisão *interna corporis* das agremiações partidárias, o que não enseja uma análise de mérito do TSE quanto aos critérios fixados, à exceção do destaque da cota de gênero (Consulta TSE n. 0600252-18, julgada em 22 de maio de 2018)”. Assim, não foi definido pelo TSE a que tipos de candidaturas as cotas de gênero deveriam ser destinadas, se a candidaturas a eleições majoritárias ou proporcionais.

De acordo com a interpretação da Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo, que dispõe sobre o uso dos 30% do financiamento de candidaturas femininas do FEFC, o aporte direcionado para candidaturas femininas a eleições majoritárias não poderia ser computado nesse percentual. Na opinião da Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo, “o gasto com as candidaturas majoritárias femininas não os libera da obrigação de gastar o mínimo legal com suas candidatas a deputadas”.⁵⁵

Tendo em vista essa interpretação, analisamos as resoluções apresentadas pelos partidos políticos sobre a distribuição do FEFC, destacando a destinação dos 30% dos recursos reservados às candidaturas femininas:

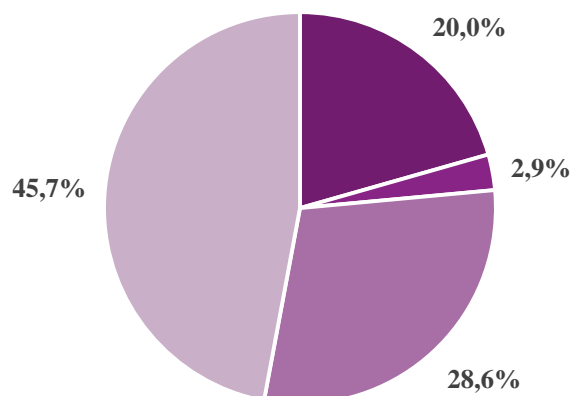
Observamos que, dos 35 partidos, 7 (20%) (PPS, PTC, PMN, PATRIOTA, AVANTE, PRP, PROS) indicaram que aplicariam os recursos somente em candidatas às eleições proporcionais ou prioritariamente nelas. Apenas um partido (PSTU) informou

⁵⁵ Disponível em: <http://www.presp.mpf.mp.br/index.php/noticias/2051-financiamento-das-candidatas-e-atuacao-do-ministerio-publico-eleitoral-em-sao-paulo>. Acesso em: 24 jun. 2019.

que aplicaria os recursos exclusivamente em candidatas majoritárias. Dez partidos indicaram que fariam uma mescla entre proporcionais e majoritárias (PRTB, MDB, PP, PODEMOS, PCdoB, PTB, PMB, PSC, PCO, PCB) e os demais – um número significativo de 16 partidos – indicaram que cumpririam os 30% sem apresentar qualquer indicação de como se daria a divisão entre candidatas. O NOVO foi o único partido que optou por não receber recursos do FEFC e, portanto, não houve repasses para mulheres ou homens. O Gráfico 15 mostra a proporção de partidos pela maneira que indicaram o uso dos recursos do FEFC em suas resoluções.

Gráfico 15 – Indicação do uso de recursos do FEFC nas resoluções partidárias

■ Proporcionais ■ Majoritárias ■ Proporcionais e Majoritárias ■ Sem definição



Fonte: TSE. Elaboração própria.

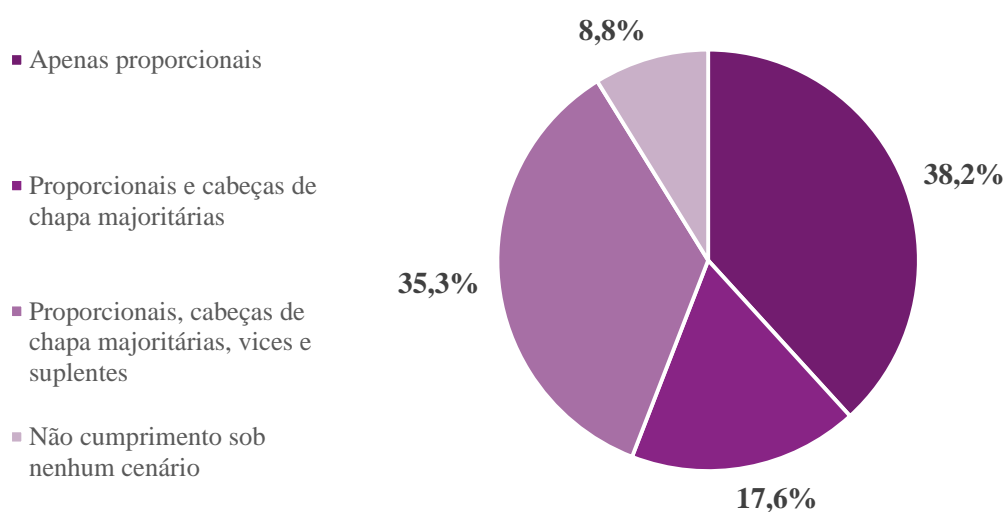
A grande variação entre as resoluções apresentadas pelos partidos sobre a distribuição do FEFC e a falta de padronização dos critérios demonstram a necessidade de uma maior regulação por parte do TSE. A única exigência feita a todos os partidos para que recebessem o recurso foi o cumprimento da cota de 30% para candidaturas femininas. No entanto, mesmo essa determinação revelou-se de difícil fiscalização.

Além das resoluções dos partidos, analisamos se a cota de 30% na distribuição dos recursos dos fundos foi cumprida. Essa análise observou a quantidade de recursos dos

fundos públicos que os partidos políticos destinaram às candidaturas femininas. Optamos por considerar três cenários diferentes, de acordo com as interpretações possíveis da resolução que dispôs sobre o FEFC. No primeiro, consideramos apenas as candidaturas a cargos proporcionais (deputadas federais e estaduais/distritais). No segundo, incluímos as candidaturas majoritárias encabeçadas por mulheres, e no terceiro consideramos, além das proporcionais, todas as candidaturas majoritárias que tinham pelo menos uma mulher como vice ou suplente.

Foram consideradas apenas as candidaturas aptas a concorrer. O cálculo foi feito dividindo-se o valor doado para candidaturas consideradas femininas sob os cenários pelo valor total de recursos doados por cada partido que teve origem no FEFC ou no FP. Para o cálculo do valor total e do destinado às candidaturas, usou-se a consolidação das doações que indicavam o partido como doador registradas na prestação de contas dos candidatos. Os dados disponibilizados pelo TSE mostram que a orientação para que se destinasse no mínimo 30% dos recursos do FEFC para candidaturas femininas não foi cumprida por alguns partidos. O Gráfico 16 sintetiza a análise para a distribuição dos recursos do FEFC.

Gráfico 16 – Cumprimento do mínimo de 30% do FEFC para candidaturas femininas



Fonte: TSE. Elaboração própria.

Sob o primeiro cenário, identificamos que 13 dos 34 partidos (38,2%) atingiram a proporção de 30% (DC, PATRI, PCO, PMB, PMN, PPL, PROS, PRTB, PSD, PSL, PTB, PV, SDD). Ao considerarmos o segundo cenário, que abarca tanto as candidaturas proporcionais como majoritárias (porém apenas as lideradas por mulheres), mais 6 partidos (17,6%) entrariam para o grupo dos que cumpriram com a cota (PCdoB, PP, PPS, PSTU, PTC, REDE).

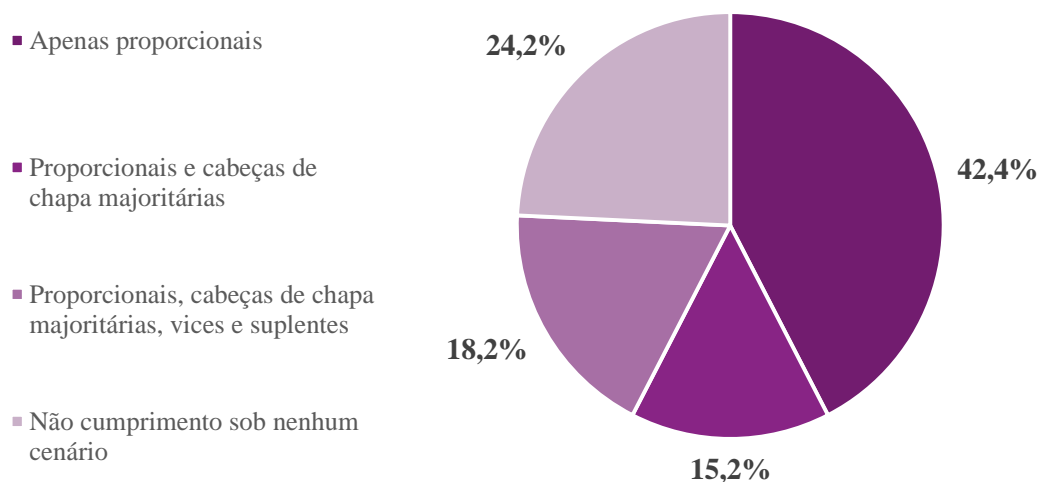
O terceiro cenário leva em conta, além das candidaturas proporcionais e majoritárias cabeças de chapa, também as candidatas a vices e suplentes de senadores e senadoras. Nesse cenário, o número de partidos que teriam cumprido a cota sobe consideravelmente, chegando a 31 partidos com a adição de mais 12 legendas (35,3%) (DEM, MDB, PCB, PDT, PHS, PR, PRB, PSB, PSC, PSDB, PSOL, PT).

Três partidos (8,8%) não cumpriram a regra de distribuição de recursos do FEFC em nenhum dos cenários (AVANTE, PODE, PRP). São casos que podem configurar burla à legislação eleitoral vigente, visto que não cumprem com a exigência feita pelas regras eleitorais, podendo até mesmo ensejar uma investigação do Ministério Público e eventual propositura de ação judicial perante a Justiça Eleitoral.

A mesma análise foi feita sobre os recursos oriundos do FP e pode ser sintetizada no Gráfico 17. Foram 33 partidos que utilizaram essa fonte de recursos para financiar candidaturas em 2018. No primeiro cenário, identificamos que 14 (42,4%) atingiram a proporção de 30% apenas com candidaturas femininas proporcionais (DC, PATRI, PCB, PMN, PODE, PPL, PPS, PRB, PRP, PSD, PSL, PSOL, PTB, REDE). Sob o segundo cenário, mais 5 partidos (15,2%) cumpririam com a cota (PCdoB, PHS, PROS, PTC, PV).

Considerando o terceiro cenário, o número de partidos que teriam cumprido a cota sobe para 25 com a adição de mais 6 legendas (18,2%) (DEM, MDB, PCB, PDT, PHS, PR, PRB, PSB, PSC, PSDB, PSOL, PT). Por fim, oito partidos (8,8%) não cumpriram a regra de distribuição de recursos do FP em nenhum dos cenários (AVANTE, PDT, PMB, PRTB, PSB, PSC, SDD, PSTU).

Gráfico 17 – Cumprimento do mínimo de 30% do Fundo Partidário para candidaturas femininas



Fonte: TSE. Elaboração própria.

Esses dados indicam que, apesar de a regulação impor um direcionamento mínimo de recursos para candidaturas femininas, sua ambiguidade permitiu que muitos partidos se esquivassem dessa obrigatoriedade ao incluir na conta a candidaturas de mulheres em cargos majoritários, muitas das vezes como vices ou suplentes. Se considerarmos apenas as candidaturas proporcionais, quase 62% e 58% dos partidos não teriam cumprido com a cota de financiamento de recursos oriundos do FEFC e do FP, respectivamente. É ainda alarmante o fato de que, mesmo com uma interpretação mais conivente, quase 10% dos partidos não cumpriram com a regra de distribuição mínima dos recursos do Fundo Especial, cifra que chega a quase 25% quando olhamos para os recursos do FP.

3.3. Dinâmica do Financiamento eleitoral para candidaturas à Câmara Federal em 2018

Neste item, vamos analisar os dados de financiamento eleitoral dos candidatos e candidatas a deputado federal em 2018. Sob o novo cenário da legislação eleitoral, veremos se as novas regras interferiram na dinâmica do financiamento de homens e mulheres que buscaram uma vaga na Câmara Federal. Nosso objetivo é entender se a sub-

representação feminina na Câmara dos Deputados tem raízes no subfinanciamento de suas campanhas.

Observaremos como os valores absolutos e relativos da receita obtida pelos candidatos se apresentaram nas eleições desse ano, a importância dos recursos dos partidos políticos – em especial os oriundos do FEFC – sua conversão em votos e sua concentração. Através de recortes por competitividade eleitoral e raça/cor, também vamos analisar se existem características distintas no financiamento das candidaturas entre esses grupos.

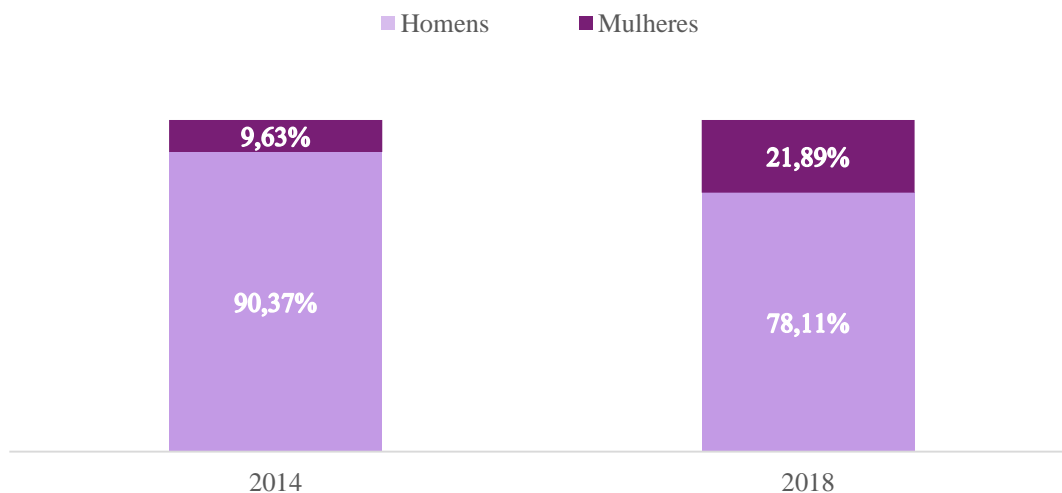
3.3.1. Análise geral do financiamento

Apesar de a maioria dos partidos políticos não terem destinado os 30% dos recursos dos fundos públicos para as campanhas proporcionais femininas, as mulheres receberam cerca de 22% de toda a receita arrecada por candidatos a deputado federal,⁵⁶ o que corresponde a um grande incremento com relação à eleição de 2014 quando as candidatas tiveram apenas 9,3% dos recursos à disposição.

O Gráfico 18 mostra a proporção das receitas totais de homens e mulheres entre as eleições de 2014 e 2018. O montante de recursos à disposição dos candidatos caiu, em valores reais, entre os dois anos analisados. Passou de R\$ 1,9 bilhão para R\$ 1,2 bilhão. Apesar dessa ligeira queda, as mulheres tiveram acesso a mais recursos para financiar suas campanhas em 2018 do que em 2014. A receita total delas foi superior a R\$ 270 milhões, contra R\$ 182 milhões na eleição anterior (um aumento significativo de 50%). A queda na arrecadação geral, portanto, se deve ao financiamento das candidaturas masculinas, que tiveram em torno de R\$ 700 milhões a menos em 2018 se comparado com 2014.

⁵⁶ Não foram desconsideradas as doações entre os candidatos. Esses valores são contabilizados mais de uma vez quando calculamos o montante total de recursos utilizados nas campanhas, porém representam, individualmente, a quantidade de recursos disponível para o financiamento das campanhas dos candidatos. Optamos por não excluir esses valores por representarem pouco mais de 2% das receitas e por acharmos que demonstram com mais precisão as condições de financiamento que as candidaturas experimentaram durante o processo eleitoral.

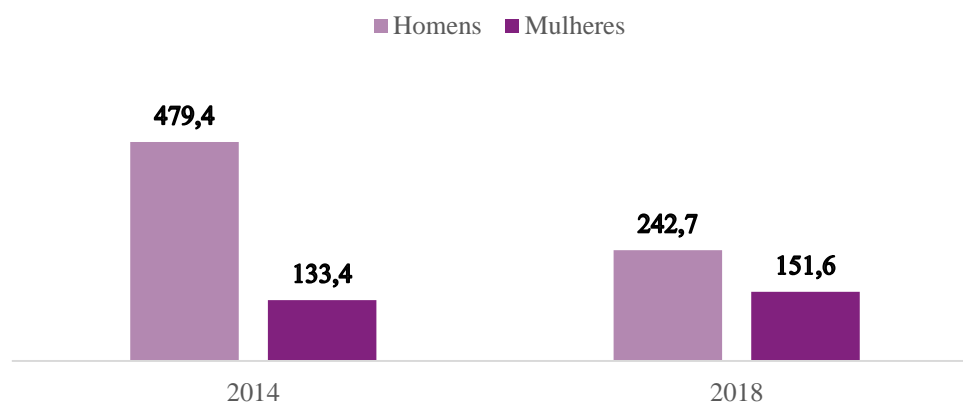
Gráfico 18 – Proporção de receitas dos candidatos a deputado federal por gênero e raça/cor



Fonte: TSE. Elaboração própria.

Essa mudança na distribuição de recursos também pode ser observada se analisarmos as receitas totais médias de homens e mulheres. O Gráfico 19 compara os valores observados em 2014 e 2018. A receita média das mulheres saltou de R\$ 133 mil para R\$ 151 mil entre as duas eleições, elevação de 13,6%, enquanto a dos homens sofreu uma redução de mais de 50%, saindo de uma média de R\$ 479 mil em 2014 para R\$ 242 mil em 2018. Apesar de ainda não serem iguais, a diferença entre as médias de homens e mulheres caiu bastante entre as duas eleições. Em 2014, a média das mulheres representava cerca de 27,8% da dos homens. Já em 2018 esse valor passou para 62,4%.

Gráfico 19 – Média de receitas dos candidatos a deputado federal por gênero (R\$ mil)



Fonte: TSE. Elaboração própria.

3.3.2. Financiamento público: a distribuição dos recursos dos partidos

Neste item, veremos como os recursos oriundos dos próprios partidos, em especial os vindos do Fundo Especial de Financiamento Eleitoral, foram importantes para sustentar as campanhas das mulheres.

As candidaturas femininas tiveram acesso a 22% dos recursos de campanha para a disputa pelas vagas na Câmara Federal. Grande parte desses recursos veio via partidos políticos, especialmente originados do FEFC e do FP. Em 2018, tivemos uma eleição financiada majoritariamente por recursos públicos.

Tabela 3 – Proporção no uso de recursos dos fundos públicos nas campanhas para deputado federal por partidos – Brasil – 2018

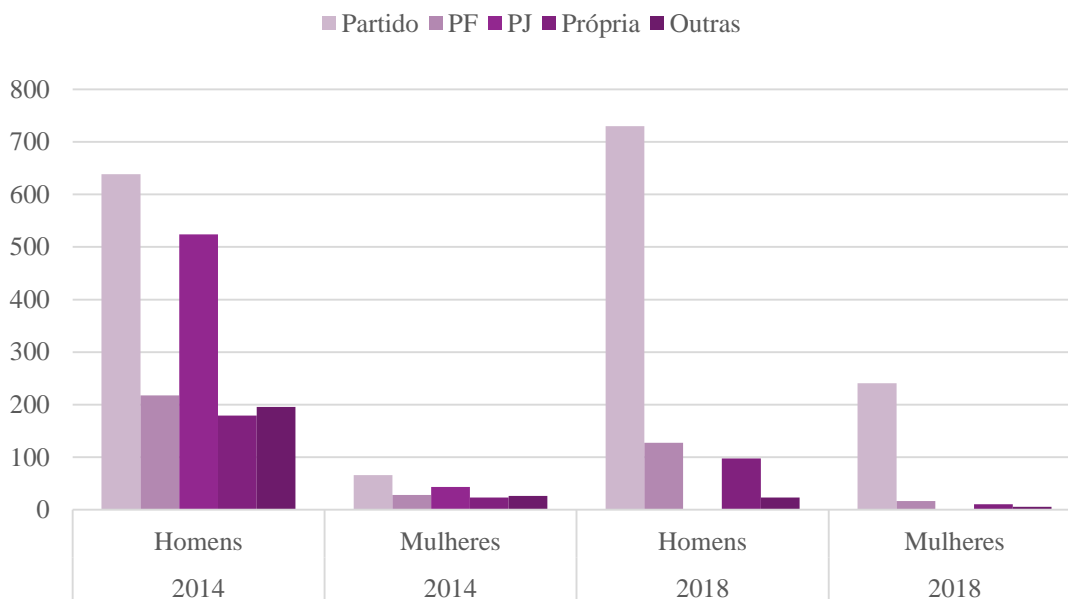
Cenário	Partidos sob o cenário	Proporção de partidos sob o cenário
50% ou mais apenas com FEFC	AVANTE, DEM, MDB, PCdoB, PCB, PCO, PHS, PODE, PP, PPS, PR, PRB, PROS, PSB, PSC, PSD, PSDB, PSOL, PT, PTB, PTC, PV, SDD	65,7%
50% ou mais com FEFC e FP	PATRI, PDT, PMB, PMN, PRP, REDE	17,1%
Menos de 50% com FEFC e FP	DC, NOVO, PPL, PRTB, PSL, PSTU	17,1%

Fonte: TSE. Elaboração própria.

A Tabela 3 mostra como esses recursos foram importantes para o financiamento dos partidos. Com exceção do DC, NOVO, PPL, PRTB, PSTU e PSL, todos os partidos usaram majoritariamente recursos públicos para financiar a campanha de seus candidatos a deputado federal. O Fundo Especial foi a principal fonte de recursos para 23 dos 35 partidos, ou seja, mais de 65% das agremiações.

Pela análise do Gráfico 20, é possível observar o aumento da relevância dos recursos partidários para o financiamento das candidaturas em 2018. Essa importância é ainda maior quando recortamos as candidaturas por gênero. Em geral, 88% dos recursos destinados a candidatas mulheres vieram ou do Fundo Especial ou do FP (esse valor é de 75% para os homens). Apesar de a proibição dos recursos oriundos de pessoas jurídicas ter afetado mais os homens do que as mulheres, há uma diferença importante na proporção de recursos de pessoas físicas e recursos próprios entre os gêneros. Os homens conseguem captar mais recursos privados e investem mais seus próprios recursos do que as mulheres, diminuindo a relevância dos recursos partidários para suas campanhas. Já as mulheres dependeram fortemente do aumento dos recursos dos fundos públicos para aumentar suas receitas.

Gráfico 20 – Receitas por origem dos candidatos a deputado federal (R\$)



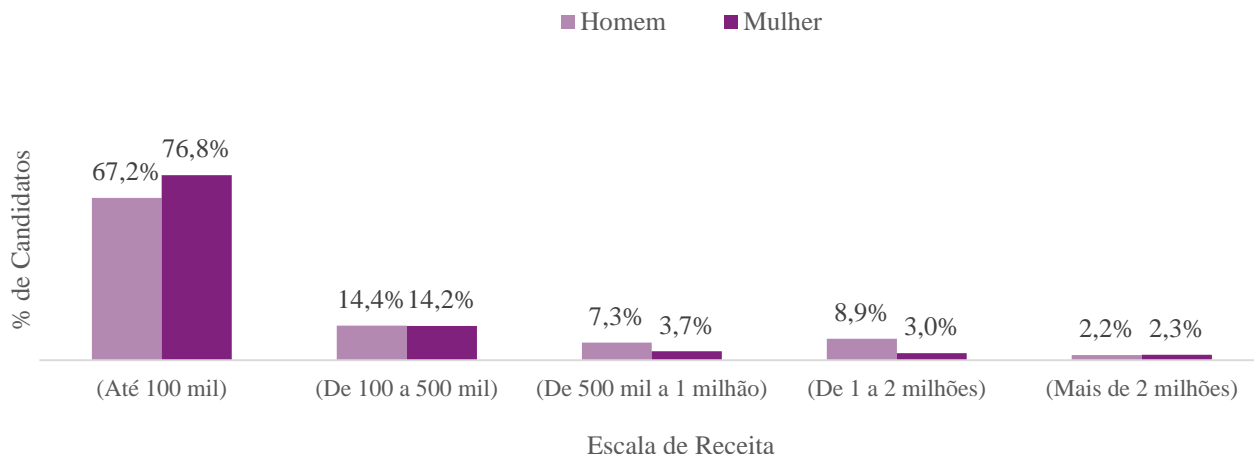
Fonte: TSE. Elaboração própria.

3.3.3. Eficiência e concentração de recursos

Neste item, vamos verificar que o uso desses recursos não foi tão solidário. A distribuição dos recursos permaneceu bastante desigual em 2018. Mais de dois terços dos candidatos à Câmara Federal não tiveram nem R\$ 100 mil para suas campanhas. Entre as mulheres, essa proporção foi de 76,8%,⁵⁷ como mostra o Gráfico 21. Nele também é possível observar que a dinâmica de concentração de recursos é parecida entre homens e mulheres. Tanto entre eles como entre elas são poucas as candidaturas que ultrapassam o patamar de R\$ 100 mil de receita, 23% entre as mulheres e 33% entre os homens. Em 2014, essa diferença era maior. Apenas 10% delas conseguiram passar a marca de R\$ 100 mil, contra mais de 30% entre eles.

⁵⁷ Foram consideradas apenas as candidaturas que realizaram a prestação de contas até a data da coleta dos dados.

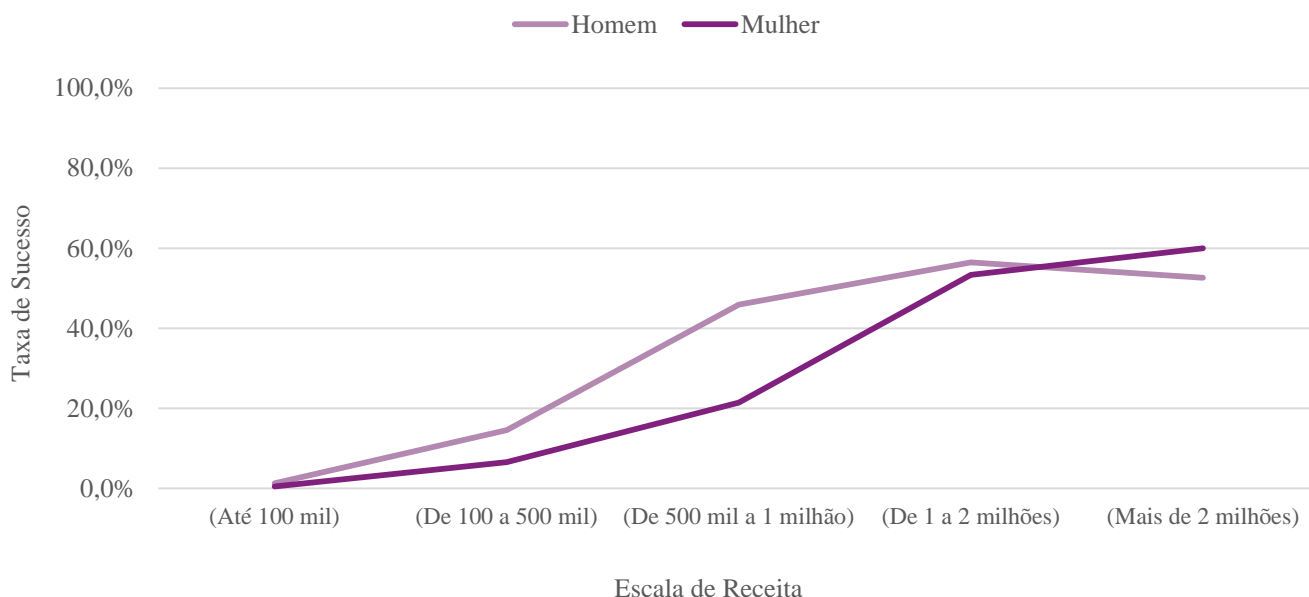
Gráfico 21 – Candidaturas por escala de Receita – Deputados Federais – 2018



Fonte: TSE. Elaboração própria.

O acesso a recursos financeiros continuou bastante correlacionado com a quantidade de votos e, conseqüentemente, com a possibilidade de eleição, em 2018. A taxa de sucesso, proporção de candidatos que se elegem dentre todos que disputam, aumenta gradativamente com o aumento da faixa de receita dos candidatos para ambos os gêneros. A marca de R\$ 100 mil investidos na campanha mostrou-se um divisor interessante entre aqueles que não têm muitas chances de se eleger (menos de 1% dos candidatos que tiveram até R\$ 100 mil disponíveis para a campanha conseguiu se eleger), como mostra o Gráfico 22.

Gráfico 22 – Taxa de sucesso por escala de receita (2018)



Fonte: TSE. Elaboração própria.

O Gráfico 22 também mostra que há um salto na taxa de sucesso depois que as candidaturas rompem determinada escala de receitas. Esse salto acontece no patamar dos R\$ 500 mil para os homens, quando a elegibilidade sobe para mais de 45% contra 14,5% no patamar anterior. Entre as mulheres, o salto mais agudo acontece apenas no patamar de R\$ 1 milhão, quando sai de 21,4% e chega a 53%. Esse dado pode indicar que mais mulheres estão chegando aos patamares mais altos de receita, porém não estão conseguindo converter o dinheiro em votos.

3.4. Interseccionalidade na análise do Financiamento Eleitoral: o gênero e a cor/raça dos recursos de campanha

Neste item vamos explorar alguns recortes entre as candidaturas para além do gênero. Tentaremos identificar a dinâmica do financiamento eleitoral entre tipos diferentes de candidatas e candidatos no que tange a sua competitividade eleitoral e sua raça/cor. Essa análise é importante para entendermos se a sub-representação feminina na Câmara se articula com esses outros fatores.

Para nossa análise, as candidaturas foram divididas em termos da declaração da raça/cor feita no momento do registro da candidatura no TSE e, por essa razão, seguimos a nomenclatura adotada pelo tribunal (raça/cor). Observaremos a dinâmica de financiamento entre candidaturas declaradas como “brancas” e como “negras”, que inclui as candidaturas declaradas como “pretas” e “pardas”.

Também separamos as candidaturas pela competitividade eleitoral, de modo a investigarmos diferenças no perfil do financiamento eleitoral entre grupos considerados competitivos e não competitivos. Os competitivos foram definidos como aqueles candidatos que tiveram uma votação igual ou superior a 15% do quociente eleitoral de seus estados (CHEIBUB e SIN, 2015), sendo os demais classificados como “Não Competitivos”. A escolha dessa metodologia visa dar preferência à capacidade individual das candidaturas em ter uma boa votação em seus estados e não leva em conta o resultado eleitoral em si. Ser eleito ou não depende também da capacidade de votação de toda a lista partidária ou da coligação. Assim, candidatos bons de voto podem não ser eleitos por conta de uma lista ruim e vice-versa. Quando usamos parâmetros que levam em conta o resultado eleitoral, acabamos excluindo candidatos com boa votação e incluindo candidatos mais fracos que acabaram se elegendo ou ficando próximos de se eleger por causa de “puxadores de voto”. Como o intuito dessa análise é identificar a distribuição de recursos entre as candidaturas individualmente, decidimos usar um indicador mais relacionado à competitividade individual dos candidatos. Sob nosso critério, 865 candidaturas foram consideradas competitivas, ou seja, menos de 15%.

Analisando as diferenças na distribuição dos recursos entre candidaturas competitivas e não competitivas, brancas e negras, e observando os dados da Tabela 4, conseguimos comparar a proporção de recursos destinados a cada tipo de candidato com a sua representatividade geral. Verificamos que os homens brancos, por exemplo, representam 43,1% de todos os candidatos, mas concentram cerca de 60% das receitas de campanha. Homens negros, mulheres brancas e mulheres negras são proporcionalmente subfinanciados. A receita total média entre os homens brancos também é maior do que a dos demais grupos. Sob esse aspecto, a raça/cor das candidaturas parece ser preponderante, pois os homens negros apresentaram uma receita total média menor do que as mulheres brancas.

Tabela 4 – Receitas dos candidatos a deputado federal por competitividade eleitoral, gênero e raça/cor

	Geral			Competitivos			Não competitivos		
	% Cand.	% Receita Total	Receita Média (R\$ mil)	% Cand.	% Receita Total	Receita Média (R\$ mil)	% Cand.	% Receita Total	Receita Média (R\$ mil)
Homens brancos	43,1%	61,4%	306,06	64,1%	67,1%	1088,73	39,4%	47,6%	87,50
Homens negros	26,0%	16,7%	137,61	20,9%	15,7%	783,92	26,9%	19,0%	51,21
Mulheres brancas	18,1%	16,2%	191,91	11,1%	13,6%	1274,83	19,3%	22,6%	85,08
Mulheres negras	12,9%	5,7%	94,85	3,9%	3,6%	969,58	14,4%	10,8%	54,65

Fonte: TSE. Elaboração própria.

Quando separamos as candidaturas em grupos de acordo com a competitividade eleitoral, vemos o cenário se alterar. A concentração de recursos continua a ficar nos homens brancos, mas de maneira mais proporcional do que o quadro geral. As mulheres brancas competitivas chegaram a ter um pequeno excesso de recursos – elas representam 11% das candidaturas competitivas e ficaram com 13,6% das receitas de campanha. Também entre os competitivos, os que apareceram subfinanciados foram os homens e mulheres negros. O quadro é bastante parecido entre as candidaturas não competitivas. Homens e mulheres brancos com excesso de receitas em relação a sua proporção e homens e mulheres negros subfinanciados e com médias menores de receita total.

Na Tabela 5, analisamos a distribuição dos recursos entre os tipos de candidaturas de acordo com a sua origem. É possível identificar que os recursos privados vão majoritariamente para candidatos homens e brancos. Tanto as doações de pessoas físicas como as próprias contribuições dos candidatos foram em torno de 70% direcionadas a esse grupo de candidatos. A proporção é bem parecida entre os dois grupos de competitividade eleitoral.

Os dados da Tabela 5 também nos ajudam a entender que a lógica da distribuição dos recursos dos partidos foi mais proporcional, apesar de, no geral, ainda beneficiar candidatos brancos, principalmente os homens. Interessante observar que, entre as candidaturas competitivas, as mulheres brancas e mulheres negras tiveram um excesso

proporcional de financiamento. O financiamento mais que proporcional também ocorreu entre as mulheres brancas não competitivas se levarmos em conta apenas os recursos partidários. As mulheres negras e os homens brancos ficaram, praticamente, com uma quantidade de recursos proporcional a sua representatividade no grupo. Em todos os grupos, em todas as origens da receita, os candidatos homens negros foram proporcionalmente subfinanciados.

Tabela 5 – Distribuição das receitas dos candidatos a deputado federal por origem, competitividade eleitoral, gênero e cor

	Geral				Competitivos				Não competitivos			
	Homem Branco	Homem Negro	Mulher Branca	Mulher Negra	Homem Branco	Homem Negro	Mulher Branca	Mulher Negra	Homem Branco	Homem Negro	Mulher Branca	Mulher Negra
% Cand.	43,1%	26,0%	18,1%	12,9%	64,1%	20,9%	11,1%	3,9%	39,4%	26,9%	19,3%	14,4%
Partido	58,5%	16,6%	18,1%	6,7%	65,4%	15,8%	14,6%	4,2%	39,8%	18,9%	27,7%	13,6%
Pessoa Física	72,5%	15,7%	9,6%	2,1%	75,6%	15,0%	8,2%	1,2%	66,2%	17,3%	12,5%	4,0%
Próprias	72,8%	17,5%	8,9%	0,8%	73,1%	15,1%	11,5%	0,2%	72,2%	21,1%	5,0%	1,7%
Outras	60,7%	19,1%	12,7%	7,5%	65,6%	19,0%	10,2%	5,3%	53,4%	19,2%	16,6%	10,8%

Fonte: TSE. Elaboração própria.

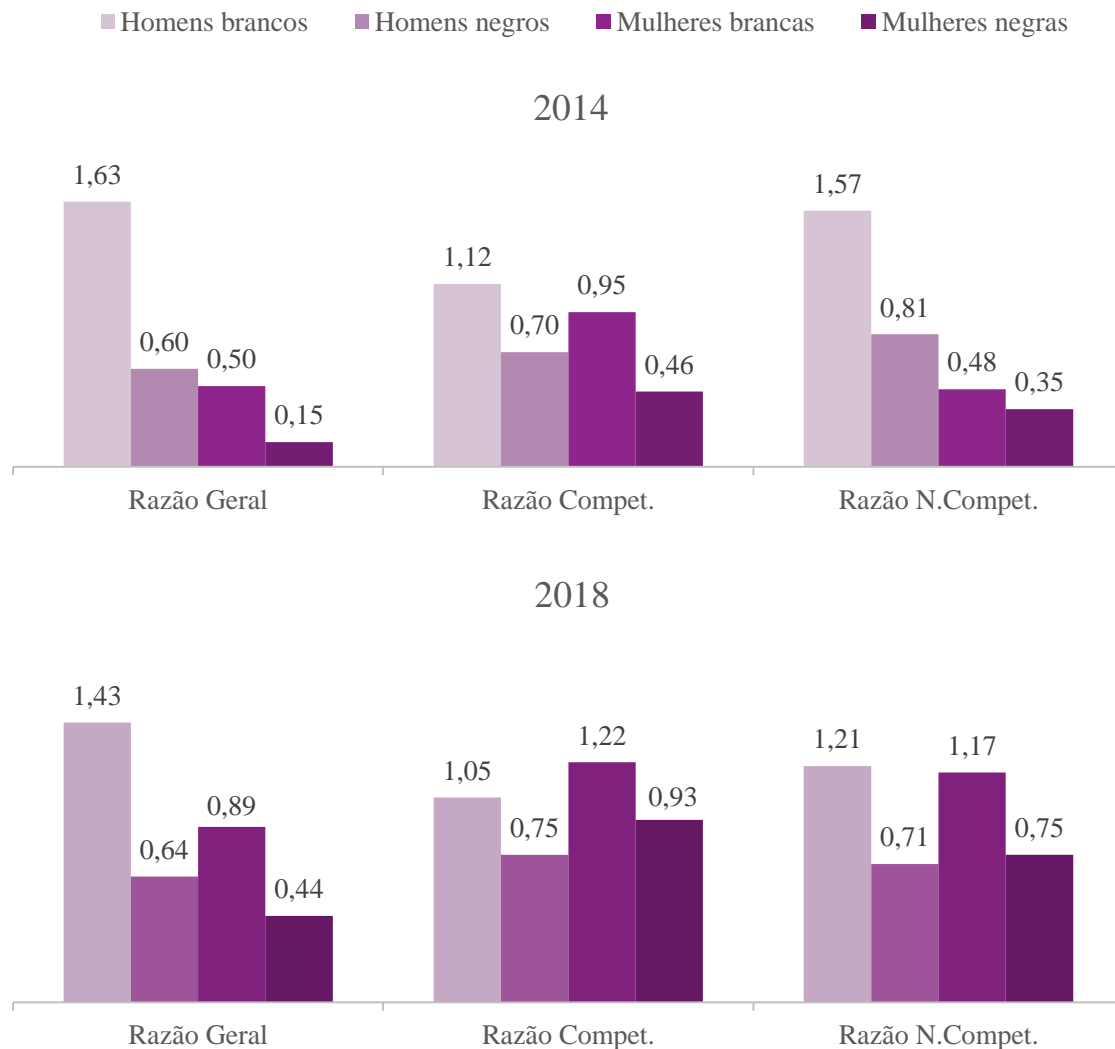
Esse cenário é substancialmente diferente do que vimos em 2014. Naquele ano, o excesso de recursos destinados às candidaturas masculinas brancas era mais proeminente e as mulheres, tanto brancas como negras, apareciam, em geral, como os grupos mais subfinanciados no geral e sob recortes de competitividade. O Gráfico 23 mostra a comparação entre as duas eleições através de um indicador de subfinanciamento. O indicador consiste na razão entre a proporção da receita total auferida por cada grupo e sua representatividade entre as candidaturas. Quanto mais próximo o indicador ficar de 1, mais proporcional é a distribuição dos recursos. Valores maiores que 1 indicam um excesso de recursos e menores que 1 um subfinanciamento relativo.

É possível observar que, em 2014, o recorte de gênero é mais claro. Apenas entre as candidaturas competitivas as mulheres brancas superam os homens negros, se

aproximando da proporcionalidade. Entre as candidaturas não competitivas fica evidente a distinção entre candidatos homens brancos e os demais, sendo que as mulheres aparecem como os grupos mais subfinanciados, principalmente as mulheres negras.

Em 2018, contudo, parece que houve uma mudança na dinâmica do subfinanciamento. O excesso de recursos destinado aos homens brancos caiu e aumentou a proporcionalidade na arrecadação das mulheres. As mulheres brancas, sob os recortes de competitividade, chegaram a apresentar excesso de recursos. O subfinanciamento das mulheres negras foi reduzido de maneira muito importante, fazendo com que as candidatas competitivas chegassem muito próximo à proporcionalidade, superando os homens negros nesse quesito. Estes últimos, por sua vez, não viram sua realidade de subfinanciamento se alterar. Eles mantiveram praticamente os patamares no geral e entre os candidatos competitivos e ainda experimentaram uma piora entre os não competitivos. Em 2018, os homens negros foram o grupo mais subfinanciado nas eleições para deputado federal.

Gráfico 23 – Razão entre a proporção de receita total e proporção de candidatos por gênero e raça/cor – deputados federais

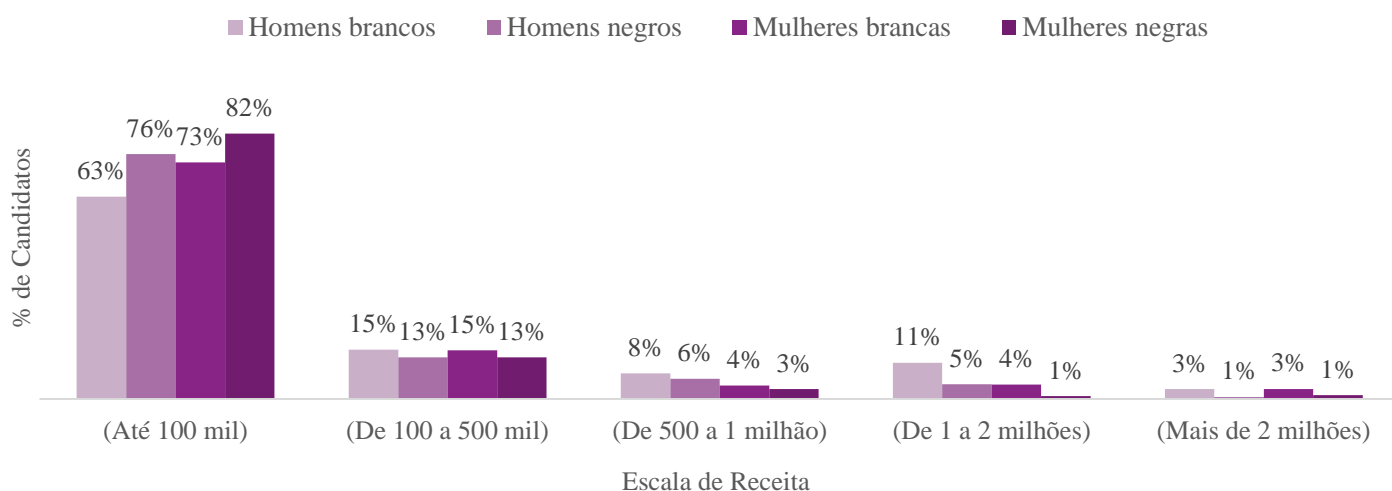


Fonte: TSE. Elaboração própria.

Também analisamos as dinâmicas de concentração e eficiência dos recursos dentro dos grupos de candidatos separados por gênero e raça/cor. O Gráfico 24 mostra a proporção de candidaturas de cada um dos grupos que atingiram determinado patamar de receitas totais. Vemos que o quadro não é tão diferente do recorte simples de gênero. A grande maioria das candidaturas não ultrapassa a marca dos R\$ 100 mil de receita total. O destaque, no entanto, fica para as candidaturas masculinas brancas, que conseguiram mais do que esse valor em 36% dos casos, proporção muito maior do que os outros

grupos. Mais uma vez, vemos que o recorte por raça/cor se mostra relevante para entender a dinâmica do financiamento eleitoral. As mulheres brancas têm um resultado melhor do que os homens negros, mais ainda do que as mulheres negras em termos de capacidade de arrecadação.

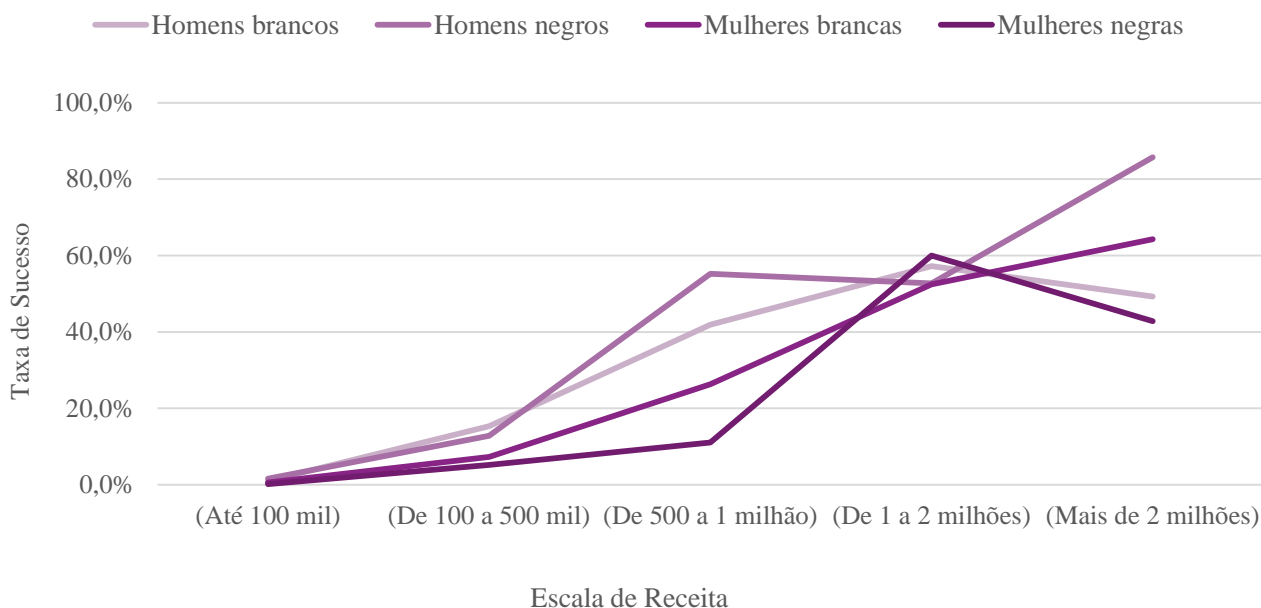
Gráfico 24 – Candidaturas por escala de receita – deputados federais – 2018



Fonte: TSE. Elaboração própria.

Quando olhamos para a conversão de dinheiro em votos, o recorte de gênero volta a ser preponderante em relação à raça/cor. O Gráfico 25 compara a taxa de sucesso em cada escala de receita entre os grupos de candidatos. A diferença no “salto” da taxa de sucesso, observada no recorte simples de gênero do Gráfico 24, também pode ser observada aqui. As mulheres aumentam substancialmente sua elegibilidade apenas quando chegam no patamar de R\$ 1 milhão em receitas de campanha, enquanto que para os homens (tanto os negros quanto os brancos) isso ocorre na faixa dos R\$ 500 mil.

Gráfico 25 – Taxa de sucesso por escala de receita (2018)



Fonte: TSE. Elaboração própria.

3.5. Considerações finais

Os dados e análises levantados neste capítulo servem de subsídios para começarmos a compreender o papel dos recursos financeiros no sucesso das candidaturas femininas e como a mudança de regras que regeram o pleito eleitoral de 2018 modificaram essa relação. O primeiro ponto que destacamos é a falta de critérios definidos para a aplicação do FEFC e do FP no que tange às candidaturas femininas. Entendemos que a liberdade dada aos partidos sobre a distribuição desse montante influenciou negativamente a obtenção de mais recursos por parte de mulheres, principalmente pela possibilidade da aplicação dos 30% nas candidaturas majoritárias. É importante destacar que, quando aplicamos a regra levando em conta apenas as eleições proporcionais, verificamos que a maioria dos partidos não teria cumprido a porcentagem exigida.

Cabe dizer que esse ponto não diminui a importância das candidaturas femininas em cargos majoritários, sejam eles nas cabeças de chapa ou não. A participação feminina na política em qualquer posição gera benefícios diretos e indiretos e precisa ser

incentivada. No entanto, a destinação de recursos para candidaturas majoritárias não é suficiente para produzir o efeito desejado de aumento da representação política feminina, principalmente quando esses recursos são transferidos para candidaturas majoritárias em que a mulher ocupa apenas o lugar de vice ou suplente. Enfatizamos, portanto, a necessidade do estabelecimento de critérios mais rígidos e que possam ser fiscalizados da forma adequada, garantindo que a cota das candidaturas femininas seja preferencialmente dirigida às eleições proporcionais.

Outra importante constatação de nosso estudo é que as mulheres receberam, de fato, mais recursos nas eleições de 2018 se comparados às de 2014. Isso indica que, apesar das falhas aqui apontadas sobre a distribuição dos recursos do FEFC e FP, a mudança nas regras interferiu na distribuição dos aportes financeiros em favor das candidaturas femininas. A diferença entre o montante de recursos destinado aos homens e destinado às mulheres foi reduzida em 2018. Tanto em valores absolutos como relativos, as mulheres conseguiram diminuir a desvantagem no financiamento eleitoral.

Muito dessa mudança se deve aos recursos dos partidos. Ao analisarmos as fontes de recursos para os candidatos e as candidatas, percebemos que o financiamento eleitoral de 2018 foi dominado principalmente pelos recursos públicos, tendo sido o FEFC a principal fonte para 23 dos 35 partidos. Verificamos que o financiamento público foi mais importante para mulheres do que para homens, e que o financiamento privado teve maior peso para eles do que para elas. Também vimos que os recursos partidários são distribuídos de maneira mais proporcional entre os gêneros e raça/cor do que os oriundos de outras fontes. Esses dados dialogam com a teoria sobre financiamento de campanha, as quais apontam para a maior facilidade e permeabilidade dos homens – principalmente homens brancos – em esferas privadas, permitindo que esses arrecadem mais recursos. Nesse sentido, consideramos positiva a instituição do FEFC e o aumento da relevância do financiamento público de campanhas, uma vez que se a distribuição for feita de maneira correta, a disparidade de capital social e político existente entre homens e mulheres pode ser de alguma forma atenuada.

Com relação à análise interseccional de raça/cor, pudemos perceber que este é um recorte de suma importância para a análise do financiamento eleitoral. Candidaturas de pessoas negras parecem ter mais dificuldade de arrecadação do que as candidaturas

femininas propriamente. A implementação do FEFC e o aumento da relevância do financiamento público parecem ter contribuído para uma melhora do financiamento de mulheres, em especial das mulheres negras. Estas ainda apresentam um quadro de subfinanciamento relativo, mas deixaram de ser o grupo mais prejudicado. As mulheres brancas melhoraram sua condição de financiamento e, sob recortes de competitividade, se igualam e até superaram os homens brancos na proporcionalidade de recursos auferidos.

No que concerne à eficiência no uso dos recursos, verificamos uma disparidade importante entre homens e mulheres, tendo sido os primeiros mais eficientes. O sucesso das candidaturas femininas poderia ter sido maior dada a quantidade de recursos a que tiveram acesso nesse ano.

Assim, entendemos que o dinheiro continua sendo fator predominante para o sucesso eleitoral. No entanto, quando fazemos o recorte de gênero e raça/cor, percebemos que o financiamento não é capaz de explicar tudo, sendo necessário analisar outros fatores, tais quais a forma como esses recursos são aplicados, a diferença entre os capitais social, familiar e político, entre outros, para compreendermos as raízes da sub-representação política feminina.

CAPÍTULO 4. TEMPO DE PROPAGANDA ELEITORAL NAS MÍDIAS TRADICIONAIS (RÁDIO/TV)⁵⁸

Este capítulo se propõe a verificar como se deu a destinação do tempo de rádio e TV, com foco nas mulheres que concorreram às cadeiras da Câmara Federal pelo Estado de São Paulo. Para isso, foi realizado um monitoramento de todo o período de campanha para esse cargo, tanto no rádio quanto na TV. Todos os dias e horários de campanha foram acompanhados e foram registradas as seguintes informações: (i) data da propaganda, (ii) tipo de propaganda (rádio ou TV), (iii) período da propaganda (se 1º ou 2º horário do dia para cada mídia), (iv) nome da candidata, (v) legenda, (vi) partido, (vii) coligação, (viii) tempo (em segundos), (ix) pautas defendidas pelas candidatas; e (x) existência ou não de dobradinhas.

Embora o tempo de rádio e TV não seja considerado como um fator determinante para o sucesso de candidatos e candidatas em eleições proporcionais (CERVI, 2010), analisar o tempo de propaganda é um dos elementos importantes para compreender a dinâmica das eleições de 2018. Se o tempo não foi fundamental para os candidatos ao cargo de deputado federal em outras eleições, isso não significa que nessa eleição deva ser uma variável a ser descartada de antemão.

No estudo das mídias tradicionais, percorremos diversos caminhos de análise para compreender como partidos e coligações distribuem o tempo de rádio e TV entre as candidatas e os candidatos e se existe alguma relação entre esses recursos de campanha e o sucesso nas urnas. Primeiramente, começamos por comparar o tempo total de propaganda eleitoral e o tempo atribuído às mulheres; o tempo recebido pelas mulheres em relação ao tempo atribuído a cada partido, examinamos se o tempo de rádio e TV é atribuído às candidatas de maneira diferente entre os partidos que se encontram em distintas posições do espectro ideológico – visto que a literatura aponta que existe uma distância entre o comportamento dos partidos de acordo com sua ideologia (ARAÚJO, 2005) – em qual faixa de tempo de propaganda mais mulheres estão inseridas, e se existe ou não relação entre tempo de rádio/TV e sucesso na disputa eleitoral. Estudamos,

⁵⁸ A seção sobre propaganda eleitoral no rádio e na TV foi escrita com base nos dados coletados por Camila Teixeira, estudante de Direito da Universidade Mackenzie, sob a supervisão do professor Diogo Rais (Mackenzie e consultor eleitoral da pesquisa).

também, a participação das candidatas por segmento, ou seja, quantas vezes elas aparecem na TV e quantas vezes têm fala no rádio. Por fim, quanto à propaganda no rádio e TV, examinamos os tempos das candidatas eleitas por São Paulo e das candidatas não eleitas, mas que tiveram tempo de propaganda relevante no processo eleitoral, comparando o tempo de rádio e TV com o número de votos que receberam.

O tempo nessas mídias é concedido aos partidos e às coligações que tenham lançado candidatos com base no art. 47, §2º, incisos I e II, da Lei n. 9.504/1997. De acordo com esses dispositivos, do tempo total de propaganda eleitoral: (i) distribui-se 90% aos partidos de maneira proporcional ao número de cadeiras que possuem na Câmara dos Deputados, e os (ii) 10% restantes são distribuídos igualmente entre os partidos e coligações.

É importante salientar que, a partir do ano de 2018, o TSE passou a entender que, no mínimo, 30% do tempo de propaganda de rádio e TV deve ser destinado às concorrentes do gênero feminino. Conforme resposta à consulta n. 0600252-18.2018.6.00.0000, a Ministra Relatora do Tribunal Superior Eleitoral, Rosa Weber, fixou entendimento de que o tempo de propaganda gratuita eleitoral deve seguir o mesmo percentual mínimo das candidaturas por gênero. Portanto, se de acordo com o art. 10, §3º, da Lei n. 9.504/1997, o percentual mínimo de candidatura é de 30% para cada sexo, o tempo de propaganda deve seguir essa mesma regra, com a importante diferença que o art. 10 fala em "candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais", enquanto que a decisão do TSE fala indistintamente em candidaturas a cargos proporcionais e majoritários.

É necessário explicitar, para melhor compreensão deste estudo, que após o tempo de propaganda ser destinado aos partidos, compete a eles, com total liberdade, a divisão interna entre seus próprios candidatos ou candidatas. Desse modo, a decisão sobre quem recebe mais ou menos tempo de rádio e de TV é única e exclusivamente do partido, portanto cada um pode escolher como recrutar as candidatas que terão tempo nas mídias tradicionais. No caso do PSD, por exemplo, segundo ex-candidata ao cargo de deputado federal por São Paulo, receberam mais tempo de rádio e TV as candidatas que tiveram votos expressivos na última campanha ou algum padrinho político considerado forte. Candidatas que não se encaixaram nesses casos fizeram parte do bloco considerado

básico, com algumas inserções diárias e espalhadas ao longo das programações e dos canais.

Cumpra destacar também que o mínimo de 30% que deve ser destinado ao gênero feminino, como explicado anteriormente, não se refere somente às eleições proporcionais, mas engloba, também, as candidaturas às eleições majoritárias, seja no nível nacional, seja no estadual. Certamente, assim como no caso do uso de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) discutido no capítulo anterior, a sistemática de juntar candidaturas majoritárias e proporcionais e a falta de clareza sobre o detalhamento dessa divisão tornam a regra dos 30% de difícil fiscalização pelos órgãos de controle.

Com base no exposto, este estudo não pretende traçar critérios que definam se os partidos cederam os 30% de tempo de rádio e TV que deveriam às candidatas em análise, vez que abrange apenas o monitoramento de candidatas que concorreram à eleição para a Câmara Federal no Estado de São Paulo. Tal análise seria possível apenas se incluíssemos o monitoramento das propagandas de todas as candidatas a todos os cargos em disputa nas eleições gerais de 2018, o que não aconteceu.

Em relação à estruturação das propagandas nas últimas eleições, elas tiveram início no dia 31 de agosto e foram finalizadas no dia 4 de outubro. No que concerne às propagandas de candidatos ao cargo de deputado federal, elas acontecem às terças, quintas e sábados, de acordo com o art. 46, II, §1º, da Lei n. 9.504/1997 e cada mídia transmite dois períodos de propaganda eleitoral por dia. No rádio, o primeiro período tem início às 07:12:30 e o segundo às 12:12:30. Na TV, o primeiro período tem início às 13:12:30 e o segundo período às 20:42:30. Tanto no rádio, quanto na TV, cada período equivale a 00:12:30. No total, 15 dias de propagandas foram destinados ao cargo em questão no ano de 2018.

Esse total de 00:12:30 para cada período corresponde às propagandas gravadas e enviadas para transmissão, bem como à ausência de propagandas. Isso significa que mesmo que um determinado partido não tenha encaminhado seu vídeo ou áudio, o que é razoavelmente comum, esse tempo continuará a correr, indicando que se trata de horário reservado à propaganda eleitoral gratuita. Portanto, cada período abrange propagandas de candidatos, candidatas e tempo que não foi utilizado pelos partidos. Dessa forma, não é possível afirmar que a subtração de tempo destinado às mulheres do tempo total tenha como resultado o tempo concedido aos homens.

Conforme estabelece o art. 50, da Lei n. 9.504/1997 e o §7º, art. 48, da Resolução 23.551/2017 do TSE, a ordem de aparição dos partidos no horário eleitoral é estabelecida com base em sorteio realizado pelo TSE referente ao primeiro dia de propaganda para o rádio e TV. Fixada a ordem do primeiro dia, faz-se um rodízio nos dias posteriores; dessa forma, a última propaganda de um determinado dia será a primeira no dia seguinte.

A propaganda eleitoral para candidatos à Câmara dos Deputados por São Paulo teve, no ano de 2018, a duração total de 12:30:00 (ou 45.000 segundos). Foram destinadas 6:15:00 (22.500 segundos) de propaganda na televisão e também 6:15:00 (22.500 segundos) no rádio. Nota-se, então, que foram examinadas as propagandas eleitorais compreendidas dentro desse tempo predefinido, sendo excluídas as inserções feitas ao longo da programação diária no rádio e na TV.

4.1. Tempo total de propaganda eleitoral e tempo alocado às mulheres

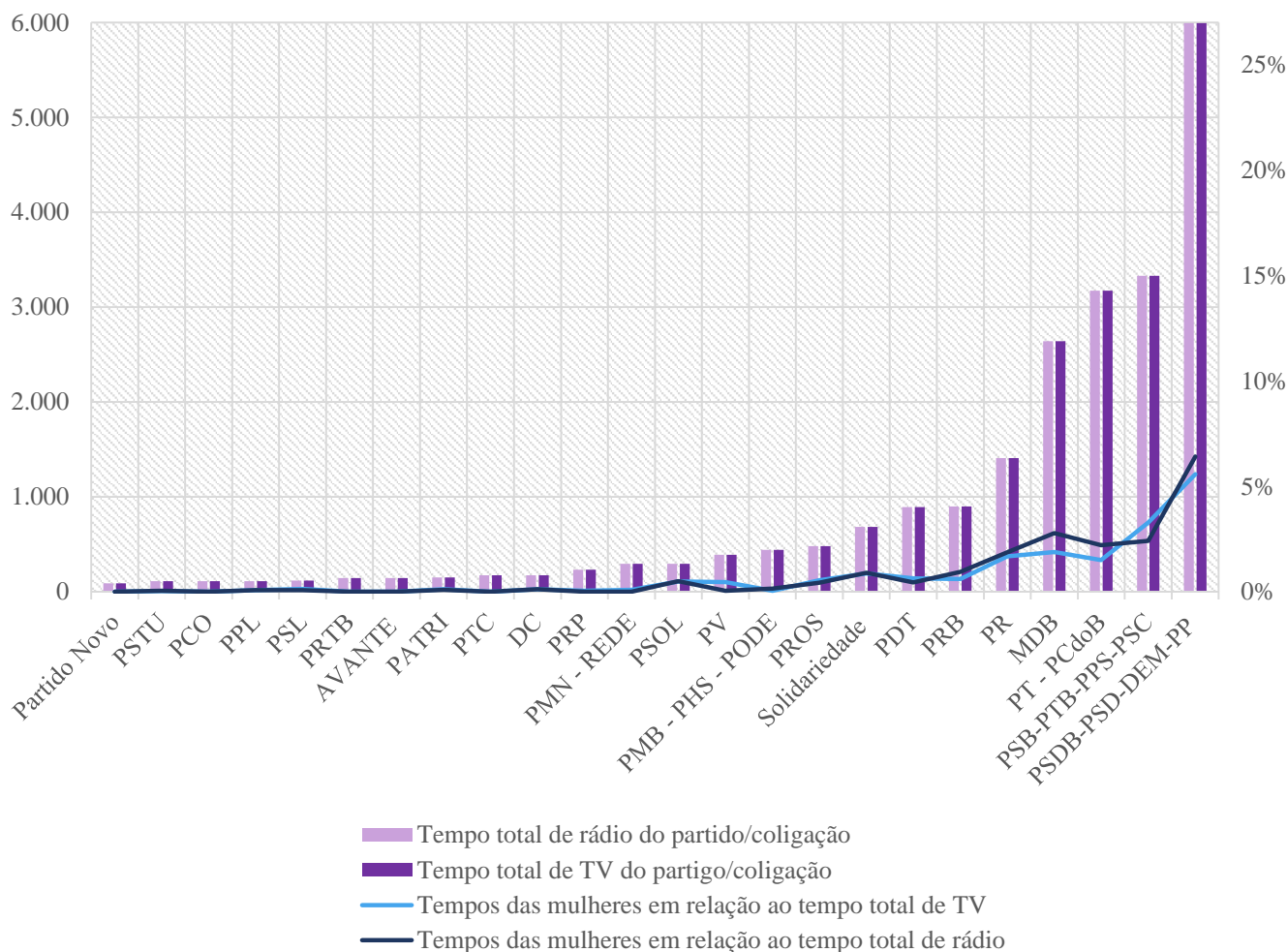
Tomando como base o tempo total de propaganda eleitoral ao cargo de deputado federal por São Paulo – 12:30:00 –, quando discriminado o tempo desses meios de comunicação por gênero, verifica-se que o tempo total destinado às mulheres candidatas é de 2:21:44, o que corresponde a 18,9% de todo o tempo de rádio e TV, incluindo homens, mulheres e o tempo no qual a propaganda se mostra ausente. E ao fragmentar a soma (2:21:44) por tipo de mídia – rádio ou TV –, chega-se aos seguintes resultados: 1:08:20 do tempo de TV e 1:13:24 do tempo de rádio foram destinados para as mulheres. Portanto, nota-se uma certa similaridade no tempo atribuído às candidatas em ambas as mídias, com uma leve diferença de 00:05:04 a mais no tempo de rádio em comparação ao de TV.

Saíram como candidatas ao cargo de deputado federal 528 mulheres e 1.158 homens pelo estado de São Paulo. Dentre as candidatas, 152 tiveram tempo de rádio e/ou TV, o que corresponde a 28,78% das mulheres que estavam na disputa eleitoral por esse estado. Isso significa que mais de 70% das candidatas a deputado federal por São Paulo não tiveram tempo de rádio e TV.

Apresentado esse quadro mais geral, cumpre observar a distribuição do tempo de rádio e TV atribuído a cada um dos partidos políticos e coligações. O Gráfico 26 indica o tempo de rádio e TV de cada um dos partidos e coligações que participaram da

propaganda eleitoral. Ele mostra, ainda, o tempo de TV e rádio das mulheres por partido e coligações, em comparação com o tempo total a que cada partido ou coligação teve direito.

Gráfico 26 – Tempo de rádio e TV dos partidos e coligações e tempo atribuído às candidatas em relação ao tempo total de rádio e TV



Fonte: TSE. Elaboração própria.

Os cinco partidos ou coligações com maior tempo de propaganda eleitoral gratuita foram PSDB-PSD-DEM-PP, PSB-PTB-PPS-PSC, PT-PCdoB, MDB e PR, todos com tempo acima de 1.000 segundos em cada mídia. Juntos, totalizam 73,55% do tempo total de rádio, com a mesma porcentagem para a TV. Nenhum dos outros 19 partidos e coligações com tempo de propaganda eleitoral ultrapassou os 900 segundos de propaganda em qualquer das duas mídias monitoradas, sendo cada um desses partidos ou

coligações detentor de menos de 5% do tempo total de rádio e TV. Na Tabela 6 pode ser identificada a quantidade de segundos de cada um desses 5 grupos com mais tempo e a porcentagem em comparação ao número total de propaganda eleitoral, bem como o número de segundos de rádio e de TV atribuídos às mulheres desses partidos. A porcentagem relativa às mulheres se refere à comparação entre o número de segundos das candidatas em relação ao tempo total de rádio ou de TV, portanto é a razão de segundos recebidos pelas mulheres de cada partido ou coligação e os 22.500 segundos relativos ao tempo total de TV ou os 22.500 segundos relativos ao tempo total de rádio.

Tabela 6 – Tempo de rádio e TV dos cinco partidos/coligações com maior tempo em relação ao tempo total de propaganda eleitoral e tempo atribuído às candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo em relação ao tempo total de propaganda eleitoral

Partidos/ Coligações	Tempo total de TV (seg.)	Tempo total de TV (%)	Tempo total de rádio (seg.)	Tempo total de rádio (%)	Tempo de TV Mulheres (seg.)	Tempo de TV Mulheres (%)	Tempo de rádio Mulheres (seg.)	Tempo de rádio Mulheres (%)
PSDB-PSD DEM-PP	5.994	26,64%	5.994	26,64%	1.254	5,57%	1.444	6,42%
PSB-PTB PPS-PSC	3.330	14,80%	3.330	14,80%	739	3,28%	627	2,42%
PT – PcdoB	3.174	14,11%	3.174	14,11%	338	1,50%	544	2,22%
MDB	2.640	11,73%	2.640	11,73%	424	1,88%	499	2,72%
PR	1.410	6,27%	1.410	6,27%	378	1,68%	420	1,87%
Total:	16.548	73,55%	16.548	73,55%	3.133	13,91%	3.534	15,65%

Fonte: TSE. Elaboração própria.

A coligação que mais teve tempo de rádio e TV é a formada pelo PSDB-PSD-DEM-PP, somando 26,64% do tempo de propaganda eleitoral em cada uma dessas mídias. Com uma porcentagem muito próxima de tempo estão as coligações PSB-PTB-PPS-PSC e PT-PCdoB, com pouco mais de 14% cada uma. Sozinho, o MDB possui um tempo significativo, totalizando 11,73%, seguido pelo PR que, embora tenha parcela significativa também do tempo, corresponde a quase metade do tempo do MDB, com 6,27%.

Especificamente sobre o tempo das mulheres em cada uma dessas coligações ou partidos, a ordem de maior ou menor tempo sofre alterações. As coligações PSDB-PSD-DEM-PP e PSB-PTB-PPS-PSC continuam a ser as primeiras colocadas mesmo em relação ao tempo atribuído às mulheres tanto no rádio quanto na TV, mas em relação à TV, o terceiro da ordem passa a ser o MDB, seguido pelo PR e coligação PT-PCdoB, que atribuíram 1,88%, 1,68% e 1,50% do tempo, respectivamente, às mulheres. O deslocamento do PT-PCdoB para a 5ª posição suscita uma reflexão sobre se o posicionamento ideológico dos partidos pode explicar a menor ou maior atribuição de rádio e TV para mulheres, o que será analisado com mais detalhes no item seguinte. Em relação ao rádio, na terceira colocação está também o MDB, seguido pela coligação PT-PCdoB e pelo PR, com 2,72%, 2,22% e 1,87% do tempo, respectivamente.

Esses 5 partidos ou coligações, somados, totalizam 73,55% do tempo de rádio e 73,55% do tempo de TV. Os outros 19 partidos e coligações que estavam na disputa, somados, tiveram 26,5% do tempo, o que demonstra uma distribuição bastante irregular, principalmente quando comparado com a coligação PSDB-PSD-DEM-PP, que teve mais tempo do que a soma dos 19 partidos e coligações com menos tempo de rádio e TV. Embora sejam os que mais possuem tempo de rádio e TV, não significa que são os que destinam maior porcentagem de tempo às mulheres, quando analisada a quantidade total de tempo que o partido/coligação possui. Essa questão será mais bem demonstrada no tópico seguinte.

4.2. Espectro ideológico e tempo de propaganda eleitoral

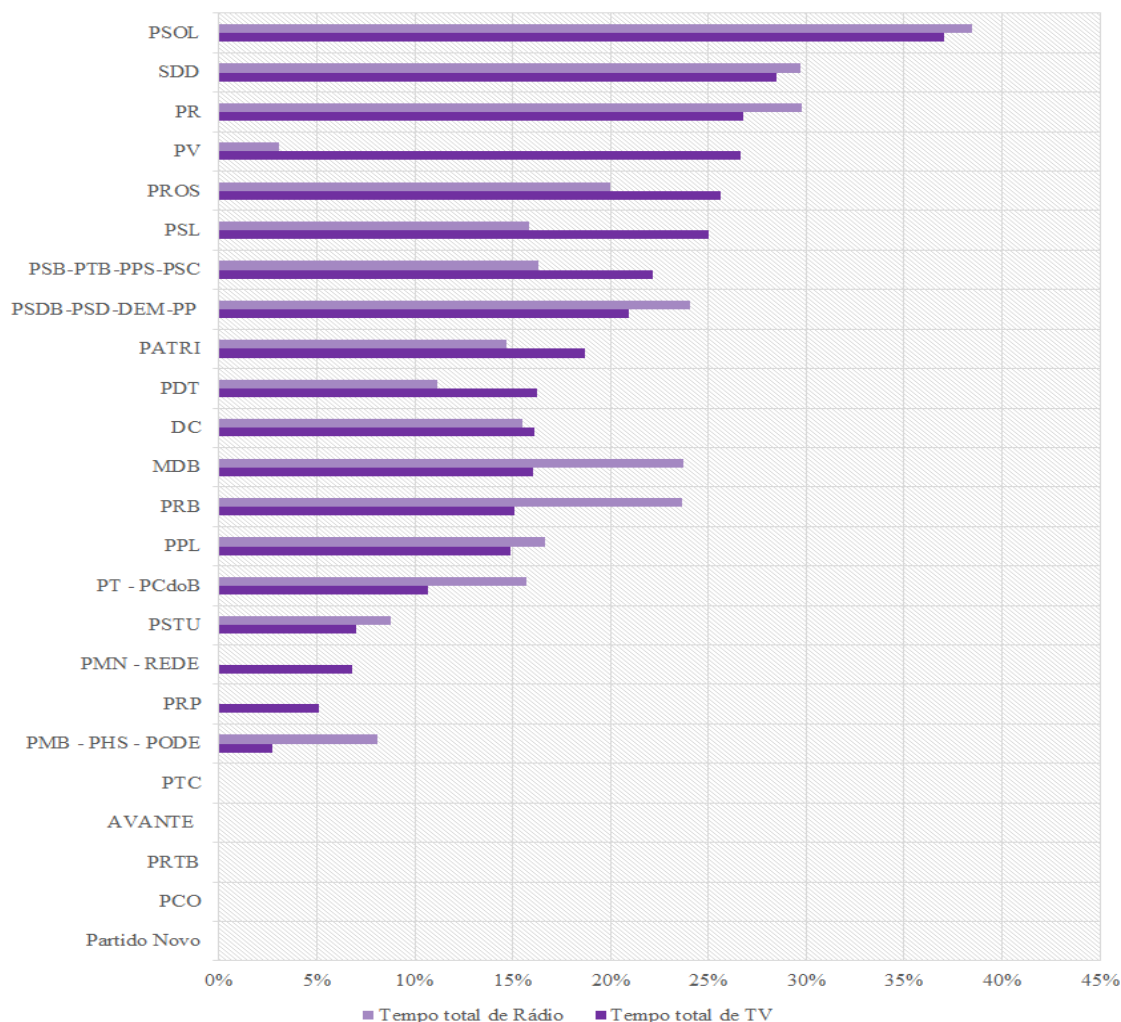
Ao observar o tempo repassado às candidatas, tendo como foco a ideologia dos partidos, questiona-se se partidos de esquerda de fato tendem a ceder mais tempo às mulheres, na tentativa de aproximá-las do tempo cedido à representação masculina. A literatura da ciência política aponta a existência de diferença de comportamento no que concerne à participação das mulheres entre partidos que se encontram em diferentes posições do espectro ideológico. De acordo com Araújo (2005), partidos de esquerda tendem a promover maior participação das mulheres e, ao mesmo tempo, “ao implementarem políticas de gênero e lançarem mais candidatas a cargos legislativos, os partidos de esquerda terminaram desencadeando o mencionado “efeito contágio” sobre

as outras organizações, inclusive as de corte mais conservador” (ARAÚJO, 2005, p. 199), o que significa que os partidos, independentemente do lugar no espectro, tenderiam a captar mais mulheres para a disputa eleitoral.

Para essa análise, partimos do enquadramento ideológico realizado por Power e Zucco (2009), com a diferença de que esses autores não elencaram, à época, o posicionamento de alguns dos partidos, uma vez que muitos deles não existiam há dez anos. Fazendo um exercício de aproximação aos partidos analisados por eles, completamos o espectro com os 35 partidos que compõem o cenário político brasileiro e que tiveram tempo de rádio e TV, seja sozinho, seja em conjunto com sua coligação.

O Gráfico 27 explicita a porcentagem de tempo que cada um dos partidos destinou às candidatas que concorreram ao cargo de deputado federal por São Paulo em 2018.

Gráfico 27 – Tempo total de rádio e TV atribuído pelos partidos às candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo em relação ao tempo de cada partido (%)



Fonte: Elaboração própria.

No que concerne à TV, os que mais destinaram tempo às candidatas do gênero feminino foram PSOL, SDD, PR, PV, PROS e PSL, com 37,07%, 28,51%, 26,81%, 26,67%, 25,63% e 25%, respectivamente. Em relação ao rádio, os partidos que mais alocaram tempo às mulheres foram PSOL, PR e SDD com 38,44%, 29,79% e 29,68%, respectivamente. O restante dos partidos e coligações cedeu menos de 25% do tempo de rádio às mulheres.

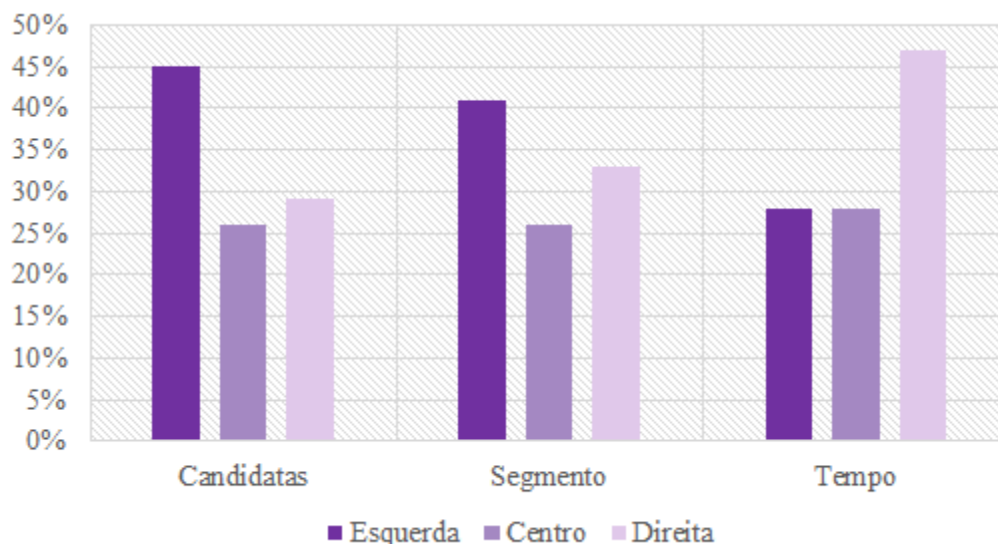
Analisando o Gráfico 27 com base na premissa proposta por Araújo (2005), nota-se que o PSOL é o partido que mais aloca tempo às mulheres para a propaganda eleitoral,

seguido pelo SDD e PR. Enquanto o primeiro partido se enquadra no espectro da esquerda, os dois seguintes são alocados à direita. Pelo menos nas eleições de 2018 para a Câmara Federal e para os candidatos por São Paulo, isso significa que os partidos de esquerda não são, necessariamente, os que mais atribuem tempo (em porcentagem) de propaganda eleitoral às mulheres, ao serem comparados com os partidos de centro e de direita.

Buscamos compreender a atuação dos partidos no que concerne à sua ideologia e à atribuição de espaço na propaganda eleitoral com base no tempo e nos segmentos alocados às mulheres candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo. Enquadrando os partidos em uma das três posições do espectro, não conseguimos chegar ao tempo total de que cada partido dispõe para rádio e TV, pois a distribuição de tempo ocorre de acordo com a coligação que o partido integra e não individualmente. Salientamos que muitas coligações são formadas por partidos de diferentes ideologias, o que dificulta a nossa análise com base unicamente nos partidos. Diante disso, não conseguimos chegar ao tempo que cada partido possui dentro da coligação, mas conseguimos verificar o tempo total e o número de segmentos que as mulheres de cada partido teve na propaganda eleitoral, por meio da análise de todas as candidatas que apareceram na TV ou tiveram falas no rádio. A partir desses dados, constatamos que, em números absolutos, a esquerda apresentou mais candidatas do que os partidos de direita e de centro; do total de candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo, aproximadamente 45% correspondem a candidatas da esquerda.

Se analisarmos a quantidade de segmentos, a esquerda também supera a direita e o centro. Contudo, quando examinamos o tempo atribuído às candidatas, é a direita que concentra a maior parcela do tempo de rádio e TV, como pode ser verificado no Gráfico 28.

Gráfico 28 – Número de candidatas com tempo de rádio e TV, segmento e tempo de propaganda eleitoral atribuídos às candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo com base no espectro ideológico



Fonte: Power e Zucco (2009). Elaboração própria.

A leitura do Gráfico 28 indica que a direita concentra maior parcela do tempo do que o centro e a esquerda, mas possui menos segmentos quando comparada com a esquerda. Com base nessas informações, inferimos que, nas eleições de 2018, a direita optou por atribuir menos segmentos com mais duração para as candidatas nas aparições na TV ou fala no rádio, enquanto a esquerda optou por dedicar às suas candidatas mais segmentos, mas com menos tempo de duração para cada uma.

Na Tabela 7, a seguir, são identificados os números de segmentos e o tempo das mulheres de cada um dos partidos. Lê-se que maior tempo não significa maior número de segmentos. Enquanto o MDB possui mais tempo absoluto do que o PT, este último possui mais segmentos do que o primeiro. E enquanto PTB e PPS possuem praticamente o mesmo número de segmentos, o primeiro partido possui 2,71 vezes mais tempo do que o último.

Tabela 7 – Informações sobre partidos e candidaturas femininas ao cargo de deputado federal por São Paulo com base no tempo e segmentos de rádio e TV

Partido	Tempo total de rádio e TV (mm:ss)	N. de total de segmentos	N. de candidatas com tempo de rádio e TV	% de candidatas com tempo de rádio e TV	Média segmentos por candidata	Média tempo de rádio e TV por candidata (mm:ss)
MDB	17:31	156	18	85,7%	8,7	00:58
PSDB	15:46	126	19	90,5%	6,6	00:50
PR	13:18	19	1	7,1%	19,0	13:18
PT	13:15	198	20	95,2%	9,9	00:40
PSD	12:03	103	7	100,0%	14,7	01:43
PP	11:40	50	1	100,0%	50,0	11:40
PSB	09:30	78	9	69,2%	8,7	01:03
PTB	08:41	32	5	50,0%	6,4	01:44
SDD	06:38	53	2	13,3%	26,5	03:19
PRB	05:49	28	6	20,7%	4,7	00:58
DEM	05:29	45	3	100,0%	15,0	01:50
PDT	04:05	59	8	100,0%	7,4	00:31
PSOL	03:42	26	2	7,7%	13,0	01:51
PROS	03:39	44	15	51,7%	2,9	00:15
PPS	03:12	31	2	100,0%	15,5	01:36
PV	01:56	17	2	8,0%	8,5	00:58
DC	00:55	17	8	61,5%	2,1	00:07
PATRI	00:50	11	3	11,1%	3,7	00:17
PSL	00:49	13	4	22,2%	3,3	00:12
PHS	00:48	4	1	33,3%	4,0	00:48
PCdoB	00:42	3	1	100,0%	3,0	00:42
PPL	00:36	13	7	46,7%	1,9	00:05
REDE	00:20	4	1	12,5%	4,0	00:20
PSTU	00:18	18	1	33,3%	18,0	00:18
PRP	00:12	6	3	13,0%	2,0	00:04
Total	2:21:44	1.154	149	41,9%	7,7	00:57

Fonte: Elaboração própria.

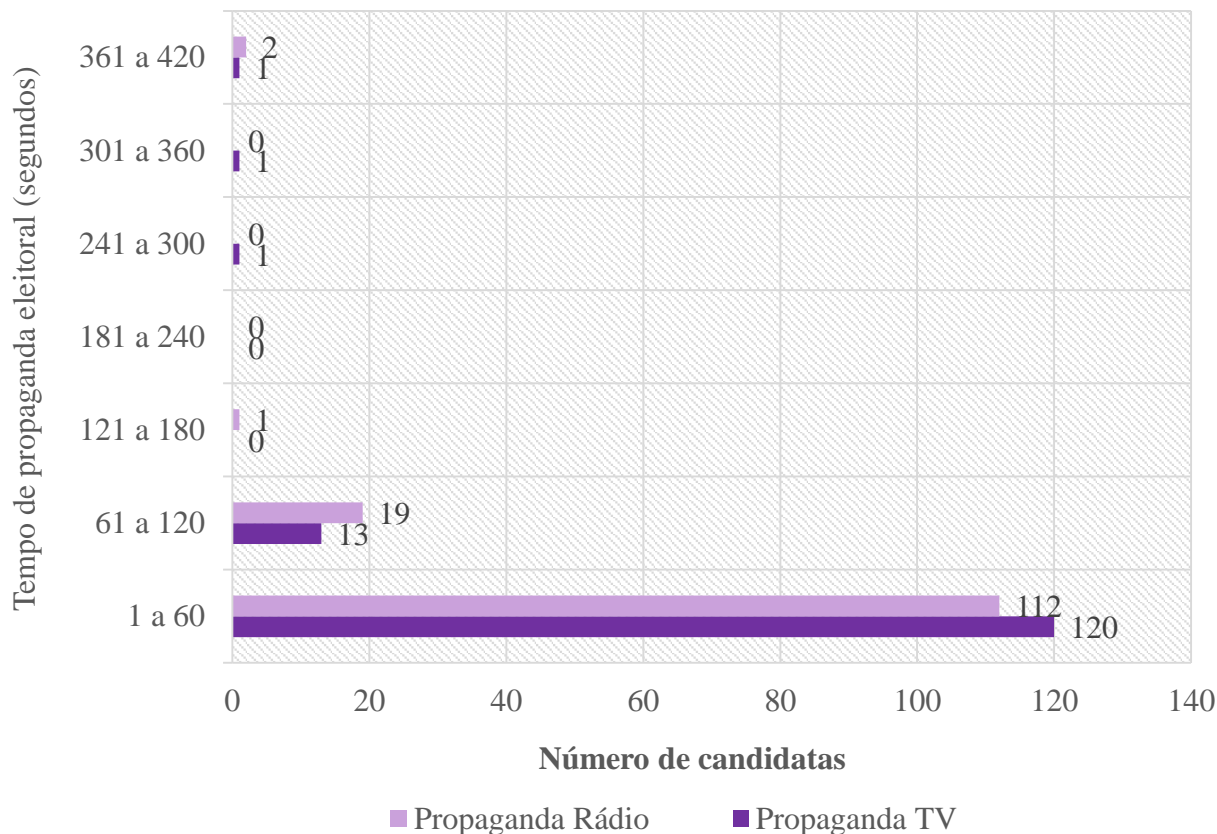
A partir dos dados sobre tempo de rádio e TV e número de segmentos atribuídos às mulheres, nota-se uma ampla variedade de estratégias lançadas por cada partido ou coligação. Em consonância com o princípio da autonomia partidária previsto no art. 17 da Constituição Federal, cada partido ou coligação possui autonomia para decidir sobre o tempo ou a quantidade de segmentos que deseja destinar a cada candidata. Nesse sentido, decidir por ceder mais tempo e menos segmentos ou menos tempo e mais segmentos reflete a estratégia de cada partido ou coligação, de acordo com o que lhes render mais benefícios no processo eleitoral.

4.3. Participação das mulheres na propaganda eleitoral por faixa de tempo

Do total de 528 candidatas, como já mencionado anteriormente, 152 tiveram tempo de rádio e/ou TV, o que corresponde a 28,78%. Para facilitar o entendimento acerca do tempo em que as candidatas apareceram no rádio e/ou na TV, fizemos uma divisão por faixas e tomamos como base o menor tempo e o maior, sendo 1 segundo e 420 segundos, respectivamente. Dessa forma, dividimos o tempo em 7 faixas: (i) 1 a 60 segundos, (ii) 61 a 120 segundos, (iii) 121 a 180 segundos, (iv) 181 a 240 segundos, (v) 241 a 300 segundos, (vi) 301 a 360 segundos e (vii) 361 a 420 segundos.

Ao desagregar o tempo de fala e/ou aparição das candidatas em faixas, verifica-se que a maior parte delas, tanto no rádio quanto na TV, estão localizadas na menor faixa de tempo, entre 1 e 60 segundos. Dentre as candidatas com tempo (152), 112 tiveram de 1 a 60 segundos para fazer propaganda no rádio e 120 tiveram esse tempo para realizar propagandas na TV. A segunda menor faixa, de 61 segundos a 120, é composta por 19 mulheres que fizeram propaganda no rádio e 13 na TV. Saltando para a última faixa, de 361 a 420 segundos, o que equivale ao tempo entre 00:06:01 e 00:07:00, 2 candidatas tiveram mais de 6 minutos de fala no rádio – Jussara Moro (PP) e Policial Katia Sastre (PR) –, e apenas uma teve mais de 6 minutos de aparição na TV – Policial Katia Sastre. Na segunda maior faixa, que corresponde ao tempo entre 301 e 360 segundos, aparece apenas uma candidata – Jussara Moro – com esse tempo direcionado à propaganda na TV, como pode ser verificado no Gráfico 29.

Gráfico 29 – Número de candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo por faixa de tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV



Fonte: Elaboração própria.

Em 15 dias de campanha eleitoral no rádio e na TV, dentre as 152 candidatas com algum tempo nas mídias tradicionais, 73,68% tiveram um minuto ou menos de falas no rádio, e 78,94% tiveram esse mesmo tempo de aparições na TV. No outro extremo, referente ao maior tempo recebido por uma candidata, apenas 1,31% delas obteve mais de 6 minutos de falas no rádio e 0,65% mais de 6 minutos de aparições na TV.

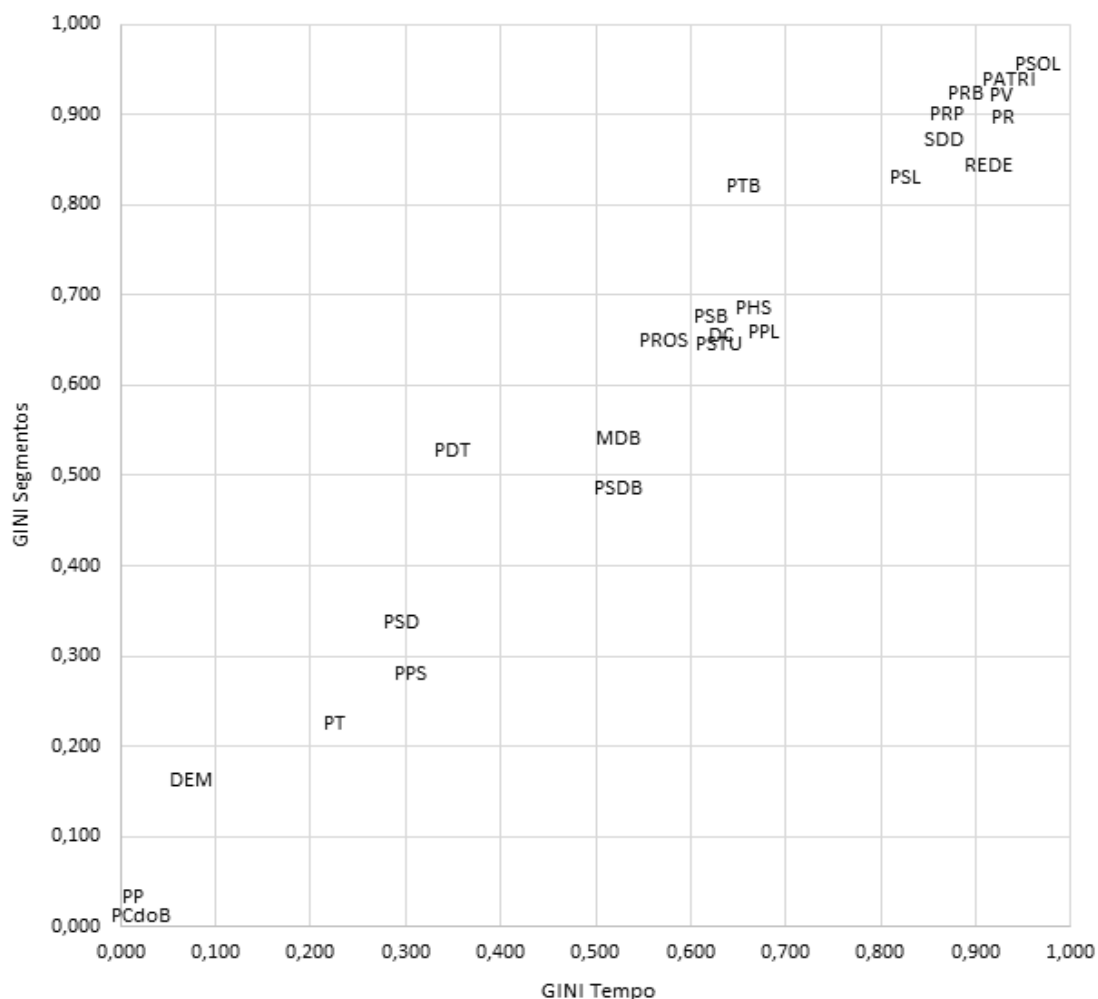
É importante salientar que o tempo ao qual se refere o Gráfico 29 não corresponde, necessariamente, a apenas uma aparição da candidata na TV ou a apenas uma fala no rádio, e, sim, ao tempo total de cada candidata durante todo o processo eleitoral.

4.4. Análise do tempo de rádio e TV por segmentos

Com o objetivo de compreender a desigualdade de distribuição do tempo de propaganda eleitoral dentro dos próprios partidos, foi realizada a análise com base no coeficiente de GINI, que proporcionou os resultados que podem ser observados no Gráfico 30. Para a construção desses dados, foram consideradas as seguintes informações: número de candidatas competindo ao cargo pelo partido, total de candidatas com tempo de rádio e/ou TV pelo partido e a diferença de tempo concedido às candidatas dentro do próprio partido.

Quanto mais próximo de 0, maior a igualdade na distribuição do tempo para as mulheres pelo partido. Quanto mais próximo de 1, mais desigual é essa distribuição, ou seja, o partido concentra mais recursos de tempo em algumas candidatas e menos em outras.

Gráfico 30 – Tempo e segmentos cedidos às candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo com base no coeficiente de GINI



Fonte: Elaboração própria.

Por meio da leitura do Gráfico 30, nota-se que PP e PCdoB são os partidos que distribuem o tempo de rádio e TV para as mulheres de forma mais igualitária. Esses dados, porém, precisam ser examinados com cautela. Isso se deve ao fato de que ambos apresentaram apenas uma candidata ao cargo, cedendo a ela todo o tempo direcionado às mulheres. Para a única candidata do PP, Jussara Moro, foram direcionados 50 segmentos, com o total de 00:11:40 de propaganda eleitoral, somando rádio e TV. E para a candidata do PCdoB, Maria Giovana, foram cedidos 3 segmentos, com uma participação total de 00:00:42.

Em contrapartida, o partido que mais apresenta desigualdade na divisão do tempo é o PSOL. Com base na Tabela 7, verifica-se que apenas 2 das candidatas ao cargo de

deputado federal por São Paulo pelo partido tiveram tempo de rádio e TV, o que corresponde a 7,7% do total de candidatas pelo PSOL. As duas mulheres que receberam tempo foram Luiza Erundina (com 22 segmentos, equivalente a 00:03:06) e Sâmia Bomfim (com 4 segmentos, correspondente a 00:00:36). A primeira candidata recebeu aproximadamente 5 vezes mais tempo do que a segunda, o que demonstra que não há uma igualdade na fragmentação do tempo entre elas.

Carvalho, Kniess e Fontes (2018), ao investigarem o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) das candidatas ao cargo de deputado federal pelo Paraná, observaram que mesmo em partidos de esquerda não há a representação das mulheres de forma homogênea; assim, mulheres com mais capital político e social concentram maior visibilidade por parte do partido. Nossa conclusão vai na mesma direção. A candidata Luiza Erundina, com uma longa trajetória política e candidata à reeleição e, portanto, detentora de um elevado capital político, recebeu mais tempo de rádio e TV quando comparada com a candidata Sâmia Bomfim, cuja trajetória política é muito mais recente. Essa desigualdade pode ser lida como a destinação do tempo às candidatas que eram consideradas pelo partido como aquelas com maior chance de vitória. Nesse sentido, no sistema proporcional de lista aberta, em que há grande incentivo para a existência de puxadores de votos, as mulheres com maiores chances de se elegerem, portanto, ganham maior destaque. Nesse caso, uma divisão mais igualitária poderia não ser a melhor estratégia para alcançar o sucesso eleitoral do partido como um todo.

4.5. Tempo de rádio e TV e número de votos

Das 528 mulheres que se candidataram ao cargo de deputado federal por São Paulo, 11 foram eleitas. Destas, 9 tiveram tempo de rádio e/ou TV. A partir desses resultados, questionamos se a campanha das mulheres nas mídias tradicionais teve alguma relação com seu sucesso na disputa eleitoral. Para tanto, analisamos sua participação na propaganda eleitoral e o número de votos recebidos pelas candidatas eleitas.

O tempo total de rádio e TV destinado às mulheres foi de 02:21:44. As 11 candidatas eleitas somam 00:25:47 de propaganda eleitoral, o que corresponde a 19,19% do total.

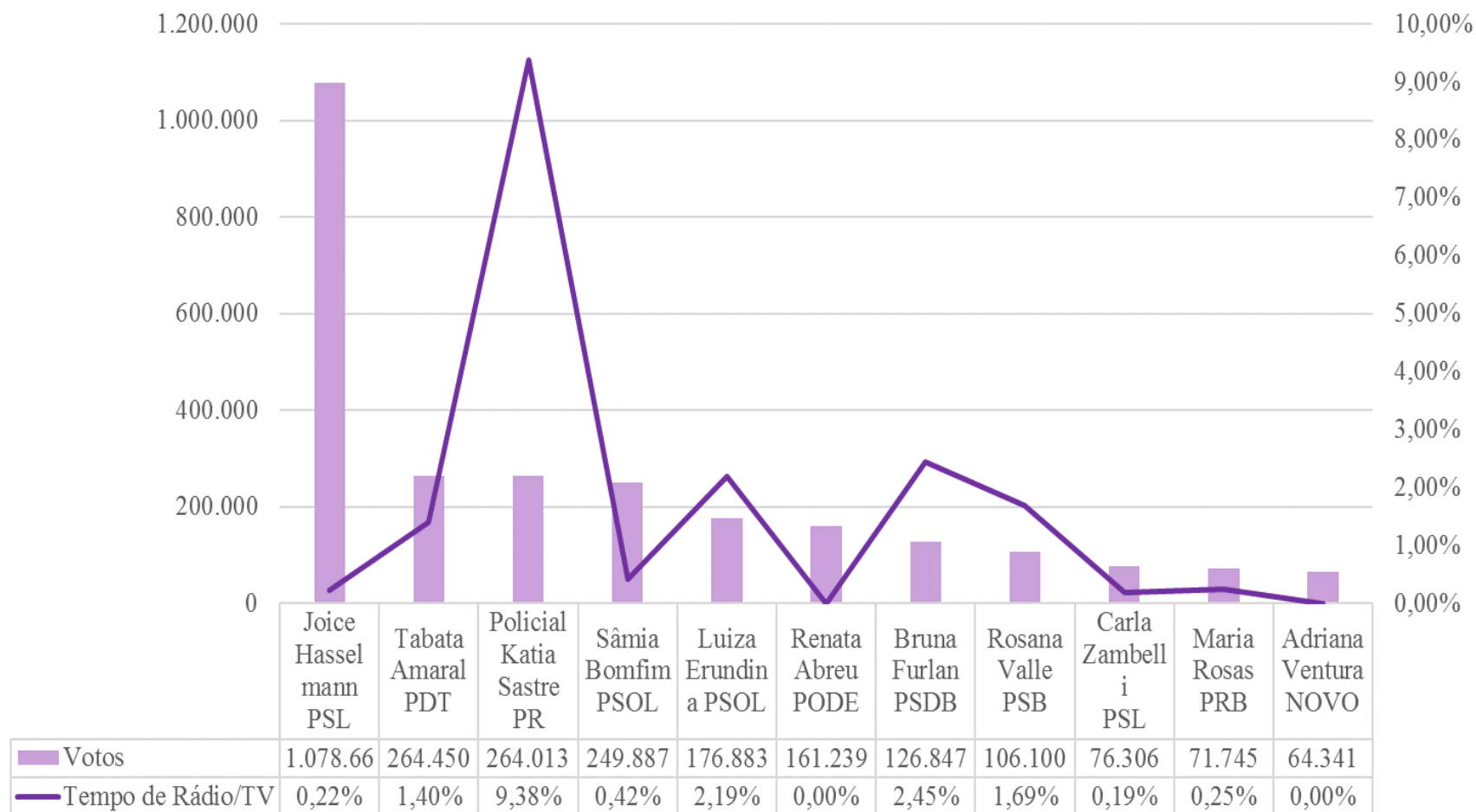
Ao analisarmos o tempo que cada uma das candidatas recebeu, buscamos verificar se existe relação entre (1) tempo de propaganda e (2) voto. Como é possível verificar a partir da leitura do Gráfico 31, a candidata mais votada ao cargo – levando-se em conta apenas as candidatas mulheres – foi Joice Hasselmann (PSL), com 1.078.666 e expressiva diferença em relação à segunda colocada nas votações, Tabata Amaral (PDT), que recebeu 264.450 votos. A candidata que recebeu o maior número de votos teve o terceiro menor tempo de propaganda no rádio e/ou TV. As únicas candidatas que possuem menos tempo do que ela são Renata Abreu (PODE), que ficou em 6º lugar na disputa, e Adriana Ventura (NOVO), que ficou na 11ª posição. Essas duas candidatas eleitas não tiveram tempo de rádio e/ou TV.

A terceira colocada na disputa, Policial Katia Sastre (PR), que recebeu 264.013, possui 42 vezes mais tempo de rádio/TV do que a candidata mais votada, ao passo que essa última possui 4,08 vezes mais votos do que Katia Sastre.

Já bastante consolidada no cenário político e candidata à reeleição, Luiza Erundina (PSOL) teve o terceiro maior tempo de propaganda eleitoral e ficou em 5º lugar na disputa pelo cargo entre as mulheres.

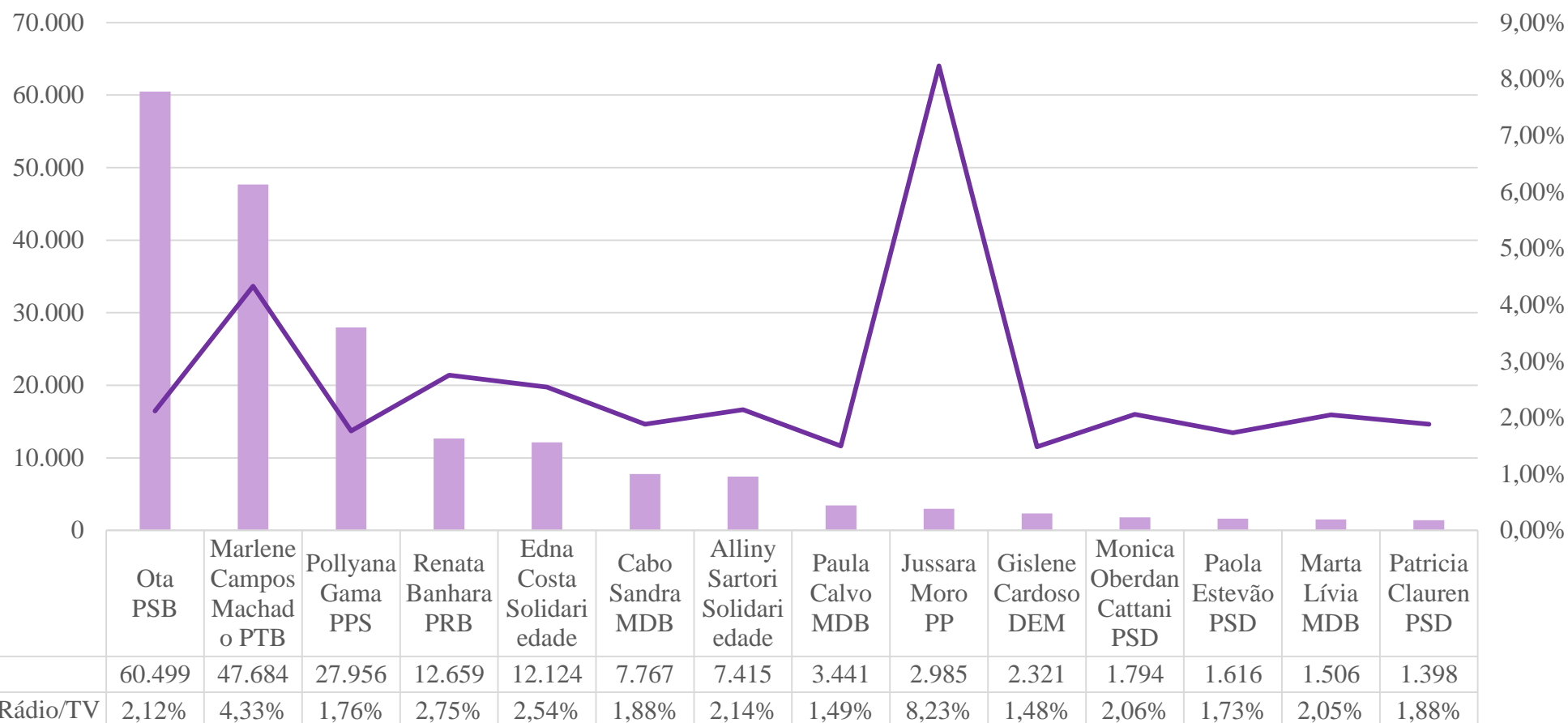
Esses dados indicam que maior tempo de propaganda eleitoral nas mídias tradicionais – rádio e TV – não tem uma relação direta com o número de votos recebidos pelas candidatas. Se, em tese, o tempo de rádio e TV seria importante por trazer maior visibilidade aos candidatos e às candidatas em uma disputa eleitoral, ele não se mostrou relevante para predizer ou explicar o resultado das eleições ao cargo de deputado federal em 2018, ao menos no que concerne ao estado de São Paulo e às candidatas do gênero feminino, como já era apontado pela literatura.

Gráfico 31 – Número de votos e tempo de rádio/TV das candidatas eleitas à Câmara Federal por São Paulo



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 32 – Número de votos e tempo de rádio/TV de candidatas não eleitas à Câmara Federal por São Paulo



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 31 pode ser lido em conjunto com o Gráfico 32, que corrobora a afirmação de inexistência de relação direta entre as variáveis em questão. Para a análise desse ponto, levou-se em consideração candidatas que não foram eleitas, mas que tiveram mais de 00:02:00 totais de propaganda eleitoral. Tomou-se como base esse tempo, porque apenas 14 candidatas não eleitas e que tiveram tempo de propaganda eleitoral estão em faixa superior a 2 minutos. Se fossem consideradas candidatas de faixas inferiores a 2 minutos, a análise levaria em consideração os resultados de mais 129 candidatas.

Entre as candidatas não eleitas, a maior diferença entre o tempo de propaganda e número de votos é de Jussara Moro (PP). Embora tenha recebido um tempo significativo, correspondendo a 8,23% do total destinado às mulheres, teve apenas 2.985 votos. A candidata Jussara Moro recebeu 3,88 vezes mais tempo de propaganda eleitoral do que a candidata Ota (PSB), todavia, ao comparar o número de votos das candidatas, Ota recebeu 20,26 vezes mais votos do que Jussara Moro. Novamente, esse dado reafirma que o tempo de que a candidata dispõe nas mídias mais tradicionais para a realização de sua campanha não explica o número de votos recebidos na disputa eleitoral.

4.6. Considerações sobre o tempo de propaganda eleitoral

A partir da análise dos dados concernentes ao tempo de propaganda eleitoral nas mídias tradicionais, verificou-se que o sucesso na disputa eleitoral não teve relação com o tempo de rádio e TV que as candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo receberam. Dessa forma, o horário eleitoral não determinou e tampouco foi um preditor dos resultados da eleição. Como explica Cervi (2010, p.14), “é mais produtivo pensar o horário eleitoral como mais um elemento da disputa política, a partir da qual se pode identificar discursos, posições e escolhas adotadas pela elite política, mas não é suficiente para explicar a decisão do voto”.

Além disso, podemos considerar que nas eleições de 2018 em São Paulo, partidos de esquerda não foram os que mais alocaram tempo às mulheres, embora sejam os que mais colocaram mulheres em propagandas eleitorais em números absolutos.

Partindo do pressuposto de que são diversas as variáveis que podem influenciar os resultados da competição eleitoral, questiona-se quais os outros fatores que podem ter influenciado esse processo. Para além das mídias tradicionais, torna-se importante levar em consideração novas mídias (redes sociais) que ganharam espaço nos últimos anos e passaram a ser amplamente utilizadas nessas eleições, capazes de trazer grande visibilidade a um baixo custo, como Facebook, Instagram e Twitter.

Em relação às redes sociais, algumas hipóteses são construídas: (1) TV e rádio são mídias tradicionais que estão perdendo espaço para as redes sociais, (2) as redes sociais permitiriam maior visibilidade a um baixo custo, portanto seriam utilizadas pelas candidatas para contornar a falta de apoio material – inclusive nas mídias tradicionais – e de investimento financeiro dos partidos; (3) as redes sociais seriam um preditor do sucesso eleitoral relevante, enquanto já se sabe que as mídias tradicionais não o são para eleições proporcionais.

No próximo capítulo, analisaremos o comportamento das candidatas durante a campanha eleitoral em redes sociais, com foco no Facebook. O intuito é compreender como se estruturou a campanha dessas candidatas na internet, visto que o uso das redes sociais como um instrumento para campanha política ainda é muito recente e as análises sobre esses recursos ainda não são aprofundadas.

CAPÍTULO 5. O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NAS ELEIÇÕES DE 2018: MONITORAMENTO DO FACEBOOK DAS CANDIDATAS AO CARGO DE DEPUTADO FEDERAL POR SÃO PAULO

Como verificado no capítulo anterior, as mídias tradicionais não foram determinantes para o resultado das eleições de 2018, pelo menos no que se refere às candidatas que estavam concorrendo ao cargo de deputado federal por São Paulo. Diante disso, verificamos se novas ferramentas que passaram a ser utilizadas na disputa eleitoral, em especial o Facebook, colaboraram com a visibilidade e possível sucesso dessas candidatas. Com base na hipótese de que as redes sociais requerem menor investimento financeiro do que as mídias tradicionais e, sobretudo, que não dependem de decisões das executivas dos partidos, como é o caso da campanha na TV e no rádio, supõe-se que as redes sociais se tornaram um importante instrumento para a disseminação de informações das campanhas das candidatas, por serem mais acessíveis especialmente a candidaturas que não receberam nenhum ou que receberam pouco apoio financeiro do partido.

O propósito desse monitoramento é verificar se as candidatas realizaram campanhas em suas redes sociais como forma de divulgar as suas propostas. Como um dos principais objetivos da pesquisa é entender o fenômeno das candidaturas laranja e se ele afeta principalmente as mulheres, um indício pode ser a movimentação das redes sociais: se não há qualquer publicação sobre a campanha da candidata no Facebook, tal candidatura pode não ser efetiva com real intenção de se eleger. Em contrapartida, se há uma intensa movimentação no perfil ou página no Facebook, isso pode indicar que a candidata está efetivamente engajada para conquistar votos para si mesma.⁵⁹

Inicialmente, além do Facebook, foram incorporados à análise o número de seguidores das candidatas no Twitter e no Instagram, visto que são redes sociais em crescimento no Brasil. Todavia, em momento posterior, optamos por concentrar a investigação no Facebook, já que se trata de rede social utilizada por expressivo número

⁵⁹ Segundo o Facebook, “um perfil é um local no Facebook onde você pode compartilhar informações sobre si mesmo, como interesses, fotos, vídeos, cidade atual e cidade natal”. É preciso ter um perfil para criar uma página ou gerenciar páginas de terceiros. Em linhas gerais, páginas “são locais no Facebook que artistas, figuras públicas, empresas, marcas, organizações e ONGs usam para se conectar aos fãs ou clientes. Quando uma pessoa curte ou segue uma Página no Facebook, ela começa a ver as atualizações dessa Página no Feed de Notícias”. <https://www.facebook.com/help/337881706729661?helpref=search&sr=2&query=o%20que%20é%20um%20perfil>. Acesso em: 24 jun. 2019.

de brasileiros, cerca de 127 milhões.⁶⁰ O aplicativo de troca de mensagens Whatsapp não foi incorporado neste estudo por ser uma ferramenta de acesso restrito, o que impede o acesso a informações de terceiros.

Com o objetivo de compreendermos se o Facebook de fato é utilizado nas campanhas – e como ocorre essa utilização –, monitoramos as 528 candidatas que se encontravam na disputa pelas cadeiras da Câmara Federal pelo estado de São Paulo, do dia 16 de agosto a 7 de outubro. Esse período foi dividido em 7 semanas de monitoramento, para que pudéssemos analisar o uso dessa ferramenta semanalmente pelas candidatas e verificar possíveis evoluções ou retrações em suas campanhas. Foram coletadas no Facebook as informações elencadas a seguir: o endereço da página, data de criação, número de seguidores na primeira e última semana, se a página é verificada, se há indicação de candidatura na foto de capa ou perfil, número total de publicações da candidata, número de publicações relacionados à campanha, se fez postagem de campanha de rua, quais as pautas divulgadas pela candidata, se tem dobradinha e, se sim, com quantos homens, quantas mulheres e o nome desses candidatos, se fez campanha acompanhada de outros políticos e, se sim, com quem e, por fim, número de impulsionamentos.⁶¹ Essas mesmas informações foram coletadas nos perfis, com a diferença de que não foi monitorado o número de seguidores, e, sim, o número de amigos.

Todo o processo de monitoramento foi realizado coletivamente, por uma equipe formada por 15 pessoas (13 mulheres e 2 homens). As informações e os critérios de identificação de cada uma das categorias pesquisadas, bem como as dúvidas surgidas ao longo do monitoramento, foram amplamente discutidos em reuniões realizadas semanalmente, com o objetivo de refinar e validar a coleta. A partir das discussões, chegamos a (i) uma lista final de informações a serem extraídas e (ii) definição de todos os critérios, para que todas e todos tivessem a mesma compreensão sobre o que deveria ser coletado. O produto final dessas discussões foi a elaboração de “Formulário Google” a ser utilizado durante a coleta.

⁶⁰ Informação disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>. Acesso em: 24 jun. 2019.

⁶¹ Essa informação em especial não foi coletada semanalmente, e, sim, após as eleições, pela existência da Biblioteca de Anúncios do Facebook, que nos permitiu o acesso a todos os impulsionamentos efetivados no período de campanha eleitoral. Endereço da Biblioteca de Anúncios: <https://www.facebook.com/ads/archive/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

Por se tratar de elevado número de informações, inicialmente decidimos fazer a coleta de dados por meio de *Web Scraping*, técnica que se utiliza de processos automatizados e que torna mais rápida a extração de informações provenientes de *sites*, resultando na geração de um banco de dados. Todavia, esta não foi possível em decorrência das atuais restrições criadas pelo Facebook, no que concerne ao acesso a informações para esse tipo de coleta. Assim, o levantamento ocorreu por coleta manual realizada por pesquisadoras e pesquisadores vinculados à pesquisa. A sistematização de todos dados obtidos ainda está em andamento, mas algumas análises já são compartilhadas neste relatório, conforme pode ser verificado na seção seguinte.

5.1. Páginas, perfis e cruzamento com dados demográficos

A disputa pelo cargo de deputado federal no estado de São Paulo nas últimas eleições contou com a participação de 528 mulheres, mas nem todas utilizaram o Facebook como uma ferramenta de campanha. Dividimos nosso monitoramento em 7 semanas e durante esse período, buscamos verificar informações presentes nas páginas e perfis das candidatas para averiguar se havia movimentação de campanha. Dentre todas que concorreram ao cargo, 319 candidatas tiveram página e 419 tiveram perfil no Facebook em ao menos algum momento da campanha. Um número menor de candidatas teve página ou perfil durante todo o processo eleitoral: 260 candidatas tiveram página durante todo o período das eleições e 414 tiveram perfil durante toda a disputa.

Nossa hipótese é de que a existência de página no Facebook indica uma campanha mais estruturada, visto que perfis são comumente mais utilizados para fins pessoais e são mais restritos em relação à quantidade de amigos que podem participar da sua rede. Nesse sentido, estudar mais a fundo as páginas e os perfis pode nos levar a compreender se existe alguma relação entre campanhas nas redes sociais e sucesso na disputa eleitoral. Para isso, debruçamo-nos inicialmente sobre alguns aspectos que nos auxiliam a traçar um padrão das candidatas que se utilizam dessa rede social como um instrumento de campanha.

Embora 528 candidatas ao cargo de deputado federal por São Paulo tenham iniciado na disputa, somente 465 chegaram até as urnas. Como algumas renunciaram ao longo das semanas ou tiveram suas candidaturas indeferidas, nosso monitoramento

cessava a partir do momento em que a candidata não mais se encontrava na disputa. Dessa forma, toda a análise que segue tem como número base as 465 concorrentes que chegaram até as urnas.

Para compreendermos se e como as candidatas utilizaram o Facebook, utilizamos cinco descritores que nos auxiliaram a construir nossas variáveis dependentes: (i) as candidatas utilizaram página/perfil do Facebook em suas campanhas?; (ii) mantiveram página/perfil durante toda a campanha?; (iii) usaram intensamente as ferramentas?; (iv) usaram as ferramentas explicitamente para suas campanhas?; e (v) utilizaram recursos que ampliassem a visibilidade de suas publicações de forma que informações de suas campanhas chegassem a mais eleitores? Para medirmos esses elementos, utilizamos as seguintes variáveis:

- (a) existência de página/perfil em ao menos uma das semanas de campanha: assume valor 1 para todas as candidatas que tiveram uma página/perfil ativo identificado em pelo menos uma semana de monitoramento e valor 0, caso contrário;
- (b) manutenção da página/perfil durante as 7 semanas de campanha: assume valor 1 para todas as candidatas que tiveram uma página/perfil ativo identificado em todas as 7 semanas de monitoramento e valor 0, caso contrário;
- (c) total de publicações realizadas na página/perfil: soma de todas as publicações realizadas na página/perfil durante as 7 semanas de monitoramento;
- (d) porcentagem de publicações correspondentes à divulgação da própria campanha: razão entre a quantidade de postagens onde a candidata explicitamente faz campanha pela sua candidatura e a quantidade total de postagens na página/perfil;
- (e) impulsionamento de publicações: assume valor 1 para todas as candidatas que tiveram pelo menos uma postagem com impulsionamento pago durante as 7 semanas de campanha e valor 0, caso contrário.

Essas variáveis foram cruzadas com outras informações coletadas no *site* do TSE, como receita total de campanha, idade, grau de instrução, raça/etnia, visto que o Tribunal disponibiliza todos esses dados por meio de seu repositório de dados eleitorais. Também

nos interessou o dado de ocupação, igualmente disponibilizado pelo TSE. Enquadramos cada uma das ocupações em cinco diferentes estratos sociais: (i) baixo, (ii) médio-baixo, (iv) médio (v) médio-alto e (vi) alto, com base em Jannuzzi (2003). Desse modo, essa variável pôde ser operacionalizada para marcar a classe social das candidatas. Esse cruzamento foi realizado para compreensão do perfil das candidatas que utilizaram a ferramenta analisada e se há desigualdades no uso da rede social.

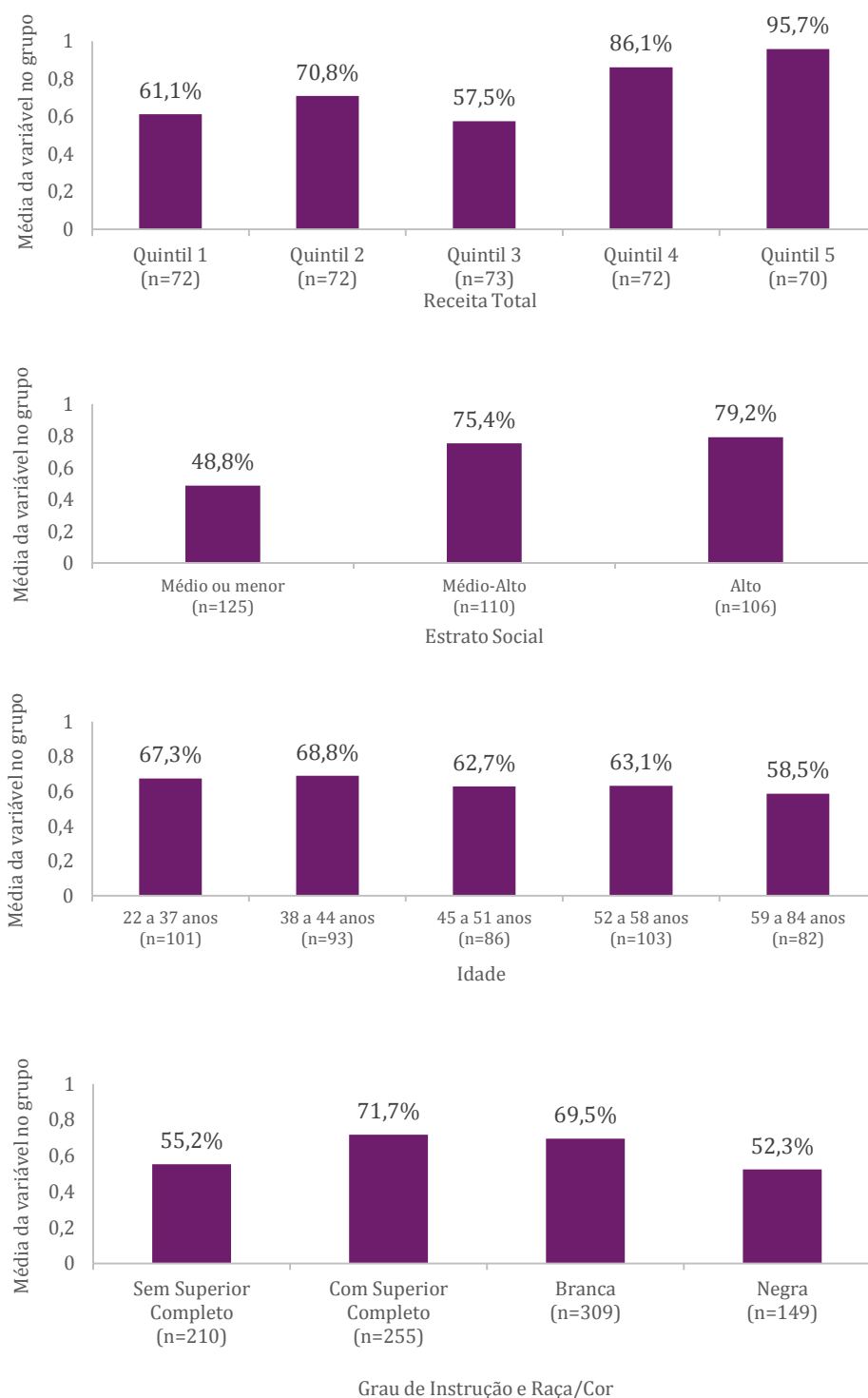
5.1.1. Existência de página/perfil em ao menos uma das semanas de campanha

Com esta variável, buscamos identificar diferenças entre os grupos de candidatas na adesão das ferramentas do Facebook durante a campanha eleitoral. Os Gráficos 33 e 34, a seguir, mostram a proporção de candidatas que usaram página ou perfil do Facebook por pelo menos uma das semanas de campanha eleitoral para cada um dos grupos analisados dentro dos recortes.

Com relação ao uso da ferramenta Página, observamos que a média de adesão aumenta junto com a receita total auferida durante a campanha e a classe social à qual a candidata pertence. As médias dos quintis mais altos de receita estão em patamares mais altos (acima dos 80% e chegando a 95,7% para o último quintil de receita) do que os quintis mais baixos, que chegam no máximo a 70% de adesão à ferramenta. A adesão média também assume cifras bem maiores entre aquelas que pertencem a estratos sociais mais elevados. Enquanto a proporção de quem utilizou a página do Facebook por pelo menos uma semana ficou abaixo dos 50% entre os estratos médio, médio-baixo e baixo, esse valor chegou a quase 80% entre as candidatas incluídas no grupo de estrato social alto.

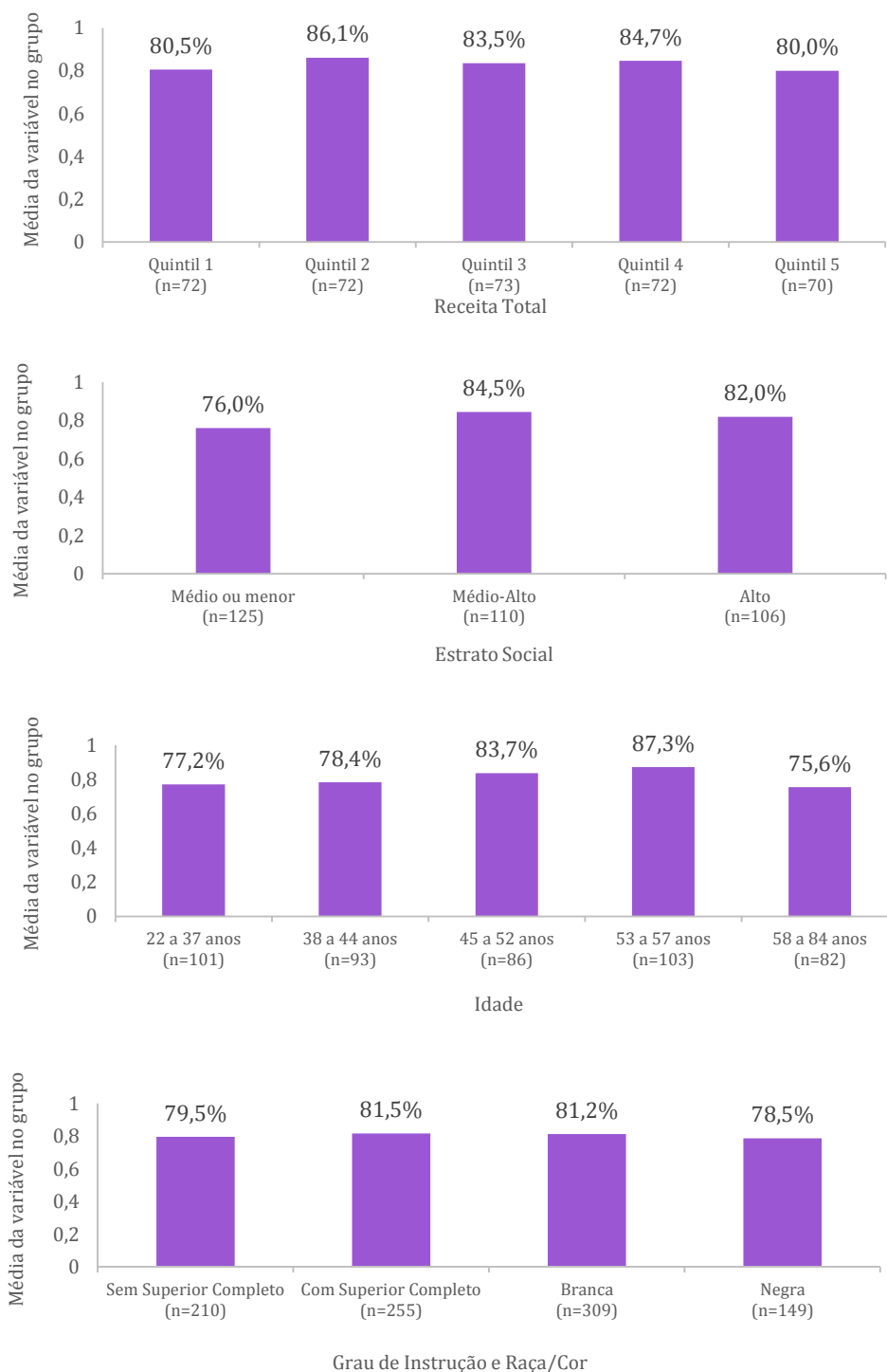
Notam-se diferenças entre grupos de diferentes graus de instrução e raça/cor para essa variável. Foram 71,7% das candidatas que reportaram ter ensino superior completo que utilizaram a página de Facebook por pelo menos uma das semanas de campanha. Dentre as que não tinham ensino superior completo, apenas 55,2% utilizaram a ferramenta. Candidatas brancas também tiveram uma proporção de adesão maior que as negras (69,5% contra 52,3%). Com relação à idade das candidatas, percebe-se uma adesão maior entre as mais jovens, mas com diferenças nas proporções bem mais sutis sobre as demais faixas etárias em relação aos demais recortes.

**Gráfico 33 – Média da variável “Teve página ativa por pelo menos uma semana”
deputadas federais – SP – 2018**



Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 34 – Média da variável “Teve perfil ativo por pelo menos uma semana”
deputadas federais – SP – 2018**



Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao uso da ferramenta Perfil, observamos uma média de adesão mais constante entre os grupos dentro de nossos recortes. Em torno de 80%-85% das candidatas utilizaram o perfil de Facebook durante a campanha eleitoral para qualquer patamar de receita eleitoral. A adesão é maior entre candidatas que pertencem a estratos sociais mais elevados, porém mais próxima da média dos estratos menores do que visto para a ferramenta Página. A proporção de quem utilizou o perfil do Facebook por pelo menos uma semana ficou em 76% entre os estratos médio, médio-baixo e baixo, 84,5% para estrato médio-alto e 82% para o estrato alto.

A mesma lógica se aplica aos grupos de diferentes graus de instrução e raça/cor. Candidatas brancas ou com ensino superior completo apresentaram maior adesão ao perfil de Facebook, mas a diferença em relação às demais candidatas foi bem menor do que a observada para a ferramenta Página. A média de adesão ficou em torno dos 80% para todos os grupos, com variações menores do que 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo entre eles. Com relação à idade das candidatas, houve uma adesão relativamente maior entre as faixas etárias mais altas, com exceção da última faixa. Porém estão praticamente distribuídas em uma margem de 75%-85% de adesão.

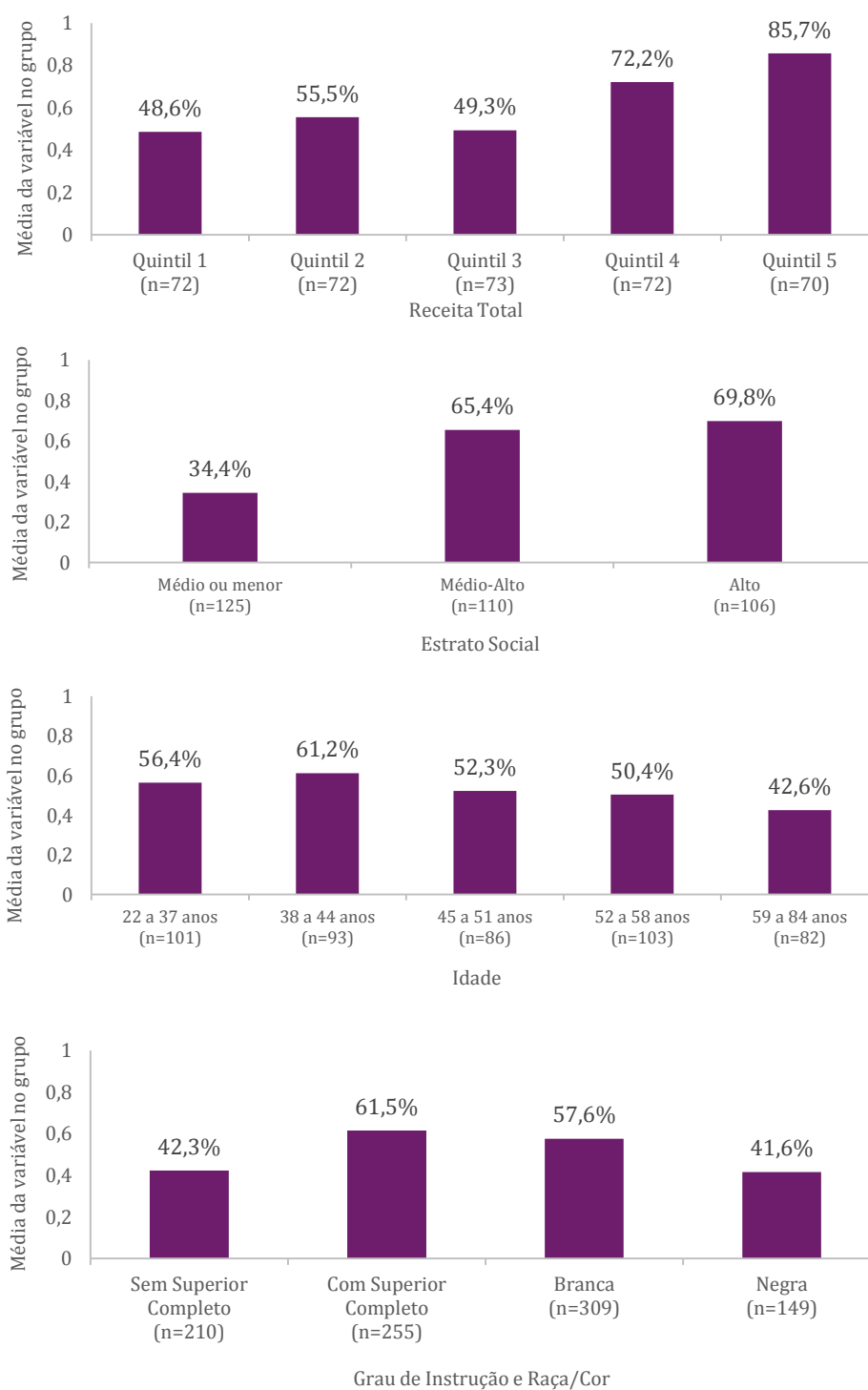
5.1.2. Manutenção da página/perfil durante as 7 semanas de campanha

A próxima variável a ser analisada é a manutenção da página e do perfil ativos durante toda a campanha eleitoral. O objetivo é observar diferenças entre os grupos dentro de nossos recortes no que concerne à sustentação do uso durante o período eleitoral, partindo da hipótese de que candidaturas mais estruturadas teriam mais chances de manter o uso dessas ferramentas durante toda a campanha.

Os resultados dessa variável para a ferramenta Página são muito semelhantes aos encontrados para a variável de adesão. Receitas eleitorais e estrato social aparecem como fatores que aumentam a proporção de candidatas que mantiveram suas páginas ativas durante as 7 semanas de campanha. Enquanto nos dois quintis mais altos as taxas de manutenção foram de 72,2% e 85,7%, nos três mais baixos ela oscilou em torno dos 50%, chegando no máximo de 55% no segundo quintil. A média de manutenção dos estratos mais altos foi praticamente o dobro da observada para os mais baixos (65,4% e 69,8%

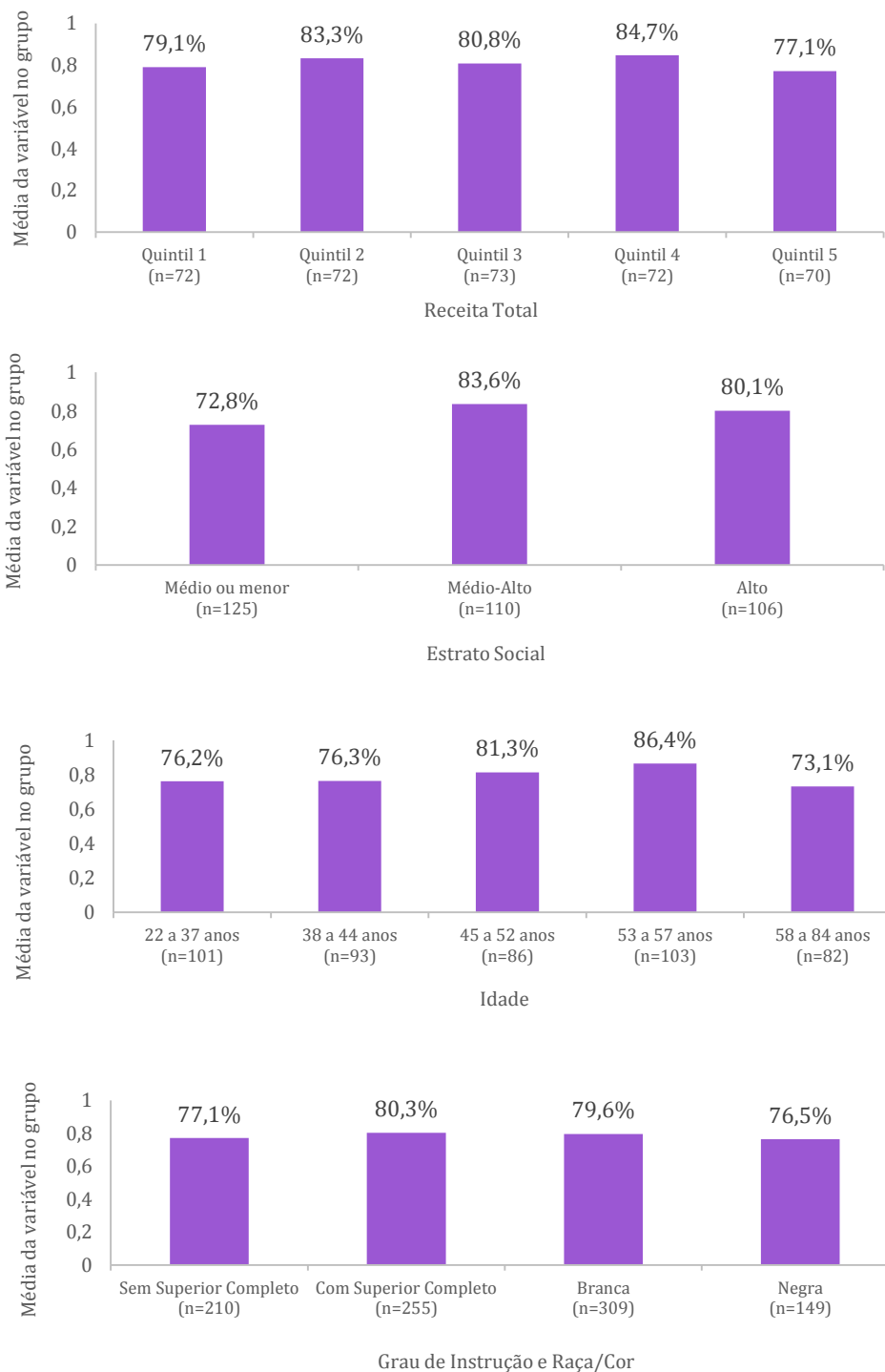
para médio-alto e alto, respectivamente, contra apenas 34,4% para os estratos mais baixos).

Gráfico 35 – Média da variável “Manteve página ativa pelas 7 semanas” – deputadas federais – SP – 2018



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 36 – Média da variável “Manteve perfil ativo pelas 7 semanas” – deputadas federais – SP – 2018



Fonte: Elaboração própria.

Também para essa variável, candidatas mais novas, brancas ou com ensino superior completo apresentaram taxas de manutenção da ferramenta mais altas do que as mais velhas, sem ensino superior completo ou negras. As primeiras tiveram manutenção entre 55% e 62%, enquanto as demais tiveram taxas oscilando entre 40% e 52%.

Quando observamos a manutenção do uso da ferramenta Perfil, também verificamos resultados muito semelhantes aos encontrados para a variável de adesão. As médias são maiores, em geral, e variam menos entre os grupos dentro dos recortes. Entre as faixas de receitas eleitorais, as médias oscilam em torno dos 80% entre os quintis, com máxima de 84,7% no quarto quintil e mínima de 77% no quinto quintil. A manutenção da ferramenta é ligeiramente maior entre os estratos sociais mais altos, mas novamente a diferença se estreita em relação à encontrada para a ferramenta Página.

Candidatas brancas ou com ensino superior completo apresentaram maior manutenção do perfil de Facebook, mas, novamente, a diferença em relação às demais candidatas foi bem menor do que a observada para a ferramenta Página. A média de adesão ficou em torno dos 80% para brancas e com ensino superior e um pouco acima dos 75% para negras e sem ensino superior. A idade das candidatas parece contribuir para a manutenção do perfil, com exceção da última faixa etária, resultado semelhante ao observado para a variável de adesão.

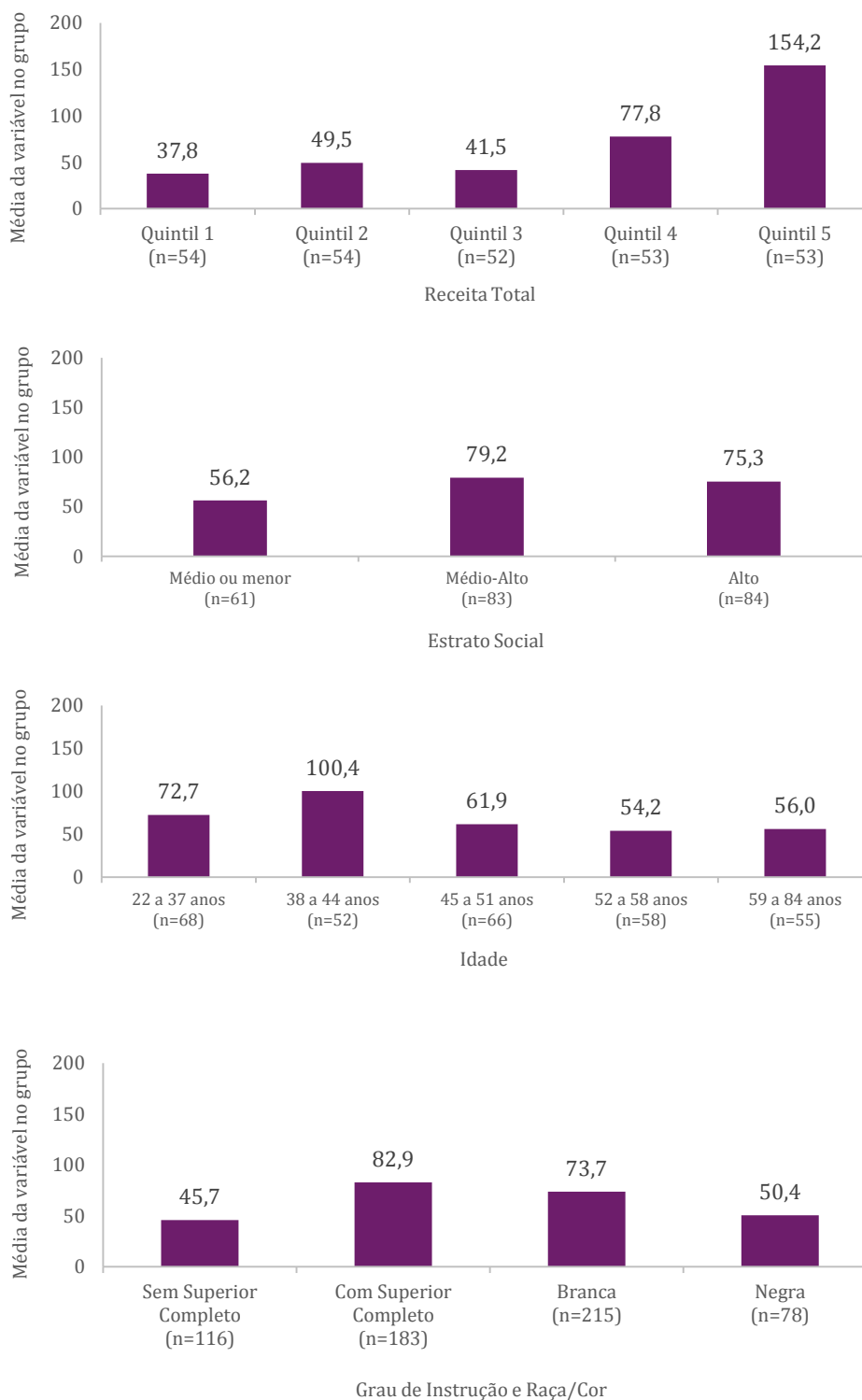
5.1.3. Total de publicações realizadas na página/perfil

Esta variável diz respeito à quantidade de postagens realizadas com as ferramentas do Facebook durante a campanha. Seu valor absoluto nos indica a intensidade de uso por parte das candidatas. Assumimos que candidatas que tiveram um uso mais intenso das ferramentas seriam aquelas mais preparadas para realizar suas campanhas através dessa rede social.

Para essa variável os resultados obtidos para as ferramentas Página e Perfil foram bastante semelhantes. Para as duas ferramentas, a quantidade de recursos de campanha mostrou-se importante para aumentar a quantidade de publicações. Candidatas do quarto quintil de receitas aparecem com média igual a quase o dobro de postagens do que a dos

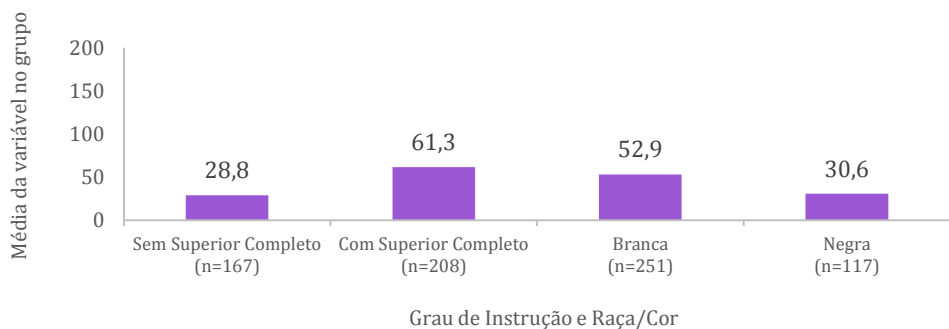
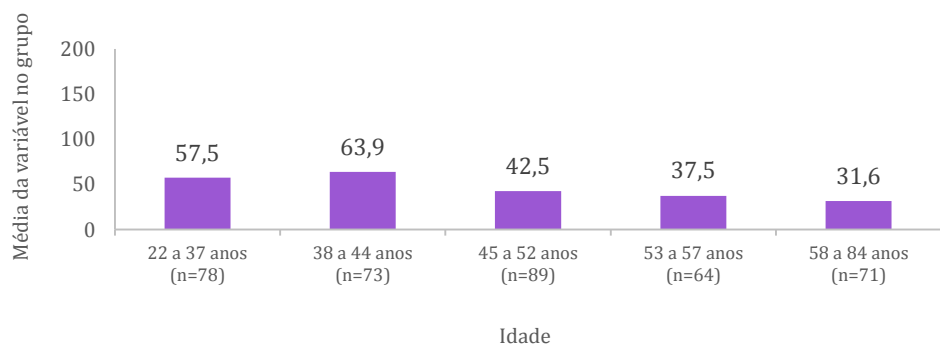
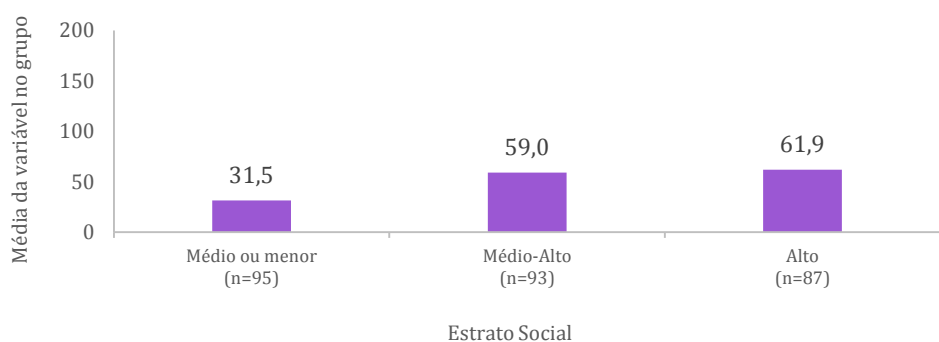
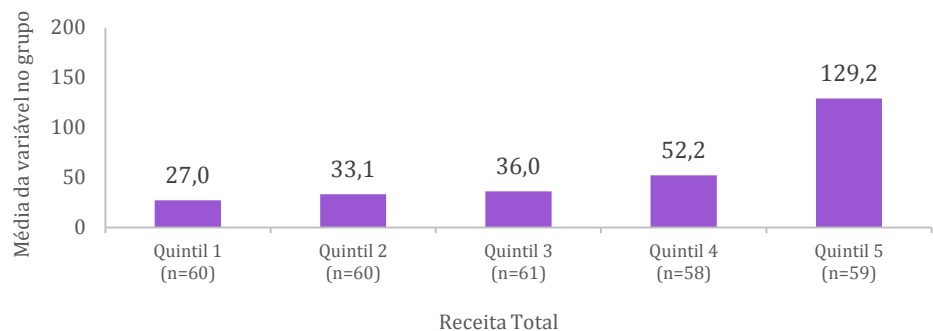
quintis anteriores. Se observamos o último quintil, verificamos que o valor é mais de três vezes maior para uso da página e quatro vezes maior para uso do perfil.

**Gráfico 37 – Média da variável “Total de publicações na página” –
deputadas federais – SP – 2018**



Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 38 – Média da variável “Total de publicações no perfil” –
deputadas federais – SP – 2018**



Fonte: Elaboração própria.

A diferença também é explícita entre os estratos sociais nas duas ferramentas. Os estratos mais altos apresentaram médias entre 75-80 publicações na página contra média de 56,2 postagens para os estratos mais baixos. No uso do perfil, a distância é ainda maior. Enquanto os estratos mais altos têm médias em torno de 60 publicações, a dos estratos mais baixos ficou pouco acima das 30 postagens.

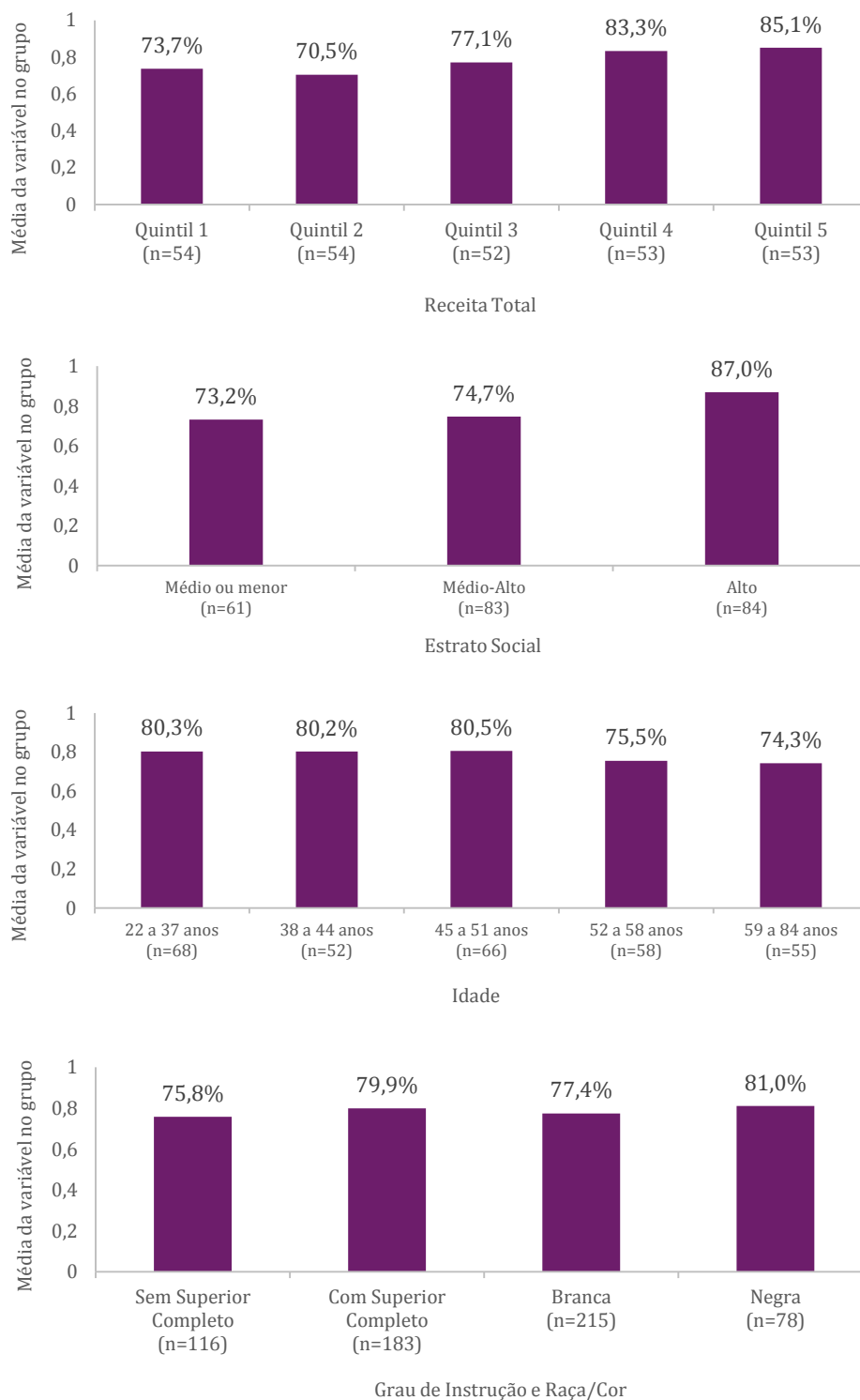
As médias de candidatas mais novas, brancas e com ensino superior também foram maiores tanto para a ferramenta Página quanto para a ferramenta Perfil. As duas primeiras faixas etárias tiveram médias de publicações iguais a 72,7 e 100,4 na página e de 57,5 e 63,9 no perfil. As faixas com mais idade tiveram médias entre 55-60 postagens na página e 30-40 no perfil, com máxima um pouco além desse patamar. O recorte de grau de instrução é bastante significativo, mostrando médias de publicações duas vezes maiores para candidatas com ensino superior completo nas duas ferramentas. A divisão racial também explicita uma diferença importante entre os grupos no que concerne à quantidade de postagens. Mulheres brancas postaram em torno de uma vez e meia a mais que mulheres negras nas duas ferramentas.

5.1.4. Porcentagem de publicações correspondentes à divulgação da própria campanha

Para além da quantidade em si das postagens, é interessante identificar se as candidatas estão utilizando as ferramentas efetivamente para a campanha eleitoral. A próxima variável que analisaremos diz respeito à porcentagem de publicações diretamente relacionadas à promoção das candidatas. Médias maiores indicam usos mais focados das ferramentas do Facebook para campanha eleitoral própria.

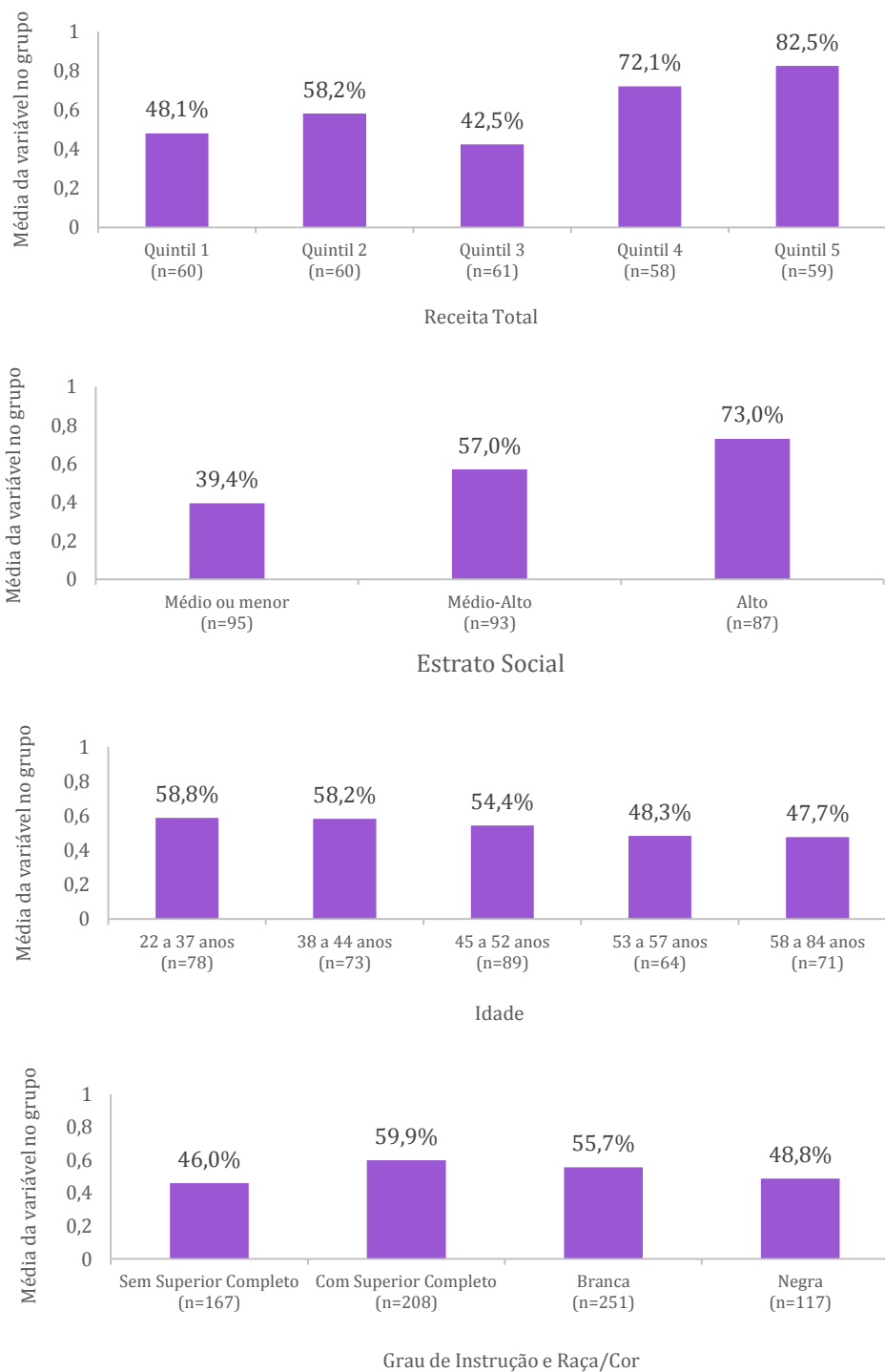
Para essa variável, os grupos mostraram-se mais homogêneos no uso da ferramenta Página, apesar de as diferenças ainda aparecerem. Entre o primeiro e o último quintil de renda, a diferença ficou em 12 pontos percentuais. Candidatas com menos recursos postaram em média 73% de conteúdos relacionados a suas campanhas, enquanto as mais abastadas apresentaram uma média de 85%. O estrato social mais alto se destacou dos demais com média de 87% de postagens relacionadas à campanha contra uma média pouco abaixo dos 75% para estratos médio-alto e demais.

**Gráfico 39 – Média da variável “Porcentagem de publicações de campanha na página”
– deputadas federais – SP – 2018**



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 40 – Média da variável “Porcentagem de publicações de campanha no perfil” –
deputadas federais – SP – 2018



Fonte: Elaboração própria.

Apenas as duas últimas faixas etárias apresentaram médias abaixo dos 80% de publicações de campanha em páginas, patamar alcançado pelas primeiras três faixas; contudo, mesmo assim, ficaram em torno dos 75%. No recorte de grau de instrução, os dois grupos aparecem em patamares muito próximos e no de raça, pela primeira vez, candidatas negras apresentaram uma média maior do que a de candidatas brancas.

Na análise da ferramenta Perfil, os resultados são mais parecidos com os apresentados para variáveis anteriores. As receitas e o estrato social mostram médias substancialmente maiores para os grupos privilegiados; candidatas mais novas apresentam mais publicações relacionadas à campanha do que as mais velhas de maneira consistente, e os grupos de candidatas brancas e com superior completo com taxas maiores que negras e sem ensino superior.

5.1.5. Impulsionamento de publicações

Por fim, analisamos uma terceira ferramenta que é o impulsionamento de conteúdos na página e no perfil. Essa ferramenta é utilizada em conjunto com as outras duas, e os dados coletados se referem ao uso em qualquer uma delas. O impulsionamento está, teoricamente, relacionado com um conhecimento mais apurado das potencialidades que o Facebook possui para fortalecer as campanhas, além da disponibilidade de utilizar recursos para esse fim já que essa (diferentemente da página e do perfil) é uma ferramenta paga.

De maneira geral, os resultados seguem o padrão das demais variáveis. A importância dos recursos eleitorais, no entanto, parece bastante sobressaltada. As candidatas do último quintil apresentaram uma taxa de uso de impulsionamento de 71%, mais que o dobro da taxa do quarto quintil (30,4%) e muito acima dos demais. A diferença de patamares de uso entre grupos de estrato social também foi muito evidente. O estrato mais baixo apresentou uma média de uso muito inferior, na casa dos 11% contra taxas de 35,2% e 42,5% nos estratos médio-alto e alto, respectivamente.

Gráfico 41 – Média da variável “Utilizou impulsionamento de publicações na página ou perfil” – deputadas federais – SP – 2018



Fonte: Elaboração própria.

Com relação à idade, candidatas dos 22 a 44 anos ficaram com uma taxa próxima dos 35% de uso de impulsionamento de conteúdo enquanto as que pertencem a faixas de idade mais avançadas não ultrapassaram os 20%. A surpresa ficou nos recortes por instrução e raça, que não mostraram grandes distinções entre os grupos.

5.2. Considerações sobre o uso das redes sociais

Além do rádio e da TV, que já são mídias consideradas tradicionais nas disputas eleitorais, as redes sociais são novas variáveis a serem analisadas em campanhas eleitorais, dentre as quais, pela abrangência de seu uso no Brasil, se destaca o Facebook, objeto de nossa análise.

Com a possibilidade de utilização desta rede social para campanha eleitoral, imaginou-se que a disputa poderia tornar-se mais democrática. A princípio, essa rede social cede serviços que não são diretamente onerosos ao usuário, já que a criação de uma página ou perfil é gratuita. Nesse sentido, seria possível imaginar que o Facebook promoveria maior possibilidade de as candidatas divulgarem suas informações de campanha, inclusive quando comparado com propagandas no rádio e na TV, que dependem de decisões das executivas dos partidos. Uma hipótese seria que o Facebook poderia ser um instrumento de democratização da disputa.

Todavia, as informações coletadas a partir do monitoramento realizado não apontam necessariamente para uma democratização da campanha das candidatas no Facebook, ao menos na disputa ao cargo de deputado federal por São Paulo nas eleições de 2018. Os dados indicam que variáveis como a quantidade de recursos de campanha, o pertencimento a uma classe social mais abastada, a idade, o grau de instrução e a raça/cor das candidatas podem estar relacionadas com a adesão às ferramentas e a manutenção, intensidade e foco de seu uso. Esses indícios podem significar que as ferramentas das redes sociais contribuem para a reprodução das desigualdades já existentes na sociedade, em vez de servirem como equalizadores de oportunidades, pelo menos durante o processo eleitoral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara. *Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política*. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 24, p. 193-215, jun. 2005.

ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio Diniz. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as quotas. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 535-577, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/04.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2012.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. *Novos estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 96, p. 105-115, jul. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 jun. 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000200008>.

BOURDIEU, Pierre. La représentation politique: Éléments pour une théorie du champ politique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 36-37, février/mars 1981. La représentation politique-1. p. 3-24. doi: <https://doi.org/10.3406/arss.1981.2105>. Acesso em: 24 jun. 2019.

CARVALHO, Fernanda Cavassana de; KNISS, Andressa Buttore; FONTES, Giulia Sbaraini. Representação feminina na propaganda eleitoral partidária no Brasil: as candidatas a deputada federal pelo Paraná na TV. *Estudos em Comunicação*, v. 1, n. 26, p. 231-246, 2018.

CERVI, Emerson Urizzi. O “tempo da política” e a distribuição dos recursos partidários: uma análise do HGPE. *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 2, n. 8, p. 12-17, ago. 2010.

CHEIBUB, José Antonio; SIN, Gisela. Order in chaos intra party coordination in open list PR systems. *72nd Annual Midwest Political Science Association Conference*, 1–18. Disponível em: <http://publish.illinois.edu/giselasin/files/2014/08/Order-in-Chaos-Intra-Party-Coordination-in-Open-List-Proportional-Representation-Systems.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019.

DAHLERUP, Drude (ed.). *Women, quotas and politics*. Londres: Routledge, 2006.

FRANCESCHET, Susan; KROOK, Mona Lena; PISCOPO, Jennifer M. (eds.). *The Impact of Gender Quotas*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Estratificação sócio-ocupacional para estudos de mercado e pesquisa social no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, v.17, n. 3-4, p. 247-254, jul./dez. 2003.

JONES, Mark. Quota legislation and the election of women: learning from the Costa Rican experience. *The Journal of Politics*, v. 66, n. 4, p. 1.203-1.223, 2004.

KROOK, Mona Lena; CHILDS, Sarah (eds.). *Women, gender, and politics: a reader*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.

KROOK, Mona Lena. Electoral gender quotas: concepts and comparative analysis. *Comparative Political Studies*, v. 47, n. 9, p. 1.268-1.293, 2014.

KROOK, Mona Lena; ZETTERBERG, Pär (eds). *Gender quotas and women's representation: new directions in research*. Nova Iorque: Routledge, 2015.

MACEDO, Isabella. Veja a lista dos mais de 300 candidatos de movimentos de renovação política, 5 out. 2018. *Congresso em Foco*. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/veja-os-mais-de-300-candidatos-de-movimentos-de-renovacao/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 721-747, set. 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201557>. Acesso em: 24 jun. 2019.

MOHALLEM, Michael Freitas. Das redes às urnas: o avanço dos novos movimentos suprapartidários. *Interesse Nacional*, v. 10, n. 40, p. 11-21, abr. 2018.

NORRIS, Pippa; KROOK, Mona Lena. How quotas work: the supply and demand model revisited. In: CAMPBELL, Rosie; CHILDS, Sarah. *Deeds and words: gendering politics after Joni Lovenduski*. Colchester: ECPR Press, p. 185-206, 2014.

POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar. Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication. *Latin American Research Review*, Baltimore, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.

POWER, Timothy J.; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. Mapping ideological preferences in Brazilian elections, 1994-2018: a municipal-level study. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 13, n. 1, fev. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212019000100200&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 jun. 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-3821201900010001>.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012b. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000100009>. Acesso em: 24 jun. 2019.

SCHWINDT-BAYER, Leslie; MISHLER, William. An integrated model of women's representation. *The Journal of Politics*, v. 67, n. 2, p. 407-428, 2005.

ANEXOS

Anexo 1 - Proporção de candidaturas femininas nas coligações por estado - Cenário Final - Deputados Federais - Brasil - 2018

UF	Coligação	Total de Candidatos	Total de Mulheres	% de Mulheres
AC	AVANTE	9	3	33,3%
AC	PDT	16	5	31,3%
AC	PP / PSDB / PSD / MDB / DEM / SDD / PTC / PMN / PR / PTB / PPS	15	6	40,0%
AC	PRTB	2	1	50,0%
AC	PSL / PATRI / PSC	10	3	30,0%
AC	PSOL / PV / PPL / PRP / PRB / PODE / PROS / PMB	16	5	31,3%
AC	PT / PSB / PHS / PCdoB / DC	12	4	33,3%
AC	REDE	2	1	50,0%
AL	MDB / PPS / PDT / PR / PTB / PT / PRTB / PODE / PRP / PSD / PMN / AVANTE	18	6	33,3%
AL	NOVO	3	1	33,3%
AL	PCdoB / PV	6	2	33,3%
AL	PHS / DC / SDD	9	2	22,2%
AL	PSL / PATRI / PPL	15	4	26,7%
AL	PSOL / PCB	2	1	50,0%
AL	PSTU	1	0	0,0%
AL	PTC / PSDB / PP / PSB / PSC / PROS / PRB / DEM	18	6	33,3%
AL	REDE	1	1	100,0%
AM	MDB / DC	14	4	28,6%
AM	PATRI	5	1	20,0%
AM	PCdoB / PT	12	5	41,7%
AM	PDT / PP / PV / PR / SDD / PTB / PHS / PSL	15	4	26,7%
AM	PMB	9	3	33,3%
AM	PODE / PMN / PSB / PROS	16	5	31,3%
AM	PPS / PPL / PRP / AVANTE	17	4	23,5%
AM	PSD / PRB / DEM / PTC / PSDB	13	4	30,8%
AM	PSOL	13	4	30,8%
AM	PSTU	1	0	0,0%
AM	REDE / PSC / PRTB	14	5	35,7%
AP	DEM / PSDB / PP / PSC / PSD	14	4	28,6%
AP	PDT / PCdoB / MDB / PROS	15	4	26,7%
AP	PHS / PR / PSL	14	5	35,7%
AP	PRB / PTB / DC / PTC / PRP	16	5	31,3%
AP	PSB	8	2	25,0%
AP	PSTU	2	1	50,0%
AP	PV / PMN / PSOL	15	5	33,3%
AP	REDE / PPL / AVANTE / SDD / PODE	16	5	31,3%

BA	AVANTE / PROS	26	8	30,8%
BA	DEM / PRB / PV	54	20	37,0%
BA	MDB / DC	51	17	33,3%
BA	NOVO	8	3	37,5%
BA	PCO	2	1	50,0%
BA	PDT	36	12	33,3%
BA	PHS / PPS / PRTB / PSL	39	11	28,2%
BA	PMN / PTC / PRP / PMB	42	12	28,6%
BA	PSC / PTB / SDD / PPL	27	10	37,0%
BA	PSDB	8	3	37,5%
BA	PSOL	50	17	34,0%
BA	PT / PCdoB / PP / PSB / PSD / PR / PODE	46	14	30,4%
BA	REDE / PATRI	59	18	30,5%
CE	DC / PSL	28	5	17,9%
CE	MDB / PHS / AVANTE / SDD / PSD / PSC / PODE / PRB	29	8	27,6%
CE	NOVO	6	2	33,3%
CE	PDT / PTB / DEM / PSB / PRP / PPL	28	9	32,1%
CE	PPS / PRTB / PATRI	29	9	31,0%
CE	PROS	30	9	30,0%
CE	PSDB	13	4	30,8%
CE	PSOL	23	7	30,4%
CE	PSTU	1	0	0,0%
CE	PT / PCdoB / PP / PV / PR / PMN	27	12	44,4%
CE	REDE	15	4	26,7%
DF	DC	10	1	10,0%
DF	MDB / PP / PSL / AVANTE	16	5	31,3%
DF	NOVO	6	2	33,3%
DF	PCO	2	1	50,0%
DF	PPL	13	4	30,8%
DF	PRB / PODE / PPS / SDD / PSC / PSD	14	3	21,4%
DF	PROS / PMB / PMN	13	3	23,1%
DF	PRP / PRTB	14	5	35,7%
DF	PSB / PV / PCdoB / PDT / REDE	16	5	31,3%
DF	PSDB / PR / DEM	16	5	31,3%
DF	PSOL / PCB	16	5	31,3%
DF	PSTU	1	1	100,0%
DF	PT	16	6	37,5%
DF	PTB / PHS / PTC / PATRI	11	4	36,4%
ES	DC	11	4	36,4%
ES	NOVO	6	2	33,3%
ES	PATRI / PMN / REDE / PODE / MDB	19	5	26,3%
ES	PDT / DEM / PSD / PSDB / PRP / SDD	19	7	36,8%
ES	PP / PROS / PPS / PHS / PCdoB	20	6	30,0%

ES	PR / PRB / PSL	20	7	35,0%
ES	PRTB	6	2	33,3%
ES	PSB / PV / PSC / AVANTE / PTC / PPL	20	6	30,0%
ES	PSOL / PCB	7	3	42,9%
ES	PT	16	7	43,8%
ES	PTB / PMB	18	5	27,8%
GO	DEM / PROS / PRP / PDT / PSC / PODE	23	8	34,8%
GO	MDB / PRB / PP	21	6	28,6%
GO	NOVO	6	2	33,3%
GO	PCB	1	1	100,0%
GO	PCO	1	1	100,0%
GO	PHS	20	7	35,0%
GO	PRTB / PTC / PMN / PMB	24	8	33,3%
GO	PSDB / PR / PSB / PPS / SDD / PTB / PSD	19	5	26,3%
GO	PSL / DC	21	7	33,3%
GO	PSOL	16	5	31,3%
GO	PT / PCdoB	18	6	33,3%
GO	PV / REDE / AVANTE / PATRI	26	8	30,8%
MA	MDB / PV / PSD / PSC / PMB / PRP	25	9	36,0%
MA	PCdoB / PRB / PPS / SDD / PROS / PTC / PTB / PSB / DEM / AVANTE / PPL	26	8	30,8%
MA	PDT / PP / PR / PATRI	23	7	30,4%
MA	PMN / PHS	24	7	29,2%
MA	PSDB / REDE / PODE / DC	23	8	34,8%
MA	PSL / PRTB	27	9	33,3%
MA	PSOL / PCB	17	7	41,2%
MA	PSTU	3	1	33,3%
MA	PT	22	7	31,8%
MG	AVANTE	78	23	29,5%
MG	NOVO	36	12	33,3%
MG	PATRI / PTC / PMB	63	20	31,7%
MG	PDT / PV / PRB / MDB	66	20	30,3%
MG	PHS / PRP	77	24	31,2%
MG	PODE	26	7	26,9%
MG	PPL	28	9	32,1%
MG	PROS	33	9	27,3%
MG	PRTB / REDE	77	22	28,6%
MG	PSC / PTB / PMN	66	20	30,3%
MG	PSDB / PSD / SDD / PPS / DEM / PP	74	22	29,7%
MG	PSL	76	23	30,3%
MG	PSOL / PCB	45	16	35,6%
MG	PSTU	5	2	40,0%
MG	PT / PR / PSB / DC / PCdoB	77	26	33,8%
MS	MDB / PRP	13	5	38,5%

MS	NOVO	5	2	40,0%
MS	PDT / PRB / PODE	16	5	31,3%
MS	PPL	3	1	33,3%
MS	PPS / PROS / SDD / PSB / PTB / AVANTE / PSL / PMN	16	5	31,3%
MS	PSDB / PATRI / PSD / PMB / DEM / PP	16	5	31,3%
MS	PSOL	6	2	33,3%
MS	PT	16	5	31,3%
MS	PTC / PHS / PR / DC / PRTB / PSC	12	4	33,3%
MS	REDE / PCdoB / PV	15	5	33,3%
MT	DEM / PDT / PSD / MDB / PMB	16	5	31,3%
MT	NOVO	13	4	30,8%
MT	PRB / PP / PTB / PT / PMN / PODE / PROS / PR	16	6	37,5%
MT	PSC / PHS / PTC	11	4	36,4%
MT	PSDB / PPS / PSB / SDD	16	5	31,3%
MT	PSL / PATRI / PRP	10	4	40,0%
MT	PSOL	9	3	33,3%
MT	PV / PCdoB	11	5	45,5%
MT	REDE / PPL	9	3	33,3%
PA	AVANTE / PROS / PATRI / PTC / DC	25	8	32,0%
PA	MDB / PSD / PR / PP / PTB / PSC / PSL / PRB / PMB / PHS / PODE	26	8	30,8%
PA	PRP / PRTB / REDE / PV	21	5	23,8%
PA	PSDB / DEM / PSB / PDT / SDD / PPS / PMN	23	7	30,4%
PA	PSOL / PPL / PCB	26	8	30,8%
PA	PT / PCdoB	8	3	37,5%
PB	AVANTE / PROS / PPS / PMN / REDE	22	6	27,3%
PB	MDB / PR / PATRI	23	7	30,4%
PB	NOVO	2	1	50,0%
PB	PP / PTC / PHS / PPL	20	6	30,0%
PB	PRP	5	2	40,0%
PB	PSB / PTB / PRB / PT / DEM / PDT / PCdoB / PODE	22	8	36,4%
PB	PSL / DC / PRTB	23	8	34,8%
PB	PSOL	5	2	40,0%
PB	PV / PSDB / PSD / PSC / SDD	20	6	30,0%
PE	DC	15	5	33,3%
PE	NOVO	9	4	44,4%
PE	PATRI	35	12	34,3%
PE	PP / PR / SDD / PMN	36	12	33,3%
PE	PPL / PTC / PRP	36	11	30,6%
PE	PROS / AVANTE / PDT	34	10	29,4%
PE	PSB / PCdoB / MDB / PSD	20	6	30,0%
PE	PSL / PRTB / PHS / PV	32	9	28,1%
PE	PSOL / PCB	35	11	31,4%
PE	PSTU	2	1	50,0%

PE	PT	16	5	31,3%
PE	PTB / DEM / PSDB / PSC / PRB / PODE / PPS	30	9	30,0%
PE	REDE	26	8	30,8%
PI	DC	8	3	37,5%
PI	MDB / PP / PTB / PCdoB / PR / PDT / PSD / PT	21	8	38,1%
PI	PMN / PRB / SDD / PPL / PTC	14	5	35,7%
PI	PODE / PATRI / AVANTE / PRP / PHS	19	6	31,6%
PI	PROS / PSL	12	4	33,3%
PI	PRTB	8	3	37,5%
PI	PSC	6	2	33,3%
PI	PSDB / PSB / DEM	10	3	30,0%
PI	PSOL / PCB	8	3	37,5%
PI	PSTU	1	0	0,0%
PI	PV / PPS / REDE	18	6	33,3%
PR	MDB / PDT / SDD / PCdoB	44	13	29,5%
PR	NOVO	16	5	31,3%
PR	PCO	1	1	100,0%
PR	PP / PTB / DEM / PMN / PMB / PSB / PSDB / PROS	44	13	29,5%
PR	PRB / PHS / AVANTE	39	12	30,8%
PR	PRTB / PRP	42	12	28,6%
PR	PSD / PSC / PR / PPS / PODE	45	14	31,1%
PR	PSL / PTC / PATRI	41	12	29,3%
PR	PSOL / PCB	29	9	31,0%
PR	PT	33	9	27,3%
PR	PV	40	12	30,0%
PR	REDE / DC / PPL	43	13	30,2%
RJ	DEM / MDB / PP / PTB	67	20	29,9%
RJ	NOVO	19	6	31,6%
RJ	PATRI	31	11	35,5%
RJ	PCO	1	1	100,0%
RJ	PDT / PSB	64	20	31,3%
RJ	PHS	63	19	30,2%
RJ	PMN / AVANTE	67	21	31,3%
RJ	PODE / PR	64	21	32,8%
RJ	PPL	41	12	29,3%
RJ	PRB	59	18	30,5%
RJ	PRP	57	18	31,6%
RJ	PRTB	52	15	28,8%
RJ	PSC / PROS	67	19	28,4%
RJ	PSD	56	17	30,4%
RJ	PSL	63	19	30,2%
RJ	PSOL / PCB	45	14	31,1%
RJ	PT / PCdoB	34	11	32,4%

RJ	PTC / PMB	66	21	31,8%
RJ	PV / DC	58	16	27,6%
RJ	REDE	13	5	38,5%
RJ	SDD / PSDB / PPS	64	20	31,3%
RN	NOVO	5	2	40,0%
RN	PATRI / PPL	15	4	26,7%
RN	PCO	1	0	0,0%
RN	PDT / PP / MDB / PODE / DEM	15	5	33,3%
RN	PMN	1	0	0,0%
RN	PRB / PTB / PR / PPS / PMB / PTC / PSB / PSDB / PSD / AVANTE / PROS	16	5	31,3%
RN	PRP	2	1	50,0%
RN	PRTB	11	4	36,4%
RN	PSOL	11	4	36,4%
RN	PSTU	1	0	0,0%
RN	PT / PCdoB / PHS	16	6	37,5%
RN	REDE	3	1	33,3%
RN	SDD / PSL / DC / PV / PSC	16	5	31,3%
RO	MDB / PODE / PV	13	4	30,8%
RO	NOVO	3	1	33,3%
RO	PDT / PSB / PTB / SDD / PP / PR / DC / PTC	13	5	38,5%
RO	PMB	1	0	0,0%
RO	PMN / PSC / PHS / PCdoB / PROS	15	5	33,3%
RO	PPS / PRP / REDE	11	4	36,4%
RO	PRTB	2	1	50,0%
RO	PSDB / DEM / PSD / PRB / PATRI	15	5	33,3%
RO	PSL	11	3	27,3%
RO	PSTU	1	0	0,0%
RO	PT / PSOL	7	3	42,9%
RR	AVANTE / PRP / PSB	15	4	26,7%
RR	MDB / PSD / SDD / DC	16	5	31,3%
RR	PATRI / PPL / PROS	16	5	31,3%
RR	PCB / PSOL / PSTU	6	2	33,3%
RR	PHS / PODE	14	5	35,7%
RR	PP / PDT / PCdoB	10	3	30,0%
RR	PPS / DEM / PSDB / PMB	16	6	37,5%
RR	PR / PRTB	10	4	40,0%
RR	PSL / PRB / PTC / PSC	16	6	37,5%
RR	PTB / REDE / PV / PT	16	5	31,3%
RS	DC	2	1	50,0%
RS	DEM / PROS / PSL	38	12	31,6%
RS	MDB	25	7	28,0%
RS	NOVO	18	6	33,3%
RS	PCdoB	26	8	30,8%

RS	PDT / PMB / PV	36	12	33,3%
RS	PPS / PHS	33	11	33,3%
RS	PSB / PR / PATRI	41	13	31,7%
RS	PSD / PSC / PMN / PRP / PTC	44	14	31,8%
RS	PSDB / PTB / PRB / REDE / PP	47	15	31,9%
RS	PSOL / PCB	40	14	35,0%
RS	PSTU	4	1	25,0%
RS	PT	20	6	30,0%
RS	SDD / AVANTE / PPL / PODE	30	11	36,7%
SC	AVANTE / PRTB	14	5	35,7%
SC	MDB / PR	16	5	31,3%
SC	NOVO	16	5	31,3%
SC	PCO	1	0	0,0%
SC	PMN / PATRI	21	7	33,3%
SC	PODE / PRP / PPL / PHS / PROS	20	6	30,0%
SC	PRB / PDT / PSC / DEM / PSB / PCdoB / SDD	24	8	33,3%
SC	PSD / PP / PV	23	7	30,4%
SC	PSDB / PPS / PTB / DC	21	7	33,3%
SC	PSL	19	6	31,6%
SC	PSOL / PCB	19	6	31,6%
SC	PSTU	2	1	50,0%
SC	PT	11	3	27,3%
SC	PTC	21	7	33,3%
SC	REDE	6	2	33,3%
SE	DEM / PRTB / PV	15	5	33,3%
SE	NOVO	2	1	50,0%
SE	PCB	1	0	0,0%
SE	PODE / AVANTE / PMN / PATRI	16	5	31,3%
SE	PP / MDB / DC / PCdoB / PSD / PT / PHS	16	5	31,3%
SE	PRB / PPS / PSC / PR / PTC / PSDB / SDD	16	5	31,3%
SE	PSB / PDT / PPL / PTB / PROS / PRP	15	5	33,3%
SE	PSL	8	4	50,0%
SE	PSOL	9	2	22,2%
SE	PSTU	2	1	50,0%
SE	REDE	12	4	33,3%
SP	AVANTE	98	30	30,6%
SP	DC	32	13	40,6%
SP	MDB	63	21	33,3%
SP	NOVO	45	16	35,6%
SP	PATRI	91	27	29,7%
SP	PDT	26	8	30,8%
SP	PMB / PHS / PODE	94	27	28,7%
SP	PMN / REDE	75	24	32,0%

SP	PPL	51	15	29,4%
SP	PR	44	14	31,8%
SP	PRB	97	29	29,9%
SP	PROS	97	29	29,9%
SP	PRP	78	23	29,5%
SP	PRTB	43	13	30,2%
SP	PSB / PSC / PPS / PTB	87	25	28,7%
SP	PSDB / PSD / DEM / PP	100	32	32,0%
SP	PSL	59	19	32,2%
SP	PSOL / PCB	84	27	32,1%
SP	PSTU	7	3	42,9%
SP	PT / PCdoB	74	22	29,7%
SP	PTC	32	11	34,4%
SP	PV	80	25	31,3%
SP	SDD	46	15	32,6%
TO	PHS / AVANTE / PROS / DEM / PTC / PP / SDD / PATRI / PRB	14	6	42,9%
TO	PPS / PPL / DC	6	2	33,3%
TO	PRTB / PDT / PTB	11	3	27,3%
TO	PSB / PSDB / PR / PODE / MDB / PSC	15	5	33,3%
TO	PSL / PMB / PRP / PMN	16	5	31,3%
TO	PSOL	4	2	50,0%
TO	PT / PCdoB / PV / PSD / REDE	16	5	31,3%

Fonte: TSE. Elaboração própria.